

VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES



COMISSÃO PARA A IGUALDADE
E PARA OS DIREITOS DAS MULHERES

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

VIOLENCIA ^{un}
CONTRA AS MULHERES

NELSON LOURENÇO
MANUEL LISBOA
ELZA PAIS

Cadernos Condição Feminina N.º

Edição da
COMISSÃO PARA A IGUALDADE E PARA OS DIREITOS DAS MULHERES
Alto Comissário para as Questões da Promoção da Igualdade e da Família
Presidência do Conselho de Ministros
Av. da República, 32-1.º – 1093 Lisboa Codex
PORTUGAL
1997

EDIÇÃO SUBSIDIADA PELA SECÇÃO DAS ONG
DO CONSELHO CONSULTIVO DA CIDM

O conteúdo deste Caderno pode ser reproduzido
em parte ou no seu todo se for citada a fonte

Capa: Fotografia gentilmente cedida por Francisco Bordalo

Execução gráfica:
Minerva do Comércio
Trav. da Oliveira à Estrela, 10 — 1200 Lisboa

ISBN 972-597-145-0
Depósito Legal N.º 117 993/97
3000 exemplares

OS AUTORES

NELSON LOURENÇO, Doutor em Sociologia, Professor Associado da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Entre os seus trabalhos, destacam-se os livros *Família Rural e Indústria* e, como co-autor, *Em Terra de Tufões - Família e Etnicidade em Macau, Sociedade e Violência*, *The Rural Families in Europe* e *Representações Sociais da Violência*, e a publicação de artigos em várias revistas de ciências sociais, nacionais e estrangeiras.

MANUEL LISBOA, Mestre em Sociologia pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, onde é assistente de Informática e de Teoria e Métodos de Investigação em Ciências Sociais. A sua actividade de investigação tem-se desenvolvido nas áreas da metodologia e técnicas de investigação e da sociologia das organizações, sendo co-autor do livro *Representações Sociais da Violência* e autor de vários trabalhos sobre atitudes e condutas face à mudança social e à introdução de inovações.

ELZA PAIS, Mestre em Sociologia pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Investigadora do SOCINOVA (Gabinete de Investigação em Sociologia Aplicada da Universidade Nova de Lisboa). A sua actividade de investigação e docência tem-se desenvolvido nas áreas da sociologia da família e da violência. É Docente e membro do Conselho Pedagógico do Instituto Superior de Serviço Social.

ÍNDICE

Nota Prévia	7
INTRODUÇÃO	11
Capítulo I	
ASPECTOS METODOLÓGICOS	19
1 — Amostra	19
2 — Questionário	19
3 — Recolha de Dados	20
4 — Controlo dos Resultados Globais	21
4.1 — Actos seleccionados	21
4.2 — Local de realização das entrevistas e pessoas presentes	22
4.3 — Estratificação da amostra	23
5 — Tratamento dos Dados e Análise dos Resultados	24
Capítulo II	
VIOLÊNCIA E CARACTERÍSTICAS SOCIOCULTURAIS DAS MULHERES VÍTIMAS	27
1 — Visão Goblal Integrada	31
1.1 — Distribuição espacial das mulheres em função do distrito de resi- dência	33
1.2 — Mobilidade geográfica das mulheres face ao distrito de nascimento	34
1.3 — Idade	35
1.4 — Estado civil	36
1.5 — Pessoas com quem vive	38
1.6 — Nível de instrução formal	38
1.7 — Actividade profissional	40
1.8 — Estrato social	42
1.9 — Ocupação dos tempos livres	44
1.10 — Opção religiosa	44

2 — Tipos de Violência	45
2.1 — Discriminação sociocultural	46
2.2 — Violência sexual	51
2.3 — Violência física	56
2.4 — Violência psicológica	61
Capítulo III	
CARACTERIZAÇÃO DOS PROCESSOS:	
OS ESPAÇOS, OS ACTOS E OS SEUS AUTORES	67
1 — Os Espaços da Violência	67
2 — Os Autores: Características Socioculturais dos Autores Segundo o Tipo de Violência	73
2.1 — Sexo dos autores	71
2.2 — Parentesco dos autores com as vítimas	75
2.3 — Idade dos autores	78
2.4 — Actividade profissional dos autores	80
2.5 — Nível de instrução	83
3 — Violência Contra as Mulheres e Consumo de Álcool ou Drogas	87
4 — Introdução ao Estudo das Trajectórias de Violência	90
5 — Reacção das Mulheres	92
Capítulo IV	
MULHERES VÍTIMAS E AUTORES:	
RECONSTITUIÇÃO DOS PROCESSOS EM FUNÇÃO DOS ESPAÇOS DE VIOLÊNCIA	97
Capítulo V	
PERCEPÇÃO DA VIOLÊNCIA:	
ACTOS MAIS VIOLENTOS, CAUSAS E MEDIDAS PARA COMBATER A VIOLÊNCIA	105
1 — Actos Mais Violentos, Causas e Medidas: Uma Visão Singular	105
1.1 — Acto mais violento	106
1.2 — Causas da violência	109
1.3 — Medidas para combater a violência	112
2 — Percepção da Violência e Características Socioculturais das Mulheres	114
CONCLUSÃO	117
BIBLIOGRAFIA	123
ANEXOS	131

NOTA PRÉVIA

Este livro tem a sua origem no Inquérito “Violência Contra as Mulheres” realizado, em 1995, no quadro de um Protocolo celebrado entre a Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres e a Universidade Nova de Lisboa¹.

A experiência de mais de 20 anos do Serviço de Atendimento Jurídico da Comissão indicava a permanência, numericamente relevante, do número de mulheres que é, ou foi, alvo de actos de diversas formas de violência física, psicológica ou sexual. A inexistência de estudos quantitativos a nível nacional que permitissem a fundamentação de diagnósticos de situação justificou o interesse da Comissão em se dotar de uma *radiografia* da violência contra as mulheres.

A violência contra as mulheres, nas suas múltiplas dimensões e formas é, no entanto, dificilmente captada pelas estatísticas das polícias, por serem mais vocacionadas para a notação do crime — e muita da violência exercida contra as mulheres esvai-se por entre as redes de malha larga da lei — ou, como no texto se refere, *porque as vítimas não participam a vitimação*.

O cumprimento do objectivo proposto pela CIDM obrigava, assim, à realização de um inquérito de vitimação junto de amostra

¹ Os primeiros dados foram publicamente apresentados em Julho de 1995, sob a forma de um relatório Preliminar que seria completado com um segundo Relatório, contendo a análise estatística multivariada, em 1996.

estatisticamente representativa da população feminina portuguesa com mais de 18 anos (o estudo limitou-se a Portugal Continental), tendo como suporte um questionário especificamente construído para abranger os actos mais frequentes de violência contra as mulheres. O estudo ultrapassou, no entanto, as dimensões dos inquéritos de vitimação tendo abrangido ainda os comportamentos reactivos das mulheres à agressão, as representações das mulheres relativamente à violência e a caracterização dos agressores.

Como todos os estudos que assentam sobre a vitimação — como aliás acontece com as estatísticas sobre o crime — os dados recolhidos referem-se sempre e apenas à violência declarada e não à violência *real*. Sobre as razões desta diferença tecem-se comentários explicativos no texto ².

Pensam os Autores, no entanto, que o conhecimento da situação de violência contra as mulheres pressupõe — como em outras ocasiões têm afirmado — que estas radiografias se repitam periodicamente, com a mesma matriz, para permitir análises longitudinais e que sejam acompanhadas por estudos de caso possibilitando, assim, uma leitura mais densa do fenómeno. O recurso a estas duas aproximações facultaria à Comissão os meios necessários a um diagnóstico permanente da realidade da violência contra as mulheres enquanto *manifestação particularmente visível de desequilíbrio do poder entre homens e mulheres que é importante equacionar numa perspectiva de igualdade de direitos e de mudança cultural* ³.

O estudo da Violência Contra as Mulheres insere-se num programa de pesquisas sobre a violência e a criminalidade em Portugal, conduzido pelos autores.

Este livro é, assim, o resultado da conjugação do interesse da Comissão por um elemento de diagnóstico e auxiliar da tomada de decisões e do interesse dos Autores pelo estudo e conhecimento do tema.

Os Autores expressam, assim, o seu agradecimento à Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres pelas condições oferecidas para a realização da pesquisa que conduziu a este livro.

² Sobre as estatísticas do crime, *vide* Nelson Lourenço e Manuel Lisboa, Criminalidade e Sentimento de Insegurança, *Textos*, nº 2, 1996.

³ O texto em itálico é da autoria de Ana Vicente e foi extraído de “Apresentação Pública do Relatório Preliminar do Estudo *Violência Contra as Mulheres*”, 1995.

O conhecimento da Dr.^a Conceição Brito Lopes acerca da realidade vivida pelas mulheres que recorrem ao serviço de Atendimento Jurídico e a sua disponibilidade, viriam a ser elementos importantes na condução do estudo.

Não teria sido possível realizar este estudo sem o interesse, o apoio e o empenho pessoal que a Dr.^a Ana Vicente, então Presidente da Comissão, sempre manifestou pelo nosso trabalho.

OS AUTORES

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objectivo o estudo da violência contra as mulheres, em Portugal e na actualidade, situando-se a pesquisa ao nível da análise das condutas e das percepções das mulheres vítimas. É o primeiro estudo deste tipo realizado em Portugal. Ao facultar uma visão global do fenómeno, funciona como uma radiografia que possibilita uma primeira abordagem do problema e permite, ao mesmo tempo, abrir novos caminhos de investigação e sustentar, no futuro, estudos mais intensivos sobre aspectos específicos que haja necessidade de aprofundar.

A organização e o desenvolvimento da pesquisa tem presente que o estudo da violência contra as mulheres não deve ser dissociado das transformações profundas que nos últimos anos se têm feito sentir ao nível dos processos sociais e dos modelos familiares, nomeadamente no que se refere ao papel social e familiar da mulher e às desigualdades entre os sexos, profundamente enraizadas no corpo social em que essas mudanças se operam. A violência contra as mulheres, como o revelam os estudos sobre esta matéria, tem fortes raízes culturais, ainda que com combinações diversas ao longo dos tempos. Assim, pretendeu-se conduzir o estudo deste fenómeno de forma a reter também os contextos da acção e mais genericamente os da mudança em que ela ocorre.

Estas transformações sociais reflectiram-se na alteração da própria lei que, embora traduzindo hoje iguais direitos para homem e mulher,

durante muito tempo deixou esta juridicamente desprotegida⁴, repercutindo-se essa situação na definição do papel histórico das mulheres e na forma como se tem processado a sua integração social.

Apesar disso, muitas têm sido as lacunas em termos de Direito sobre esta matéria, tendo-se constituído apenas o sujeito masculino como sujeito do direito no sistema jurídico (Beleza, 1990). A aplicação do direito, durante muito tempo, reduziu-se exclusivamente à esfera pública, auto-excluindo-se da esfera privada, do domínio da família e da conjugalidade. Actualmente, a proposta de Lei para as revisões do Código Penal (art.º 152.º ponto 2) aponta no sentido da violência doméstica ser considerada crime semi-público. A pena prevista para quem infligir ao cônjuge maus tratos físicos ou psíquicos ou a quem viver em condições análogas às do cônjuge é de 1 a 5 anos de prisão. O procedimento criminal dependerá da queixa, mas o Ministério Público pode dar início ao processo se o interesse da vítima o impuser.

Esta alteração constituirá um passo fundamental para a regulação social dos comportamentos do campo privado da família, que muito poderá contribuir para que a violência familiar saia do espaço privado em que se tem inscrito e se possa finalmente constituir como alvo de intervenção das instituições públicas que até há bem pouco tempo se demitiam das suas responsabilidades nesta matéria.

Contudo, o peso da tradição ainda se mantém em muitos contextos socioculturais, sendo responsável pela reprodução de atitudes e situações de desigualdade entre os sexos, que são sobretudo situações de injustiça, subalternidade e discriminação das mulheres, no tipo de trabalho, nos salários e na organização da vida familiar. Pois, apesar das mulheres portuguesas verem consagrado no Direito a igualdade para com os homens, os hábitos e os costumes só lentamente se foram transformando e acompanhando a evolução que se fez fora do lar.

⁴ A título ilustrativo veja-se que o Primeiro Código Civil Português de 1867 consagrava a subalternização da mulher em relação ao marido, nomeadamente no seu art.1187.º “ao marido incumbe especialmente a obrigação de proteger e defender a pessoas e os bens da mulher, e esta a de prestar obediência ao marido”. Até 1852 a lei portuguesa autorizou o marido a bater na mulher, e o Código Penal de 1886 considerava o adultério da mulher como atenuante de homicídio, não sendo reconhecida à mulher a mesma atenuante. Para ela só existiam atenuantes ao homicídio no caso do marido a ter obrigado à coabitação com a amante no domicílio conjugal. Esta disposição manteve-se até 1974, altura em que homem e mulher passam a ter, perante a lei, os mesmos direitos.

As mudanças da lei, fruto de transformações ao nível das relações sociais, para o que muito contribuíram os movimentos de emancipação das mulheres, não foram, assim, eternizadas ao nível do senso comum, pelo que as normas de masculinidade e feminilidade, como resultado de um processo de construção social que incorre numa ideologia que é fortemente estruturante da organização social e atravessa toda a sociedade moderna, se foram instituindo com base em valores que assentavam na assimetria entre os sexos (Amâncio, 1994).

Assim, e pese embora os avanços reconhecidos da legislação portuguesa, do ponto de vista dos Direitos das Mulheres ou da noção de igualdade entre os sexos, é necessário que os cidadãos reconheçam essa legalidade como legítima para que ela se aplique, pois o problema não reside na falta de legalidade, mas na dificuldade de a legitimar (Correia Jesuino, 1982). É aqui que reside a grande discrepância em Portugal entre o nível formal da lei e a realidade concreta da situação em que se encontram muitas mulheres portuguesas. Esta discrepância é, aliás, reproduzida pelo facto da maioria das mulheres ainda não utilizarem os direitos que estão ao seu alcance e terem uma atitude de resignação face a situações que elas próprias consideram como naturais.

Num estudo sobre as mulheres maltratadas na região do Porto, Luísa Silva (1995) dá conta do carácter fatalista evidente na reacção submissa das mulheres agredidas, concomitantemente com o facto de não se considerarem culpadas de terem provocado a agressão. Nesta linha, Stark and Mc Evoy (1970) mostraram que, além de muitos homens, também muitas mulheres (um homem em cada quatro e uma mulher em cada seis) ainda hoje admitem que em certas circunstâncias e dentro de certos limites os homens lhes podem bater. Noutro estudo sobre o crime de homicídio no contexto da violência conjugal em Portugal, Elza Pais (1996) mostrou que os valores socioculturais, ancorados numa identidade do género feminino, que veiculam um casamento para a vida, impedem, em certos contextos sociais, as mulheres agredidas de denunciar o agressor, seu marido/companheiro, preferindo o sofrimento silenciado a uma solução que passe pela ruptura da conjugalidade e perda de uma posição social que as colocaria em situação de grande vulnerabilidade e fragilidade social. O mesmo estudo refere ainda a existência de enormes pressões familiares e sociais à resignação das mulheres agredidas, concomitantemente com o facto de muitas terem tentado, sem sucesso, denunciar o agressor.

Os avanços da lei, no sentido da igualdade, da não discriminação, e da penalização das ofensas corporais, mesmo entre cônjuges, ainda não se integraram no quotidiano das pessoas, sendo muitas vezes as polícias a dissuadir as mulheres da prossecução da denúncia, o que reitera o domínio privado da violência conjugal. Efectivamente, há mecanismos de censura e estereótipos muito fortes que explicam as discrepâncias entre os avanços extremamente significativos no plano jurídico e as lentas mudanças no plano dos factos, onde as tradições culturais continuam fortemente enraizadas.

De qualquer modo, e apesar das discrepâncias entre as situações de igualdade hoje contempladas na lei, e as de desigualdade, subalternidade e injustiça no plano dos factos, enraizadas nas tradições culturais dos povos, interessará fundamentalmente compreender porque se transformou este fenómeno num problema social da modernidade, tanto mais quando se trata de um "mal social" que não é novo. A violência contra as mulheres foi, com efeito, um aspecto comum da época medieval e dos primeiros anos da industrialização, tendo a lei autorizado o marido a bater na mulher, em certas circunstâncias, excepto em casos de graves prejuízos e de assassinato, até finais do séc. XIX, na generalidade dos países europeus e do Reino Unido.

Assim, e pese embora a estabilidade ou ligeiro aumento da criminalidade contra as pessoas, onde este tipo de violência, na vertente de crime, se inscreve (Lourenço e Lisboa, 1996), assiste-se hoje a uma preocupação pública e amplamente difundida pelos meios de comunicação social deste fenómeno, o que poderá, entre outros factores, ter contribuído para o aumento da sua visibilidade social, deixando assim a violência de ser negada e recalcada, passando a ser "reconhecida como um problema que pede soluções e remédios. Ela faz parte dos fenómenos submetidos à regulação social" (Michaud, 1989:139).

Ao traçarem o quadro da evolução dos costumes, Chesnais (1981,1992) e Michaud (1989) dão conta de como a violência na Idade Média era menos simbólica e mais sanguinária, tinha um carácter essencialmente privado e era cometida por grupos organizados, que tinham como base relações de solidariedade próximas, tais como laços de sangue, aliança e vizinhança. Na ausência de um poder efectivo para a aplicação das leis e sem instituições mediadoras de conflito, a violência assumia-se como um regulador social.

Este panorama de uma sociedade brutal e violenta começa a ter sinais de transformação a partir do séc. XVII. Com a origem da prisão,

a emergência do Estado Moderno e do seu aparelho repressivo (polícia e justiça), a violência começa a institucionalizar-se. “No Ocidente, a violência apaga-se como prática cultural à medida que se constitui como prática delinquente. Correlativa do Estado Moderno e da economia de mercado, a revolução individualista dos finais do séc. XVIII, ao instituir um novo tipo de relação social baseada na relação igualitária (...) transforma o estado antropológico da violência e logicamente a sua percepção” (Fatela, 1989:14-15).

O sentido destas mudanças, na linha da humanização dos comportamentos e da civilização dos costumes, não deixa de se associar, segundo Norbert Elias (1973), às grandes transformações da sociedade. O exercício individual da violência, no quadro de valores em que a honra e a vingança eram códigos determinantes das práticas sociais, constituía uma componente normal e legitimadora da vida em sociedade e justificava-se na ausência de uma força mediadora de conflitos. Com a centralização no Estado do uso da violência legítima, como diria Weber, a forte diferenciação social e o aparecimento do mercado e do Estado-Nação, o uso da violência individual deixa de fazer sentido, passando o Estado a assumir formas específicas de territorialidade e vigilância e um controlo monopolista efectivo sobre os meios de violência, emergindo uma nova lógica social e um novo significado das relações entre os homens (Lipovetsky, 1989), e uma definição mais abrangente da violência estendendo-a a actos até então socialmente aceites ⁵.

A violência doméstica faz parte integrante da experiência de muitos lares, o que tem levado muitos autores a dizer que a casa é um dos lugares mais “perigosos” das sociedades modernas (Giddens-b, 1994: 452). Em termos estatísticos, uma pessoa de qualquer idade ou sexo

⁵ O conceito de “violência” é dinâmico, reportando-se genericamente a uma transgressão das normas e dos valores socialmente instituídos em cada momento. Tem-se assistido, com a transformação da sociedade, a uma variação temporal e espacial do seu significado, integrando hoje actos que no passado não faziam parte da sua definição, por se considerarem comportamentos normais de relacionamento entre as pessoas. Nesta circunstância se inscreve a generalidade das atitudes que hoje é comumente designar por violência psicológica. Este fenómeno de evolução e extensão do significado de violência conhece hoje a designação de “neologismos por extensão” (Sommers, 1989, Lourenço e Lisboa, 1992). Tal permitiu, na actualidade, um novo entendimento não só do fenómeno, mas também das suas formas de manifestação e visibilidade.

corre mais perigo de ser atacada em sua própria casa que em outro lugar qualquer. Com efeito, no Reino Unido, um em cada quatro assassinatos é cometido por um membro da família contra outro, calculando-se, desse modo, que 25% da criminalidade registrada ocorre no seio da família (Gelles, 1987; Dobash and Dobash, 1992).

Embora a violência contra as mulheres não se situe exclusivamente nos espaços domésticos, podendo também ocorrer em qualquer outro local, como na rua ou local de trabalho, vários estudos têm apontado a casa e o contexto das relações familiares como o espaço onde se exerce maior violência, nomeadamente contra as mulheres, admitindo-se ser diversificada a conjugação de factores que permite a compreensão deste fenómeno.

Por um lado, admite-se que os ritmos de amor-ódio, ao fazerem parte integrante de uma mesma realidade e ao participarem no processo normal de uma relação entre duas pessoas (Gurvitch, 1979; Luhman, 1991), podem também, quando perduram, contribuir para a desagregação da família (Fernandes, 1994) e para a ocorrência de situações de violência; por outro lado, verifica-se que a evolução dos modelos matrimoniais impõe ao casal novas definições das hegemonias instituídas, associando-se a violência aos reajustamentos da mudança e ao facto de cada parceiro conjugal julgar poder obter, através dela, gratificações diversas (Saffioti, 1995). Nesta linha Dobash and Dobash (1992), defendem que a violência dos homens contra as mulheres constitui uma forma de exercício do poder e de preservação de *status*, podendo à virilidade e poder associar-se agressividade e violência. A violência remete, deste modo, para a questão de poder, proporcionando o aparecimento de sociabilidades despóticas quando não é fácil o estabelecimento de vínculos sociais em climas de sociabilidade democrática (Saffioti, 1995).

Este tipo de violência que se desenvolve no quadro das relações familiares só se tornou evidente depois de largos séculos de indiferença. As reacções começaram a fazer sentir-se, por um lado no século XIX com as progressivas necessidades de nuclearização do casal e da procura da intimidade por outro lado, nos anos setenta pelos movimentos feministas que contribuíram para a emergência social do tema, colocando sobretudo a tónica na violência dos homens contra as mulheres. Contudo, rapidamente outro tipo de violências ganhou visibilidade, nomeadamente a exercida sobre as crianças e os idosos, onde, além dos homens, também as mulheres se assumiram como protagonistas relevantes.

Apesar de haver quem afirme que as mulheres são tão violentas como os homens, tanto em relação aos seus maridos como para com os filhos, é certo que muitos estudos têm também mostrado que a violência cometida por mulheres é muito mais contida e episódica que a dos homens. Quando se manifesta é fundamentalmente sob aspectos de ordem psicológica, sendo muito menos provável que cause tantos danos físicos continuados como acontece quando é cometida por homens. Na maioria dos casos são os homens os agressores e as mulheres as vítimas. Segundo Giddens (1994-b: 221, 452) as crianças são as primeiras vítimas de violência doméstica e as mulheres as segundas.

Nas páginas precedentes fez-se uma reflexão abrangente sobre vários tipos de violência, particularmente contra as mulheres, por ser esse o objecto central deste livro. Deu-se um ênfase particular à violência conjugal, pois além da sua importância social, é uma das áreas onde são conhecidos mais trabalhos de âmbito sociológico. Apesar do anel silenciador que o lar tende a criar em torno do que se passa no seu seio, a Sociologia da Família fez com êxito algumas incursões e levantou um pouco o véu daquela realidade escondida.

Neste trabalho, a violência contra as mulheres no espaço doméstico não foi esquecida. Contudo, e mesmo correndo o risco calculado de se aprofundar menos este tipo de violência, alargou-se a observação da prática da violência a outros espaços, nomeadamente aos espaços públicos e aos espaços do trabalho. Um leque amplo de questões, que cobre a discriminação sociocultural e as violências física, psicológica e sexual, irá permitir a análise da primeira radiografia conhecida sobre a violência contra as mulheres em todo o continente.

Capítulo I

ASPECTOS METODOLÓGICOS

1 — Amostra

A amostra ⁶ (Anexo 1) foi constituída por 1 000 mulheres, residentes no Continente, com idade igual ou superior a dezoito anos e foi estratificada, proporcionalmente, por distrito, dimensão da localidade e escalão etário, a partir dos dados do Recenseamento Geral da População de 1991. Cada célula, correspondente ao cruzamento dos critérios, contém o cálculo das entrevistas a realizar (Anexo 2). A selecção das inquiridas foi feita aleatoriamente, tendo sido substituídas as não respondidas, de modo a assegurar a representatividade da amostra. Assim, a amostra é representativa das mulheres portuguesas residentes no Continente, com idade igual ou superior a 18 anos, para uma margem de erro de 3,2% e um nível de confiança de 95%.

2 — Questionário

O conteúdo do questionário (Anexo 3) foi elaborado a partir de um quadro amplo de questões fornecidas pela Comissão para a Igualdade dos Direitos das Mulheres, correspondentes a problemas reais que foram emergindo do contacto dos serviços técnicos da Comissão com as

⁶ No anexo I pode ver-se a caracterização da amostra utilizada nesta investigação.

mulheres que aí pediam apoio. Daí que os contactos seleccionados e a forma como foram abordados tivesse como pano de fundo os problemas reais com que as mulheres se confrontam, na sua diversidade etária, económica e sociocultural. A operacionalização dos elementos que compõem a noção de violência fez-se através da construção de uma bateria de perguntas aplicadas às inquiridas, que se relacionavam com 52 actos de violência ou de discriminação, tidos como os que mais frequentemente atingem as mulheres: 6 actos relacionados com a discriminação sociocultural; 22 com a violência psicológica; 13 com a violência física e 11 com a violência sexual.

Conforme se pode observar, o questionário administrado é composto pelos seguintes conjuntos de questões:

- a)* Perguntas de controlo da administração;
- b)* Perguntas de caracterização sociocultural das inquiridas;
- c)* Perguntas relacionadas com os actos de violência ou discriminação e caracterização sociocultural dos autores, repartidos os actos pelos seguintes tipos: discriminação sociocultural, violência psicológica, violência física, violência sexual e outros actos;
- d)* Perguntas de relação entre o consumo de álcool ou droga e os actos de violência contra as mulheres;
- e)* Perguntas sobre a percepção dos actos mais violentos, das causas e das medidas para combater a violência contra as mulheres.

A estrutura do questionário foi concebida de modo a, por um lado, permitir fazer uma triagem das pessoas que não estavam dispostas a falar de si e, por outro lado, atendendo ao melindre de algumas questões, a ser gradual na intensidade das perguntas de modo a combinar a obtenção do máximo de informação com a liberdade de resposta.

Antes da administração definitiva, o questionário foi sujeito a um pré-inquérito, o que permitiu corrigir aspectos da linguagem, reforçar os esclarecimentos e acertar a melhor forma de fazer as perguntas.

3 — Recolha de dados

A recolha da informação foi feita através de administração indirecta, por inquiridoras já com experiência em inquéritos de opinião e especialmente formadas para este trabalho, no ano de 1995. Participaram

no trabalho de campo 43 entrevistadoras, tendo o trabalho de campo sido levado a cabo pela Consulmark. Na sua grande maioria, as entrevistas foram conduzidas no agregado familiar em que residia a pessoa seleccionada.

Foi efectuado um controlo de qualidade sobre 20% do trabalho de campo realizado, tendo em consideração:

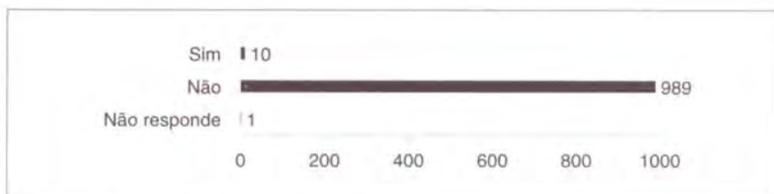
- a) A selecção aleatória dos questionários preenchidos, considerando todas as entrevistadoras implicadas no trabalho de campo;
- b) O controlo por questionário preenchido, envolvendo aspectos como:
 - b.1 - A correcção do processo de selecção da mulher;
 - b.2 - O modo como foi preenchido o questionário;
 - b.3 - O comportamento geral da entrevistadora.

4 — Controlo dos resultados Globais

4.1 — Actos seleccionados

Pelo gráfico pode verificar-se que só dez mulheres disseram ter sido alvo de outros actos que não tinham sido explicitados no questionário, o que, de um ponto de vista metodológico, vem reforçar a ideia de que o leque de actos escolhidos contemplou os mais significativos para as mulheres.

Gráfico 1— Actos seleccionados

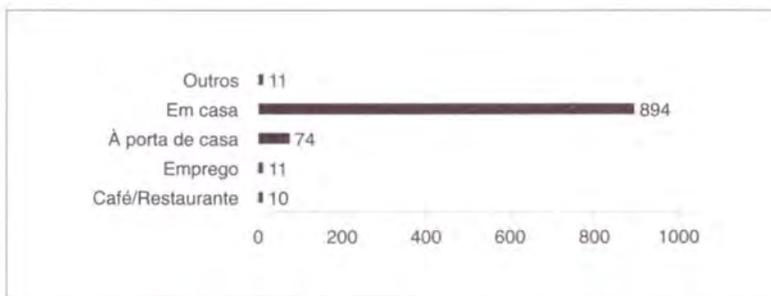


Fonte: Inquérito Nacional «Violência contra as mulheres», SOCINOVA - UNL/CIDM, 1995.

4.2 — Local de realização das entrevistas e pessoas presentes

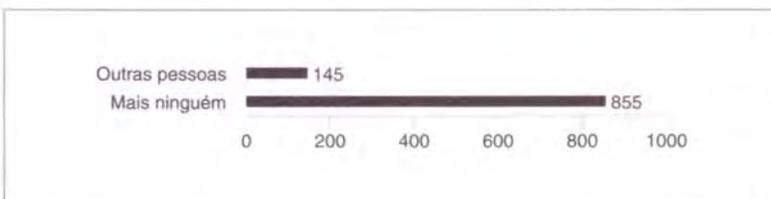
Atendendo à complexidade e ao carácter íntimo de grande parte das perguntas do questionário, tornava-se necessário assegurar as melhores condições possíveis para as mulheres poderem falar dos actos de violência de que tinham sido alvo. Daí, a necessidade de *controlar*, quer o local onde a entrevista se iria realizar, quer as pessoas que poderiam assistir. Os resultados obtidos foram muito positivos, contribuindo de uma forma decisiva para a validação dos dados recolhidos. De facto, verificaram-se 89,4% de casos realizados em casa e 85,5% em que mais ninguém presenciou a entrevista.

Gráfico 2 — Local de Realização das Entrevistas



Fonte: Inquérito Nacional «Violência contra as mulheres», SOCINOVA-UNL/CIDM, 1995.

Gráfico 3 — Pessoas presentes durante a Entrevista



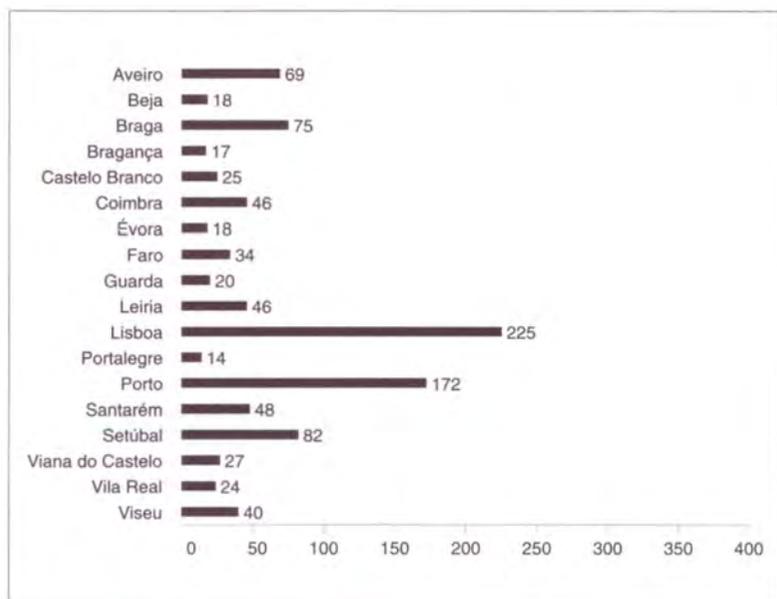
Fonte: Inquérito Nacional «Violência contra as mulheres», SOCINOVA-UNL/CIDM, 1995.

4.3 — Estratificação da amostra

Distritos

A distribuição regional das mulheres inquiridas obedeceu à estratificação da amostra, de modo a assegurar a sua melhor representatividade face ao universo, não tendo sido registadas alterações significativas, conforme se pode verificar pelos resultados apurados:

Gráfico 4 — Distritos

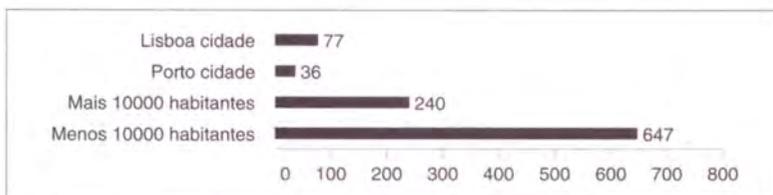


Fonte: Inquérito Nacional «Violência contra as mulheres», SOCINOVA - UNL/CIDM, 1995.

Dimensão das localidades

Também, quanto à dimensão das localidades, não se verificaram alterações significativas em relação ao universo.

Gráfico 5 — Dimensão das localidades

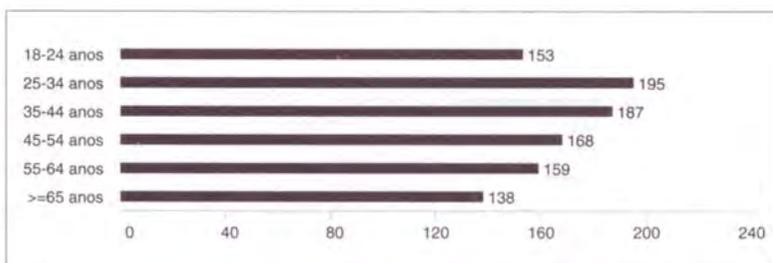


Fonte: Inquérito Nacional «Violência contra as mulheres», SOCINOVA-UNL/CIDM, 1995.

Escalões etários

Comparando com a tabela da construção da amostra, pode verificar-se que os pesos dos escalões nos resultados correspondem aos do universo.

Gráfico 6 — Escalões etários



Fonte: Inquérito Nacional «Violência contra as mulheres», SOCIONOVA-UNL/CIDM, 1995.

5 — Tratamento dos Dados e Análise dos Resultados

Depois do tratamento dos dados através de técnicas estatísticas univariadas, para identificar as variações de frequências das diferentes categorias, efectuaram-se várias operações de agrupamento de categorias

e de construção de novas variáveis, de modo a construir um corpo de dados simultaneamente consistentes de um ponto de vista estatístico e com a coerência necessária à sua problematização e análise de um ponto de vista sociológico.

De entre as variáveis construídas a partir de múltiplos indicadores, refira-se o caso da variável *estrato social*. A combinação de vários indicadores para a obtenção de estratos sociais é uma tarefa estatisticamente complexa, que obriga, frequentemente, à redução do seu número. Neste trabalho pretendeu-se ir mais longe, combinando-se o nível de instrução formal da inquirida, a actividade profissional, o local de passagem de férias nos três últimos anos (como indicador de *status*) e os escalões de rendimento do agregado familiar por mês, ponderado pela dimensão de cada agregado.

Em seguida, efectuaram-se vários cálculos com as estatísticas bivariadas, procurando encontrar relações e associações que pudessem sustentar tratamentos mais complexos com técnicas estatísticas multivariadas. A técnica multivariada mais utilizada foi a Análise Factorial das Correspondências⁷, quer para a análise das relações entre os níveis de violência e as características socioculturais das mulheres vítimas, quer para compreensão das relações entre os actos de violência e as características socioculturais dos autores e das vítimas.

Em qualquer das análises factoriais realizadas, os eixos 1 e 2 explicam mais de 50% da variância e a interpretação dos resultados teve em conta não só as contribuições absolutas para os factores, como as contribuições relativas destes.

Finalmente, em todos os casos teve-se em conta os perfis das linhas e recorreu-se sempre aos dados da matriz de origem, bem como a novos cruzamentos, para controlar a posição das projecções de facto pertinentes.

⁷ O algoritmo matemático e a técnica de tratamento e análise dos dados utilizados na Análise Factorial das Correspondências obedeceram às sugestões referidas por Benzecri, nomeadamente em relação à preocupação em não manipular os dados, forçando-os a adaptar-se ao modelo, pelo que não foram efectuadas operações que desvirtuassem a estrutura dos dados de partida.

Capítulo II

VIOLÊNCIA E CARACTERÍSTICAS SOCIOCULTURAIS DAS MULHERES VÍTIMAS

O objectivo deste capítulo é o de proceder a uma análise integrada das características das mulheres vítimas e dos actos de que foram alvo. Para isso, inquiriram-se as mulheres com uma bateria de perguntas relativas a cinquenta e dois actos resultantes maioritariamente das queixas apresentadas no serviço de atendimento da Comissão para a Igualdade e Direitos das Mulheres e que abrangem aspectos relacionados com a discriminação sociocultural, a violência psicológica, a violência sexual e a violência física. Deste modo, procurou-se conhecer as práticas de actos que, tendo uma gravidade variável e ocorrendo em tempos diferentes, são, por isso mesmo, recordados diferentemente no momento do inquérito. Daí que, entre a resposta dada e a realidade ocorrida haja um “filtro” de percepção, variável em função da memória e do “à-vontade” para falar do acto. Em outros casos, são as condicionantes socioculturais que contribuem para que as mulheres não atribuam importância suficiente a certos actos para falar deles.

De facto, se, por um lado, o objectivo era o de atingir o nível das práticas, o que foi grandemente conseguido, por outro lado, não sendo possível comprovar esses actos, e dificilmente alguma investigação não policial o conseguiria fazer, é-se confrontado com uma realidade repartida, em que a descodificação da parte que cabe à percepção social terá que ser feita a partir de estudos já realizados e das teorias sociológicas sobre as representações sociais.

A violência contra as mulheres constitui hoje uma problemática central, não necessariamente devido ao recrudescimento do fenómeno ⁸, mas fundamentalmente, às recentes transformações sociais ⁹, e especificamente no campo da família (movimentos de desinstitucionalização e privatização que contribuíram para o recuo da nupcialidade, aumento de famílias monoparentais, uniões livres e modelos de companheirismo), que teriam contribuído para a redefinição do papel social das mulheres e para a conquista de uma nova integração social.

Violências outrora silenciadas, porque inscritas no relacionamento normal entre os sexos e, por isso, socialmente legitimadas, têm hoje mais possibilidades de ser denunciadas, não só pelas modificações introduzidas ao nível das práticas de relacionamento conjugal que, apesar de tudo, não acompanham os ritmos das mudanças ¹⁰, mas também pelas altera-

⁸ Existem efectivamente muito poucos estudos sobre violência contra as mulheres, sendo contudo estas pesquisas mais comuns nos E.U.A. que nos países europeus. Não existem também estudos que deem conta da forma como o fenómeno tem evoluído ao longo dos tempos e que contornos tem assumido em cada período. Contudo, ao nível da evolução da criminalidade, verifica-se que os aumentos registados se devem fundamentalmente ao recrudescimento da criminalidade contra a propriedade e não tanto contra as pessoas, onde este tipo de violência, na sua vertente criminal, se inscreve; esta tem inclusivamente apresentado índices de grande estabilização quer em Portugal quer, de um modo geral, nos restantes países europeus (Cousson, 1990; Lourenço e Lisboa, 1996).

⁹ No período recente dos últimos 25 anos as mulheres conquistaram, na generalidade dos países europeus, numerosos direitos que antes lhes eram recusados, muito particularmente no domínio da sexualidade. Subtraíram-se a quatro das imposições que contribuíram para a definição da situação de vulnerabilidade/ discriminação em que se encontravam: *imposição da procriação*, levantada pelas leis da contraceção e da interrupção voluntária da gravidez; *a imposição da idade*, que foi contrariada pelas sucessivas conquistas feitas pelos jovens no sentido da autonomização e afirmação sexual antes do casamento; *a imposição da heterossexualidade* aquando do desaparecimento das últimas discriminações jurídicas de que eram vítimas os homossexuais homens e mulheres e, finalmente, *a imposição da violência* que foi derrotada pelas leis de regulamentação da violação, prescrições em matéria de incesto e do assédio sexual (Mossuz-Lavau, 1995).

¹⁰ O Inquérito à Família promovido pela Direcção Geral da Família, em 1988, *Tempo para Trabalho, Tempo para a Família*, veio provar que o facto das mulheres trabalharem fora de casa não se deve, em muitos casos, a um desejo de autonomia, mas a necessidades de sobrevivência económica; e que os esquemas de apoio à maternidade e à infância são muito escassos, dado que não se verificando, na esmagadora maioria, a divisão das tarefas domésticas, a mulher fica muito sobrecarregada nesses

ções da lei¹¹ que, ao definir hoje tratamento igual para homens e mulheres e ao pretender retirar a violência contra as mulheres do campo privado, revela uma nova atitude face a um fenómeno, cujos contornos só recentemente se começam a conhecer.

Pensa-se, assim, que pelo menos parte do aumento da violência familiar, hoje *oficialmente* registada em Portugal, se deve ao repúdio de situações até aqui aceites e a uma maior transparência das relações familiares, o que confere visibilidade a actos que até aqui ficavam escondidos no universo fechado em que as famílias se estruturavam (Lourenço e Lisboa, 1992).

Apesar das mudanças ao nível das práticas e dos valores não terem atingido todos os sectores da população portuguesa, tendo-se feito sentir sobretudo nas camadas mais jovens da população, nos meios urbanos e nos sectores com escolaridade e categoria sócio-profissional mais elevada¹², a possibilidade dessas mudanças se poderem efectuar terá contribuído para uma maior visibilidade dos relacionamentos entre os sexos, bem como das conflitualidades/violências que durante muito tempo permaneceram secretas na privacidade da família¹³.

períodos. Com efeito, só nas camadas mais jovens é que se começam a verificar, mais ao nível do discurso que propriamente das práticas, algumas mudanças quanto à simetria dos modelos familiares que, mesmo assim, apresentam maior visibilidade em sectores com escolaridade universitária.

¹¹ Em Portugal, a revisão do Código Civil de 1976 veio completar o processo de mudanças legislativas que colocavam o homem e a mulher em situação de igualdade perante a lei. A figura do chefe de família desapareceu e alteraram-se dispositivos fundamentais quanto ao casamento e à família.

¹² Veja-se, a este respeito os trabalhos desenvolvidos por Anália Torres (1989; 1996), Ana Nunes de Almeida e Maria das Dores Guerreiro (1993) e de João Ferreira de Almeida (1990).

¹³ São muitos os estudos que referem a relutância dos assuntos de família serem "expostos" a estranhos, mesmo quando esses assuntos se referem a situações de extrema violência sobre as mulheres ou sobre as crianças. Luísa Silva (1995), no estudo já referenciado na zona do Porto, verificou que são as próprias mulheres a admitir que os homens, em certas circunstâncias, lhes possam bater; Greenblat (1983) nos E.U.A. mostrou num inquérito efectuado que, um em cada quatro inquiridos, de ambos os sexos, pensavam haver motivos que justificavam que o marido batesse na mulher; enquanto Adler (1992) mostrou como na Austrália um adulto em cada cinco aprovava o recurso ao uso da força de um dos cônjuges contra o outro, sob certas condições. Essa relutância estende-se à própria polícia, quer a outras instâncias sociais que se coíbem de intervir no mundo privado da família, o que só recente e lentamente tem vindo a ser ultrapassado (Dobash and Dobash, 1992).

Deste modo, começa a cair, embora de uma forma ainda não generalizada, o muro de silêncio que durante muito tempo conferiu impunidade ao cônjuge violento, ao mesmo tempo que se implementam dispositivos de apoio, psicológico, social, jurídico e logístico às mulheres vítimas de violência. Estes, pese embora os avanços conseguidos neste domínio, continuam a ser muito escassos, o que dificulta não só a denúncia como ainda a eficácia da resposta cada vez que aquela se efectua.

Em Portugal, contrariamente ao que acontece nos restantes países europeus ou nos E.U.A., não existem refúgios para acolhimento de mulheres vítimas de violência. Existem, no entanto, Associações que apoiam e encaminham as mulheres que a elas reccorem. Em 1996, a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima efectuou a nível nacional 2.269 atendimentos a mulheres vítimas de violência, que correspondem a 78% do total de atendimentos efectuado e a Comissão para a Igualdade dos Direitos das Mulheres efectuou, só na Delegação de Lisboa, 1600 atendimentos.

Apesar do grande número de pessoas atingidas por esta problemática, não se têm efectuado estudos que permitam uma macro-análise ou uma análise mais em profundidade do fenómeno, o que confere a estas primeiras abordagens um carácter exploratório e uma visão global, onde se levantam muitas interrogações, que poderão ser equacionadas em outros estudos de pormenor que se venham a efectuar sobre estas matérias.

Sabendo-se que este tipo de violência pode atingir qualquer mulher independentemente da sua condição social ou cultural, podendo as mulheres ser batidas tanto por operários como por professores, médicos ou magistrados, interessará fundamentalmente saber quais as circunstâncias *precipitantes* de violência que favorecem mais uns que outros, não só à exposição ao fenómeno, como ainda à diferenciação das formas como ele se manifesta.

Na análise que se segue, as práticas e as percepções cruzam-se numa teia complexa de significados em que só o recurso às características socioculturais das mulheres vítimas e dos autores permite formular hipóteses compreensivas para esta realidade social. O recurso à Análise Factorial das Correspondências possibilita essa visão integrada. Contudo, para aumentar a eficácia e rigor fez-se a análise em dois momentos: primeiro, dando uma visão global, com todos os actos do último ano e anos anteriores, caracterizados em função do número de vezes que

ocorrem; segundo, fazendo uma análise em função das especificidades dos quatro conjuntos de actos — discriminação sociocultural e violências psicológica, sexual, e física — e das características socioculturais que lhe estão mais associadas.

1 - Visão Global Integrada

Nesta visão global e integrada que se segue, entre as características socioculturais das mulheres inquiridas e o número de vezes que foram vítimas de actos de discriminação sociocultural e de violência, pretende-se, num primeiro momento, analisar se há diferenças entre as mulheres que disseram ter sido vítimas e as que não referiram qualquer acto e, num segundo momento, detectar se há características que diferenciem as que assinalaram só um acto e as que referiram vários.

Os resultados das projecções factoriais permitem visualizar uma dicotomia ao longo do eixo 1¹⁴. Começando pelo número de actos, o eixo 1 opõe claramente as mulheres que disseram não ter sido vítimas de qualquer acto no último e em anos anteriores (N/AC), à esquerda do eixo 2, às mulheres que foram vítimas de mais de um acto (>1AC), à direita do mesmo eixo. Estas duas categorias, só por si, correspondem a 100% da contribuição absoluta para o eixo 1, pelo que a leitura dos dados poder-se-á fazer considerando-o o eixo do nível de violência: da esquerda para a direita, do nível mais baixo para o mais alto. Relativamente marginal, e sem qualquer explicação pelo eixo 1, encontram-se as mulheres que disseram ter sido vítimas de um acto (1ACT)¹⁵.

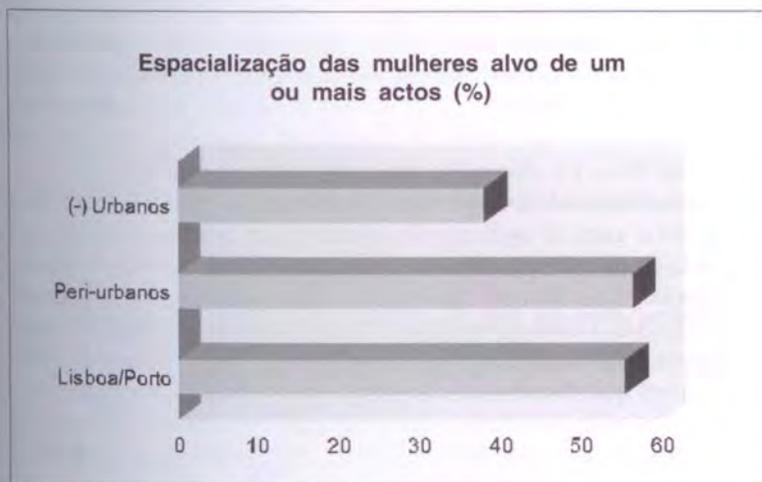
¹⁴ O eixo 1, com 82.99%, explica quase a totalidade da inércia da nuvem de dados, pelo que a análise far-se-á essencialmente ao longo deste eixo. O eixo 2 contribui com os restantes 17.02%, pelo que bastaram dois eixos para explicar toda a inércia dos dados.

¹⁵ Ver a legenda e a matriz dos dados base da Análise Factorial das Correspondências no anexo 4.

1.1. Distribuição espacial das mulheres em função do distrito de residência

Face à disparidade de espaços regionais e no intuito de se ter uma visão mais abrangente da problemática da espacialização da violência contra as mulheres, optou-se por agregar os distritos em três tipos de espaços: Lisboa e Porto, que representam os espaços mais urbanizados, um conjunto de distritos constituído por Aveiro, Braga, Coimbra, Faro, Leiria, Santarém e Setúbal que se inserem no que se poderá chamar de espaços peri-urbanos e, finalmente, os restantes distritos do Continente, correspondentes a espaços menos urbanizados.

Gráfico 7 — Violência segundo o distrito de residência



Fonte: Inquérito Nacional «Violência contra as mulheres», SOCINOVA -UNL/CIDM, 1995.

A percentagem de mulheres que foi vítima de um ou mais actos de violência ou de discriminação é mais elevada nos espaços peri-urbanos (56,3%) e urbanos (55,4%) que nos distritos menos urbanizados (37,9%). Quando se analisam os dados agregados em conjunto, a tendência continua a manter-se, ainda que seja relativamente esbatida no conjunto da violência física (Lisboa/Porto:13,4%, Peri-urb:15% e Outros:11,8%).

Verifica-se, igualmente, que enquanto na violência física e na violência psicológica não é possível descortinar qualquer tendência de associação entre a violência e o grau de urbanização dos distritos, na discriminação sociocultural e na violência sexual nota-se claramente que os distritos menos urbanizados apresentam percentagens menores de mulheres que foram alvo dos respectivos actos (discriminação: 21,4%; 18,8% e 15,3%; violência sexual: 31%; 24,3% e 16,7%). Será isso um indicador que nos espaços mais urbanizados tende a agravar-se a violência em relação àquele tipo de actos, ou que aí há uma melhor percepção do que significa a discriminação sociocultural e um maior à vontade para falar das violências sexuais? A análise multivariada, apresentada mais à frente, irá esclarecer os processos sociais inerentes a estes resultados.

Quando se analisam as frequências acto a acto, nem sempre se verificam as tendências descritas anteriormente. Mesmo se estas frequências são, naturalmente, menores (a requererem um tratamento mais complexo com a análise multivariada) é possível detectar alterações de tendência, por exemplo, entre os dez actos com valores mais elevados, nas *humilhações por palavras e comportamentos* (Lisboa/Porto: 8,6%, Peri-urb:15,5% e Outros:10,3%), ou em actos com frequências ainda relativamente elevadas como a *humilhação pela desvalorização da aparência física* e a *difamação pela atribuição de amantes*.

Pela análise multivariada (gráfico factorial 1) verifica-se que a dicotomia se faz entre as mulheres dos distritos menos urbanizados (Ur-), à esquerda do eixo 2 e do lado das que não referiram actos de violência, e as mulheres de distritos mais urbanizados, quer de nível intermédio (Ur+-), quer de Lisboa e Porto (UrLP). Se se recorrer aos dados da matriz de origem, pode verificar-se que em todos os agrupamentos de distritos, as mulheres que disseram não ter sido vítimas de actos têm pesos mais elevados; só que o conjunto onde esse peso é maior é o dos distritos menos urbanizados, pelo que a proximidade das projecções de N/AC e Ur- deve ser interpretada em termos de não exclusividade.

1. 2. Mobilidade geográfica das mulheres face ao distrito de nascimento

Verifica-se, pelas projecções (gráfico factorial 1), que as mulheres que vivem em distritos diferentes daqueles onde nasceram (MobS) situam-se do lado das que disseram não ter sido alvo de actos (N/AC), enquanto que as que vivem no mesmo distrito onde nasceram (MobN)

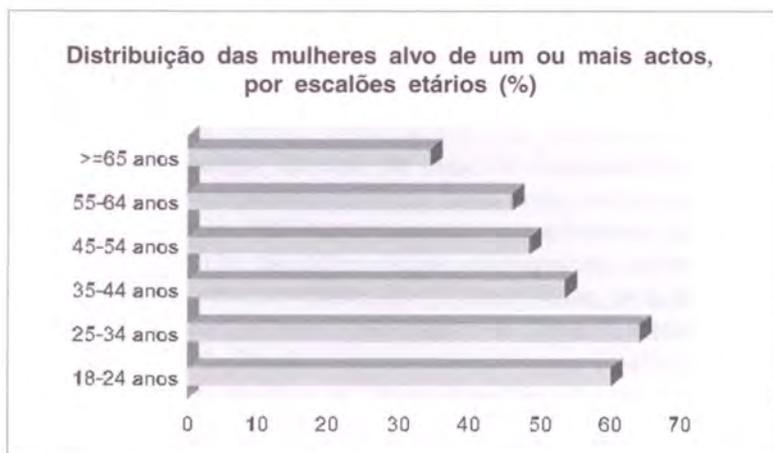
estão do lado oposto, junto das que disseram ter sido alvo de actos (>IAC). Todavia, face aos valores da matriz de origem, os resultados devem ser interpretados como na variável anterior: as mulheres à esquerda do eixo 2 têm mais mobilidade geográfica do que as mulheres situadas à direita do mesmo eixo.

1. 3. Idade

Com o aumento da idade, e à excepção do escalão etário 18-24 anos, nota-se uma ligeira diminuição das percentagens das mulheres alvo de violência, tendência que se mantém nos vários conjuntos de actos, excepto algumas alterações na violência psicológica e, de um modo mais acentuado, na violência física.

Começando por esta última, são os escalões 35-44 anos (16%) e com idade igual ou superior a 65 anos (15,2%) que apresentam os maiores valores em relação às mulheres alvo de actos. Na violência psicológica, há uma diminuição até ao escalão 45-54 anos, para aí subir (39,3%), voltando a diminuir nas idades seguintes (45,1%; 42,6%; 35,3%; 39,3%; 30,2% e 27,5%).

Gráfico 8 — Violência segundo a idade das mulheres



Fonte: Inquérito Nacional «Violência contra as mulheres», SOCINOVA - UNL/CIDM, 1995.

Descendo agora a uma análise mais fina sobre cada um dos dez actos que apresentaram maiores frequências, verifica-se que a maioria desses actos têm as percentagens mais elevadas nos dois escalões mais jovens, nomeadamente: *os gritos e ameaças*, a *perseguição no local de trabalho*, a *afecção da auto-estima* e a *humilhação através de palavras e comportamentos*. Dentro do conjunto da violência sexual, os actos relativos ao *assédio* também apresentam os pesos mais elevados nos dois escalões mais jovens (18-24 e 25-34 anos).

Pelo contrário, nas agressões físicas através de *sovas*, verifica-se que, em termos relativos, as mulheres mais velhas têm uma percentagem maior de vítimas que os outros escalões etários (12,3%, contra, das mais novas para as mais velhas, 4,6%; 7,2%; 11,8%; 10,7% e 4,4%). Tendência, aliás, que se mantém em relação à agressão através de *apertar o pescoço*.

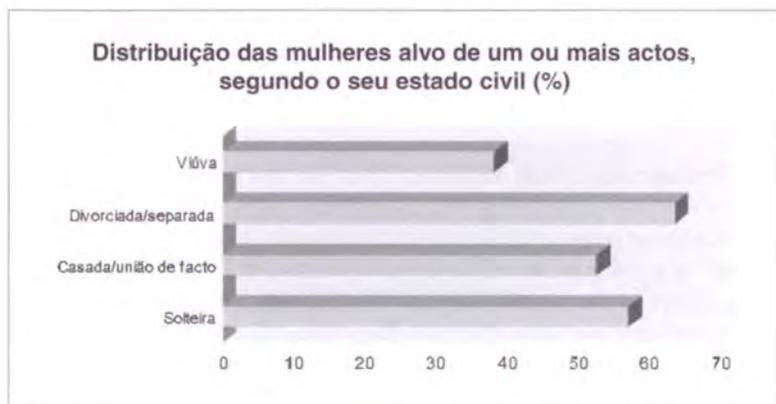
Sem romper completamente com a tendência de maior peso dos escalões mais jovens, mas numa posição algo intermédia, a discriminação em relação ao homem através do salário tem a sua percentagem mais elevada das mulheres alvo no escalão 35-44 anos.

Pela análise multivariada (gráfico factorial 1) verifica-se ainda que em relação à idade, a oposição é clara e tem total correspondência na matriz de origem: as mulheres que disseram não ter sido vítimas de actos, à esquerda, são mais velhas, com idades superiores aos 54 anos (id54 e id65), enquanto que as que foram vítimas têm idades inferiores a 44 anos. Numa posição algo indefinida, encontra-se a faixa etária dos 34-44 anos (id44).

1. 4. Estado civil

Analisando agora os tipos de violência segundo o estado civil verifica-se que dos quatro estados civis analisados, só a viuvez apresenta valores claramente inferiores aos restantes (37,8%). O valor mais elevado nas divorciadas/separadas (64,3%) deve ser relativizado, já que a totalidade deste escalão só é de 42 mulheres, como se pode ver na caracterização da população inquirida em anexo.

Gráfico 9 — Violência segundo o estado civil



Fonte: Inquérito Nacional «Violência contra as mulheres», SOCINOVA -UNL/CIDM, 1995.

Quando se observam os actos agrupados em conjuntos, continua a verificar-se a tendência detectada para os dados globais, excepto na violência física, onde o peso das mulheres alvo de actos é maior nas viúvas e menor nas solteiras. Em relação aos actos de violência sexual é na categoria das solteiras que o peso das mulheres alvo é maior (37,6%).

É ainda de salientar que, excepto no caso anteriormente apontado, e apesar do número de divorciadas ser pequeno, há uma constância nos vários conjuntos no sentido desta categoria ter um peso elevado de mulheres alvo de actos. Será isso um indicador de vulnerabilidade nas mulheres viúvas/separadas?

Passando agora aos dez actos com frequências mais elevadas: na discriminação em relação ao homem por questões salariais, é a categoria das casadas que tem a maior percentagem; na *perseguição* na rua ou no local de trabalho, são as solteiras; do mesmo modo, em relação às questões relacionadas com a *auto-estima* e a *humilhação*, são também as solteiras que têm as percentagens mais elevadas; em relação aos *actos associados ao assédio sexual*, continuam a ser as solteiras que apresentam as percentagens mais elevadas, suplantando mesmo as das divorciadas/separadas.

Pela análise multivariada (gráfico factorial 1) verifica-se ainda que as mulheres viúvas (viuv) são as únicas que claramente se situam do lado das que disseram que não tinham sido vítimas. No plano oposto, estão as solteiras (solt) e as divorciadas (divo). Quanto às mulheres casadas (cas), elas distribuem-se pelos dois pólos, pelo que é difícil a sua interpretação factorial, situando-se praticamente junto à origem.

1. 5 Pessoas com quem vive

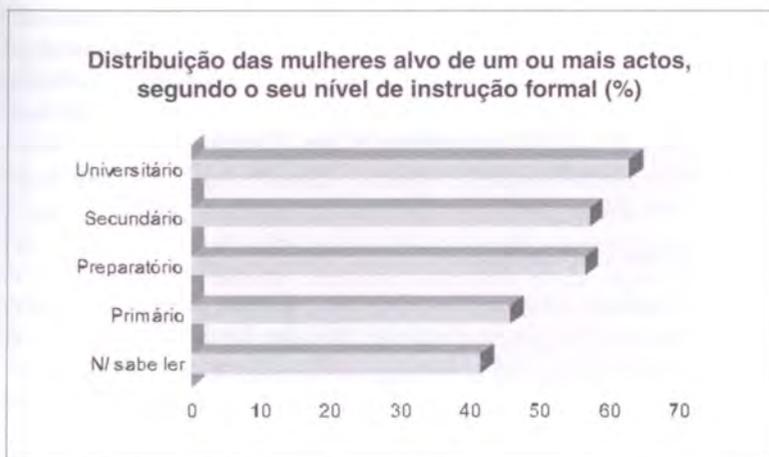
Como se pode verificar pela caracterização da população inquirida (anexo 1), o número de mulheres que vivem sozinhas é relativamente baixo (12,4%), prevalecendo as que vivem com os maridos/companheiros e, ou, com os filhos (52,8%). Por outro lado, as situações de co-habitação com o marido e outras pessoas além dos filhos também não são muito frequentes (6,8%).

Pela análise multivariada (gráfico factorial 1) verifica-se ainda que as mulheres que vivem sozinhas (sozi), só com os maridos (Mari) ou só com os filhos (Filh) projectam-se do lado das que disseram não ter sido vítimas de actos. Pelo contrário, as que vivem com o marido e o filho (MaFi) ou que vivem com outras pessoas (Vivo) disseram mais ter sido vítimas de actos de violência. Por outro lado, as mulheres com mais filhos (N3_4 e N_f2) referiram menos actos de violência do que as mulheres com um filho (N_f1), ou sem filhos (N_f0).

1. 6. Nível de instrução formal

Comparando de seguida a violência segundo o nível de instrução verifica-se uma certa regularidade no sentido de os níveis de instrução mais elevados terem, também, pesos maiores de mulheres que são alvo de actos de violência. Aliás, no Preparatório (56,6%), no Secundário (57,1%) e no Universitário (61%) as mulheres vítimas são mesmo mais do que as que não referiram qualquer acto.

Gráfico 10 — Violência segundo o nível de instrução



Fonte: Inquérito Nacional «Violência contra as mulheres», SOCINOVA - UNL/CIDM, 1995.

A análise dos resultados dos actos agrupados nos conjuntos já referidos mostra que a tendência observada a nível global é idêntica no caso da discriminação sociocultural e da violência sexual. Em relação à violência psicológica, essa tendência está mais esbatida com os três valores mais elevados a serem ocupados pelo Preparatório (44,4%), o Secundário (38,9%) e o Universitário (38,3%), mas em que os que Não Sabem Ler (35,2%) e os que têm o Primário (33,5%), apesar dos seus valores mais baixos, estão ainda muito próximos dos primeiros. Num sentido completamente contrário, na violência física, nota-se que é nos níveis de instrução mais baixos que há um maior peso das mulheres que foram alvo de actos de violência, respectivamente: Não Sabe Ler-Escrever (21,6%), Primário (11,3%), Preparatório (19,2%), Secundário (14,6%) e Universitário (9,7%).

Tomando agora os actos com frequências mais elevadas, não se notam alterações significativas em relação aos valores dos conjuntos em que se inserem. Por exemplo, na violência psicológica, nota-se uma relativa ambiguidade nos resultados, que se traduz no relativo esbatimento da tendência já referida anteriormente. Também, na violência psicológica, continua a verificar-se um maior peso de mulheres vítimas nos níveis de instrução mais baixos, o que é particularmente visível na agressão

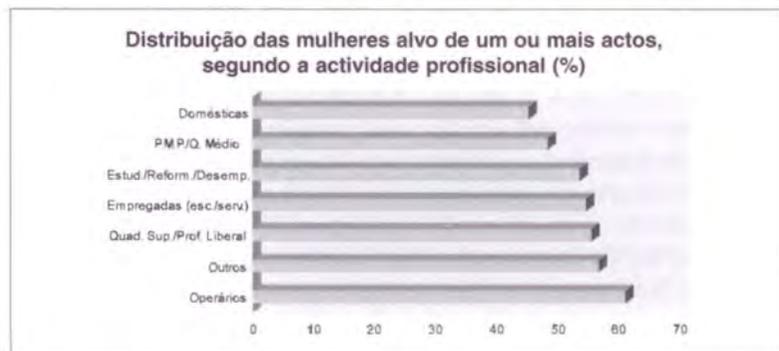
física através de *sovax*. Na violência sexual, os resultados seguem a tendência dos dados globais ¹⁶.

Pela análise multivariada (gráfico factorial 1) verifica-se ainda que as mulheres com níveis de instrução mais baixos, não sabendo ler nem escrever (Nler) e com a instrução primária (Prim), foram as que disseram ter sido vítimas de menos actos, pelo que se situam claramente à esquerda do eixo 2. Pelo contrário, as que têm níveis mais elevados, preparatório, secundário e universitário (Prep, Sec e Univ) situam-se do lado das que disseram ter sido vítimas.

1.7. Actividade profissional

Pela análise conjunta dos tipos de violência com a actividade profissional excluíram-se as *outras actividades profissionais*, já que a sua frequência total é só de 7 casos. O gráfico que se segue mostra que é nas operárias que se verifica a maior percentagem de mulheres alvo de actos de violência, seguidas das quadros superiores e profissões liberais, das empregadas de escritório e serviços, depois um conjunto misto de estudantes, reformadas e desempregadas, e ainda as pequenas e médias proprietárias e quadros médios e as que desempenham actividades em casa (domésticas).

Gráfico 11 — Violência segundo a actividade profissional



Fonte: Inquérito Nacional «Violência contra as mulheres», SOCINOVA - UNL/CIDM, 1995.

¹⁶ A quase inexistência de mulheres que não sabem ler-escrever e que não referem qualquer acto relacionado com o assédio sexual, leva-nos, mais uma vez, a levantar a questão de saber se as mulheres menos instruídas não terão também mais inibições em falar deste tipo de actos.

Na análise dos conjuntos dos actos, verificam-se contudo algumas alterações. Assim, na discriminação sociocultural, ainda que as domésticas mantenham o valor mais baixo, são as profissões liberais e os quadros superiores (28,3%) e as empregadas de escritório e serviços (27,6%) a apresentarem as percentagens mais elevadas. Na violência psicológica, por ordem decrescente dos pesos das mulheres que foram alvo: operárias, desempregadas/estudantes/reformadas, domésticas, empregadas, pequenas e médias patroas e quadros superiores/profissões liberais. Ou seja, ainda que de uma forma pouco nítida, pela insuficiência de indicadores ¹⁷, parece haver uma relação entre a condição social e este tipo de actos: as mulheres com uma actividade profissional que remete para uma condição social mais elevada são, em percentagem, menos vítimas de actos de violência psicológica que as operárias. Já em relação aos actos de violência sexual o maior peso das mulheres alvo pertence aos quadros superiores e profissões liberais (20 em 46) e o menor nas domésticas (56 em 341).

Quando se passa a uma análise acto a acto nota-se, em primeiro lugar, uma particular incidência dos actos de humilhação nas operárias e nas estudantes/desempregadas/reformadas. Em praticamente todos os indicadores (actos) de violência física é nítido que são as operárias que apresentam os maiores pesos de mulheres alvo. Quanto aos actos da violência sexual, eles confirmam o que já tinha sido detectado, nomeadamente, em relação ao seu maior peso nos quadros superiores e profissões liberais.

Pela análise multivariada (gráfico factorial I) verifica-se ainda que quanto à actividade profissional das mulheres, parece haver uma distribuição equilibrada pelos dois conjuntos. Todavia, pode assinalar-se uma maior tendência no sentido de as mulheres com uma actividade essencialmente doméstica (Dom) e as pequenas e médias proprietárias e as quadros médios (PpQm) estarem mais próximas das que disseram não ter sido vítimas de actos de violência. Pelo contrário, actividade tão díspares como as operárias (oper), quadros superiores e profissões liberais (QsPl), ou as empregadas do comércio e serviços (Emp) situam-se do lado das que foram alvo de actos de violência.

¹⁷ Um controlo mais preciso será efectuado numa alínea seguinte, pela utilização da variável composta estrato social.

1. 8. Estrato social

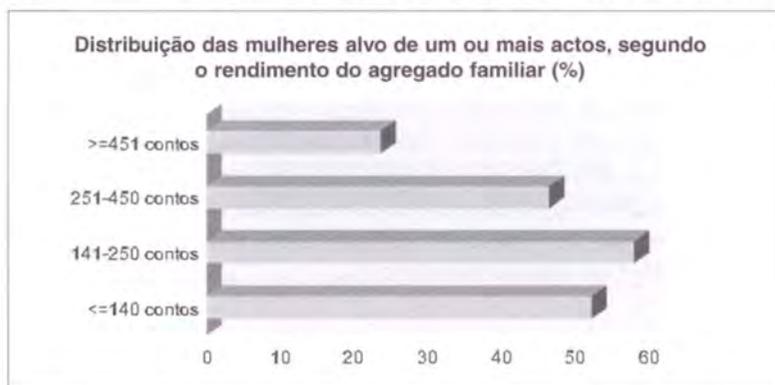
A combinação de vários indicadores para a obtenção de estratos sociais é uma tarefa estatisticamente complexa, o que obriga, frequentemente, à redução do seu número. Neste trabalho pretendeu-se ir um pouco mais longe, combinando-se o nível de instrução formal da inquirida, a actividade profissional, o local de passagem de férias nos três últimos anos (como indicador de status) e os escalões de rendimento do agregado familiar por mês, ponderado pela dimensão de cada agregado.

Através de uma análise ao rendimento familiar das mulheres vítimas de violência (gráfico 12) pode concluir-se que os dois escalões de rendimento mais baixos não só são os que apresentam os maiores pesos de mulheres que foram alvo de actos de violência (58% e 52,5%), como, em qualquer dos casos, são aqueles onde esses pesos são superiores a 50%; ou seja, onde as mulheres alvo de actos são mais do que aquelas que dizem não lhes ter acontecido nada.

Numa visão de conjunto, a tendência mantém-se de uma forma clara na violência psicológica e na violência física (p.ex. nesta, não há referência a qualquer acto no escalão ≥ 451 contos). Nos outros conjuntos, discriminação e violência sexual, os resultados não permitem conclusões tão nítidas.

A análise dos dez resultados com frequências mais elevadas confirma o que se disse nas alíneas anteriores.

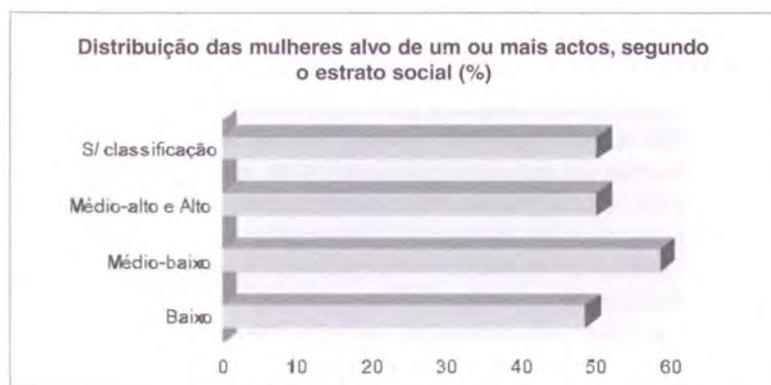
Gráfico 12 — Violência segundo o rendimento do agregado familiar



Fonte: Inquérito Nacional «Violência contra as mulheres», SOCINOVA -UNL/CIDM, 1995.

Na análise conjunta dos tipos de violência segundo o estrato social (gráfico 13), face aos valores baixos de mulheres inseríveis no estrato alto (4) e, representando o gráfico percentagens, optou-se por agregar os dois estratos mais elevados. Os resultados mostram que só o estrato médio-baixo tem uma percentagem de mulheres vítimas de actos de violência ou discriminação superior às que não referiram nada (58,2%). Na agregação médio-alto e alto, das 38 mulheres que constituem este conjunto 19 foram alvo de actos e, no baixo, o seu valor anda próximo (48,5%). Ou seja, em termos de dados globais, apesar de pequenas variações, os resultados mostram que as mulheres que foram alvo de actos de violência têm pesos semelhantes em todos os estratos sociais.

Gráfico 13 — Violência segundo o estrato social



Fonte: Inquérito Nacional «Violência contra as mulheres». SOCINOVA - UNL/CIDM, 1995.

Quando se analisam os conjuntos de actos, verifica-se que: na discriminação sociocultural, e agrupando o médio-alto com o alto, o peso das mulheres alvo em cada estrato é semelhante, excepto no baixo, onde o seu valor é só de 13,9%; já na violência psicológica, os estratos baixo e médio-baixo apresentam os maiores valores (36,1% e 41,8%); também na violência física, são os estratos baixo e médio-baixo que têm as percentagens mais elevadas de mulheres alvo; na violência sexual, nota-se a mesma tendência que na discriminação sociocultural, com os pesos a equivalerem-se nos vários estratos sociais, excepto no baixo em que o seu valor é mais modesto.

Na análise acto a acto, há pequenas alterações que permitem relativizar as observações feitas anteriormente, nomeadamente: na discriminação sociocultural, no acto que tem maior frequência — discriminação salarial em relação ao homem — o peso das mulheres alvo é maior nos estratos baixos; relativamente aos restantes actos não se notam grandes discrepâncias em relação ao que se disse anteriormente para o conjunto a que pertencem.

Pela análise multivariada (gráfico factorial I) verifica-se ainda que o único estrato que claramente se situa próximo das mulheres que foram vítimas de actos é o médio baixo (MeBa). As dos estratos mais baixos (Baix) projectam-se, também claramente, do lado das mulheres não vítimas. As dos estratos médio (Medi) e médio-alto e alto (Me+A) repartem-se equitativamente pelos dois conjuntos, não sendo possível uma análise em termos da dicotomia vítima-não vítima.

1. 9. Ocupação dos tempos livres

Pela análise multivariada (gráfico factorial I) verifica-se ainda que as projecções das ocupações dos tempos livres revelam uma distribuição equilibrada entre as mulheres que disseram ter sido vítimas e as que afirmaram o contrário. Mesmo nas que disseram ocupar o seu tempo com a leitura (Ler), situadas à esquerda, se, na matriz de origem, se adicionarem as que foram alvo de um acto e de mais do que um, o seu valor quase que se equivale ao das que disseram não ter sido vítimas (69 e 83).

1.10. Opção religiosa

Finalmente, em termos de caracterização sociocultural, os resultados mostram que 88,8% das mulheres inquiridas afirma ser católicas, ainda que 54,8% tenham dito que não foram à missa (ou culto equivalente) no último mês.

Pela análise multivariada (gráfico factorial I) verifica-se que há uma oposição clara em relação à opção religiosa manifestada pelas mulheres: do lado das que não foram alvo de actos de violência projectam-se as que disseram professar a religião católica (Cato), enquanto que as que dizem não professar qualquer religião (RelN) ou que têm outra religião diferente da católica (RelO) estão claramente do lado das que foram alvo de actos de violência. Só uma análise mais fina, em profundidade, poderia ajudar a compreender o processo social subjacente

a esta regularidade: estar-se-á perante um fenómeno de *anomia social*, na perspectiva durkheimiana defendida em *O Suicídio*, ou estamos perante um processo relacionado com a associação de variáveis, como o nível de instrução e a opção religiosa, condicionante da percepção da violência, de que se falará num dos capítulos seguintes?

2 — Tipos de violência

O significado do conceito de violência, no processo civilizacional, foi-se alargando a situações que antes ficavam fora do seu âmbito, o que, embora lhe tendo conferido abrangência e tendo aumentado a sua capacidade descritiva, contribuiu também para lhe reduzir a eficácia, ocultar distinções importantes, tornar confusa a sua utilização na linguagem pública e na pesquisa científica.

Deste modo, começou a colocar-se de forma pertinente a necessidade de relativizar a comparabilidade no tempo das situações designadas em cada sociedade como violentas. O núcleo central do conceito, que no passado se reportava apenas a situações de utilização da força física e brutalidades, incorpora hoje também a noção de omissão (como por exemplo no caso das negligências a crianças), o que nos reporta para novos entendimentos do fenómeno e novas clarificações conceptuais.

Assim, neste estudo, e tendo em consideração as queixas efectuadas pelas mulheres na Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, geralmente em situação de grande desespero, pela forma como os actos as afectaram, consideraram-se quatro conjuntos de actos, *violência física, psicológica, sexual e discriminação sociocultural*.

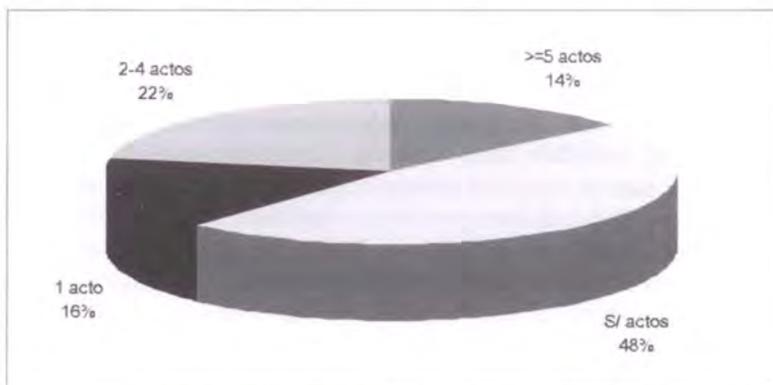
Muitas das situações integradas em cada tipo de violência, não são, sequer, consideradas crime, por não terem tradução legal nas tipificações das infracções actualmente existentes no Código Penal, como é o caso da grande maioria das violências psicológicas, conduzindo, mais uma vez, à distinção entre violência e crime, pelo que, estes fenómenos, além de deverem ser entendidos no quadro de referências em que são produzidos, devem também, no caso do crime, ser compreendidos em função das tipificações legais que em determinado momento designam certos actos como tal.

Deste modo, e adoptando uma posição mais céptica e relativista, o crime deve ser entendido como um processo de construção social, ou seja, uma pura construção sociojurídica, pois, "os crimes não existem

como tal, apenas existem os actos sobre os quais o poder apõe a etiqueta de crime” (Lourenço e Lisboa, 1996: 47).

Tendo em consideração a bateria de questões a que as inquiridas foram submetidas, verifica-se que, numa primeira visão global dos resultados do inquérito, a maioria das mulheres (52,2%) foram alvo de pelo menos um acto de violência. Entre estas, salienta-se ainda que um elevado número que foi alvo de vários actos (363: 219, com 2-4 actos e 144, com 5 ou mais actos)¹⁸.

Gráfico 14 — Mulheres atingidas por escalões dos actos



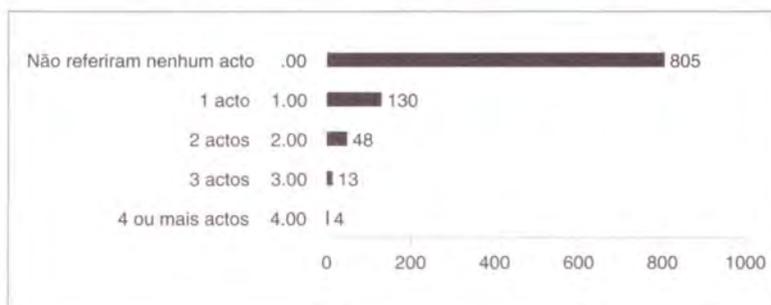
Fonte: Inquérito Nacional «Violência contra as mulheres», SOCINOVA - UNL/CIDM, 1995

2. 1 Discriminação sociocultural

Quando analisadas globalmente, as perguntas relativas à discriminação sociocultural, mostram que 19,5% das mulheres foram alvo de pelo menos um destes actos e que, destas, 65 tiveram 2-4 actos.

¹⁸ Convém relembrar que um dos objectivos do Inquérito era produzir uma “radiografia” da violência contra as mulheres em todo o Continente. Ainda que os resultados apresentem valores bastante elevados, naturalmente, que ainda poderiam ser maiores se fossem seleccionadas só as zonas onde, à partida, é suposto haver uma maior incidência dos actos. Todavia, além das reservas científicas que se poderiam colocar quanto aos métodos de selecção dessas zonas, o estudo deixaria, também, de ser estatisticamente representativo do Continente.

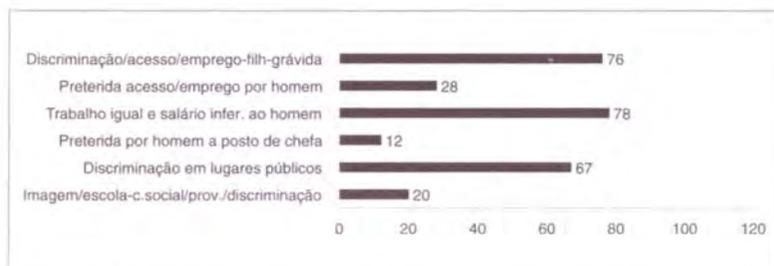
Gráfico 15 — Discriminação sociocultural



Fonte: Inquérito Nacional «Violência contra as mulheres», SOCINOVA - UNL/CIDM, 1995.

Centrando agora a análise no número de ocorrências, acto a acto, verifica-se que os actos mais frequentes referem-se à discriminação face ao homem quanto aos aspectos salariais e à dificuldade em arranjar emprego quando as mulheres têm filhos pequenos ou estão grávidas. Ainda que com um valor menor, a discriminação no acesso a lugares públicos reflecte ainda uma mentalidade pouco consentânea com os valores da modernidade. É ainda de salientar o facto de só 12 mulheres referirem discriminação no acesso a postos de chefia. Facto, certamente, influenciado pela elevada percentagem de mulheres com actividades domésticas.

Gráfico 16 — Actos de discriminação sociocultural mais frequentes



Fonte: Inquérito Nacional «Violência contra as mulheres», SOCINOVA - UNL/CIDM, 1995.

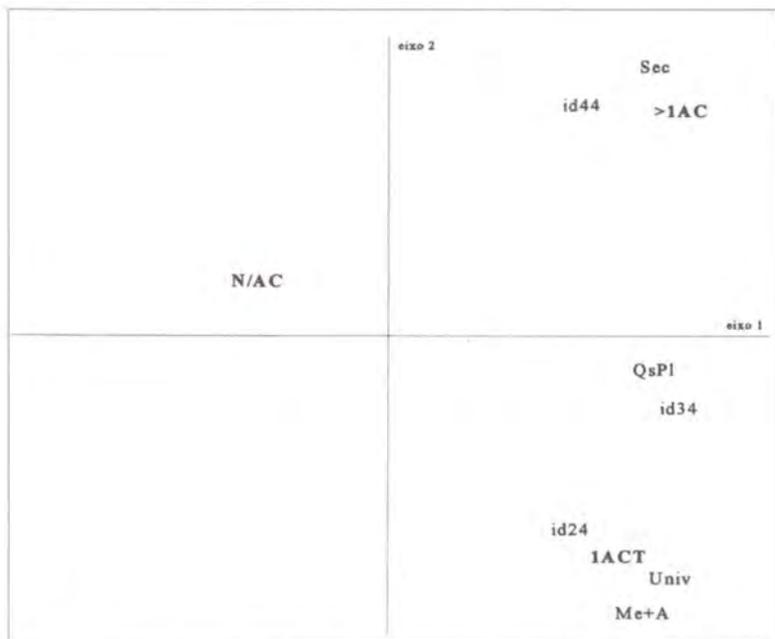
Pela análise multivariada (gráfico factorial 2) foi possível detectar uma associação mais pormenorizada entre a discriminação e algumas características socioculturais das mulheres vítimas, mantendo-se, no essencial, a oposição não vítima/vítima, pelo que as diferenças em relação à globalidade dos actos de violência, referem-se à oposição entre as mulheres que disseram só ter sido vítimas de uma acto (1ACT), abaixo do eixo 1, e as que foram vítimas de mais de um acto (>1AC), acima do mesmo eixo.

Quando isolados para análise este conjunto de actos só revela diferenças significativas nas características socioculturais das mulheres que foram vítimas e não em relação às que não referiram qualquer acto, que aparecem isoladas no gráfico factorial. Assim, a análise que se segue refere-se só às mulheres que disseram ter sido vítimas de um ou mais actos, parcialmente caracterizadas anteriormente. As oposições que agora interessa destacar são entre as características das que referiram só um acto e as que disseram ter sido alvo de mais.

As mulheres com níveis de instrução mais elevados (Univ), pertencentes aos estratos sociais médio alto e alto (Me+A), situadas numa faixa etária mais jovem (id24 e id34, que corresponde a ≤ 24 anos e 25-34 anos) e com actividades profissionais ao nível dos quadros superiores e das profissões liberais (QsPl) manifestam menor discriminação, já que se situam junto a 1ACT, do que as mulheres com o secundário (Sec) e de uma faixa etária compreendida entre os 44 e os 54 anos, que disseram ter sido vítimas de vários actos de discriminação.

Gráfico factorial 2

Discriminação e características socioculturais das vítimas



Fonte: Inquérito Nacional «Violência contra as mulheres», SOCINOVA - UNL/CIDM, 1995.

A violência contra as mulheres é hoje reconhecida como uma manifestação da desigualdade histórica da relação de poder entre os sexos, uma forma de discriminação da tradicional concepção de subordinação e de inferioridade da mulher face ao homem, onde os seus direitos foram sendo persistentemente violados, mesmo nas definições da própria lei, que só recentemente sofreu alterações significativas.

Os dados revelam que, de todas as violências que recaem ainda hoje sobre as mulheres, a designada por discriminação sociocultural foi a que apresentou valores mais baixos, na ordem dos 14,1% no último ano²⁰ (Cap. III).

²⁰ Recorde-se que por último ano se entende o ano que antecedeu o lançamento do inquérito e não o ano que precedeu a divulgação dos dados.

Atendendo ao papel histórico das mulheres, onde as situações de desigualdade, que foram sobretudo situações de injustiça entre os sexos, tanto no quadro familiar, como nacional ou internacional, se ancoraram como se de situações “naturais” se tratasse, não admira pois a dificuldade, historicamente construída, das mulheres ainda hoje reivindicarem situações de igualdade quando sujeitas a processos de discriminação social.

A crescente participação das mulheres no mercado de trabalho nem sempre se fez por imperativos de autonomia e emancipação, mas por necessidades e carências económicas já que, com o evoluir dos tempos, um só salário familiar (o do homem) não mais conseguia suportar o orçamento familiar. Muitas mulheres foram, deste modo, expostas a uma “dupla jornada de trabalho”, sendo, no entanto, a tomada de decisão, no sentido da igualdade de participação de ambos os sexos, de uma importância funcional variável segundo o estatuto social da família.

Assim, nas famílias operárias os modelos organizam-se com base no *status (position-oriented)*, onde o sistema de papéis é em princípio mais rígido, mais ligado aos estereótipos de sexo e de idade do que determinado pelos projectos mutáveis de cada um dos cônjuges. Nas famílias de classe média, os modelos de organização familiar são sobretudo *person-oriented*, sendo predominante a ideia de flexibilização dos papéis (Kellerhals et al, 89: 62), o que concede a cada um dos cônjuges uma maior autonomia, na definição dos seus papéis na família e fora dela.

Neste último quadro inscrevem-se as famílias de dupla carreira e os modelos simétricos de distribuição dos papéis, modelo que em Portugal, acompanhando, aliás, as tendências europeias, se apresenta com maior presença nos centros urbanos, nos grupos etários mais jovens e nas camadas médias assalariadas relativamente quer à burguesia, quer à pequena burguesia independente, quer ao operariado (Almeida, 1990: 102-105). Deste modo, a compartimentação nítida dos papéis familiares, em instrumentais para os homens e expressivos para as mulheres, tal como foi enunciada por Talcott Parsons²¹, afigura-se, em certos contextos, substancialmente ultrapassada.

Nesta pesquisa salienta-se que são justamente as mulheres dos estratos mais baixos, as mais velhas e as de regiões menos urbanizadas

²¹ Talcott Parsons, “A estrutura social da Família” in Ruth Nanda Anshen (coord.), *A Família: sua função e destino*. Lisboa: Meridiano: 265-300.

as que apresentam maior dificuldade de mudança, aquelas que concomitantemente referem ter sido alvo de mais situações de discriminação salarial e de acesso a postos de trabalho ou promoções profissionais. Cabe, no entanto, referir que, sendo as mulheres destes contextos menos expostas à mudança as mais discriminadas, vislumbram-se, ainda assim, sintomas de mudança, nomeadamente nos aspectos cognitivos da percepção da situação de discriminação de que estas mulheres são alvo.

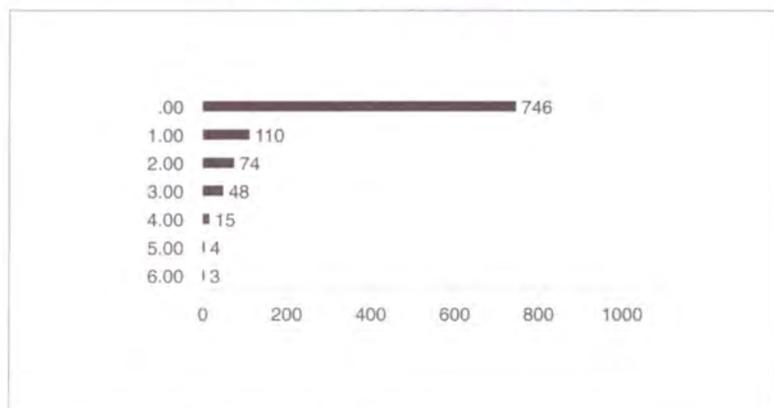
A discriminação sociocultural analisada é, efectivamente, tradutora de uma diferenciação de classe e de género, tendo-se feito sentir as transformações sociais no sentido da igualdade dos sexos, sobretudo nas camadas mais jovens e nos quadros superiores dos meios urbanos.

Estabelecem-se assim dinâmicas de continuidade e de transformação entre o mercado de trabalho, o Estado, as configurações culturais e a família que são concomitantemente condicionadas e condicionantes dos processos sociais em que as práticas e representações se inscrevem.

2. 2 Violência sexual

Duzentas e cinquenta e quatro mulheres inquiridas referiram terem sido alvo de actos conotáveis com a violência sexual. Saliente-se ainda que destas, a maioria foi vítima de mais de que um acto (144).

Gráfico 17 — Violência sexual

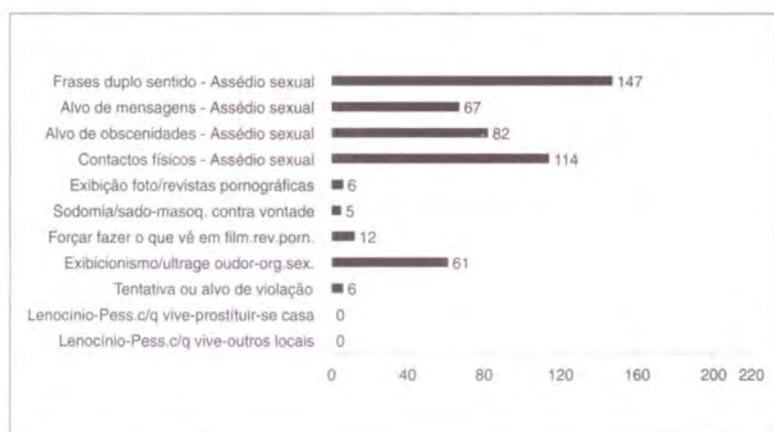


Fonte: Inquérito Nacional «Violência contra as mulheres», SOCINOVA - UNL/CIDM, 1995.

Os actos relacionados com a violência sexual abrangem um grande leque que vai das *frases de duplo sentido com intenção de assédio sexual* até à *violação* e o *lenocínio*. Daí, também, à semelhança da violência física, como se verá mais à frente, que as frequências dos actos apresentem valores diferenciados conforme a sua gravidade.

São os actos mais directamente relacionados com o *assédio*, as *frases de duplo sentido* (147), os *contactos físicos* (114), as *obscenidades* (82) e as *mensagens* (67) os que apresentam as frequências mais elevadas. Nos outros actos deste conjunto, só o *atentado ao pudor* apresenta valores que se aproximam daqueles (61). Por outro lado, se em relação à *violação* houve seis mulheres a referi-lo, quanto ao *lenocínio* ninguém o fez, o que mais uma vez vem reforçar a ideia da necessidade de, para estas questões, ser conveniente completar os trabalhos mais quantitativos com outros mais qualitativos, de modo a captar os casos particulares e sociologicamente menos visíveis.

Gráfico 18 — Actos de violência sexual mais frequentes



Fonte: Inquérito Nacional «Violência contra as mulheres», SOCINOVA - UNL/CIDM, 1995.

A análise bivariada (Cap. III.1 e 2) permite observar que as mulheres que dizem ter sido vítimas de violência sexual apontam os espaços públicos como os locais onde ocorre esse tipo de violência e, as que dizem ter sido vítimas de violências física e psicológica asso-

ciam-nas fundamentalmente aos espaços domésticos. Por outro lado, e ainda que não seja possível estabelecer qualquer relação entre os espaços de ocorrência da violência, as vítimas e os autores, verifica-se que nas violências psicológica e física a relação entre vítima e agressor é estreita, enquanto que a violência sexual é exercida por pessoas distantes e desconhecidas da vítima.

Embora vários estudos apontem para uma violência sexual significativa no contexto da própria família, marido/esposa, pais/filhas, contudo, nesta investigação os casos declarados mostram sobretudo situações de violência sexual que, pela sua natureza, tendem a ocorrer fora dos espaços domésticos, sendo de admitir que em Portugal são fortes os mecanismos socioculturais que dificultam a denúncia ou a percepção deste tipo de violência no quadro familiar.

Dentro e fora do lar parece evidente que, também no caso da violência sexual, talvez mais do que em todas as outras, há uma ocultação da realidade, o que também tem sido provado em outros estudos similares²².

A violência sexual registada neste estudo reporta-se sobretudo a situações de *assédio sexual* que ocorrem, como se verá mais à frente (cap. III-1), fora do contexto da casa, nos espaços públicos, portanto, sendo o agressor, sobretudo um não familiar. Registam-se ainda poucas tentativas ou alvo de *violação*.

Com efeito, embora os dados não apontem para uma violência sexual no seio da família ou no contexto do trabalho, é certo que os estudos sobre estas matérias (Giddens-b, 1994; Brison, 1993; Yllo, 1988; entre outros) apontam também a família (imposição de relações sexuais sob ameaças, sanções e humilhações, bem como abuso sexual de crianças e incesto) e o local de trabalho (onde se emprega a autoridade e o poder para exibir satisfações sexuais, no sentido da efectuação de despedimentos ou bloqueio de promoções) como espaços privilegiados para a ocorrência destes factos.

Julga-se estar, assim, perante um fenómeno que, no contexto social português, ainda não ganhou visibilidade no espaço da casa e do trabalho, nem mesmo no quadro de um inquérito à vitimação destes actos, situação que tende, na generalidade dos casos, a aproximar-se mais da realidade ainda não traduzida nas estatísticas da criminalidade.

²² Agresións sexuais e violencia doméstica contra as mulleres en Galicia: Período 1988-1992. Xunta de Galicia, 1992.

Os estudos europeus revelam que só 9% das mulheres vítimas de violência sexual, a declaram. No Reino Unido estima-se que 7 em cada 10 mulheres sofrem abuso sexual prolongado no decorrer da sua vida profissional (Giddens-b, 1994: 223).

Poder-se-á estar perante uma dificuldade de verbalização deste tipo de violência ou de percepção destes actos como violentos, o que se inscreve, aliás, nas tradições de subalternidade das mulheres, que não ousam perceber como violentos actos que põem em causa a sua autonomia e liberdade sexual. Socializadas numa cultura que tem apresentado, como valor supremo de realização da mulher, a maternidade e o casamento, estas aceitam silenciosamente situações de violência quando periga a “estabilidade” das situações que presumem realizá-las. A vulnerabilidade social a que se exporiam em situação de monoparentalidade, levou muitas mulheres a aceitarem em silêncio situações de violência, que muitas têm como inerentes ao sexo a que pertencem, não ousando sequer perceberem-nas como tal e muito menos denunciá-las.

A este respeito lembre-se que até aos anos 80 a violação dentro do casamento era ilegal unicamente numa minoria dos países ocidentais. A violação é hoje um tipo específico de violência criminal, tendo muitos dos seus mitos, que se relacionavam claramente com associações entre a masculinidade e o poder, a dominação e o vigor, sido descodificados. Contudo, na realidade dos factos muitas mulheres preferem silenciar esta agressão a terem que se expor a um tribunal que decide o momento exacto deste acto deixar de ser considerado uma sedução para passar a ser considerado uma violação. As imagens e os estereótipos populares, que podem também influenciar a decisão do tribunal, constituem-se, deste modo, como factores inibidores de denúncia.

Existe efectivamente uma grande tolerância no domínio da violência no contexto das intimidades familiares ou conjugais explicada por razões de ordem psicológica, histórica, social e política, que fizeram com que os conteúdos violentos aí ocorridos fossem difíceis de explicar.

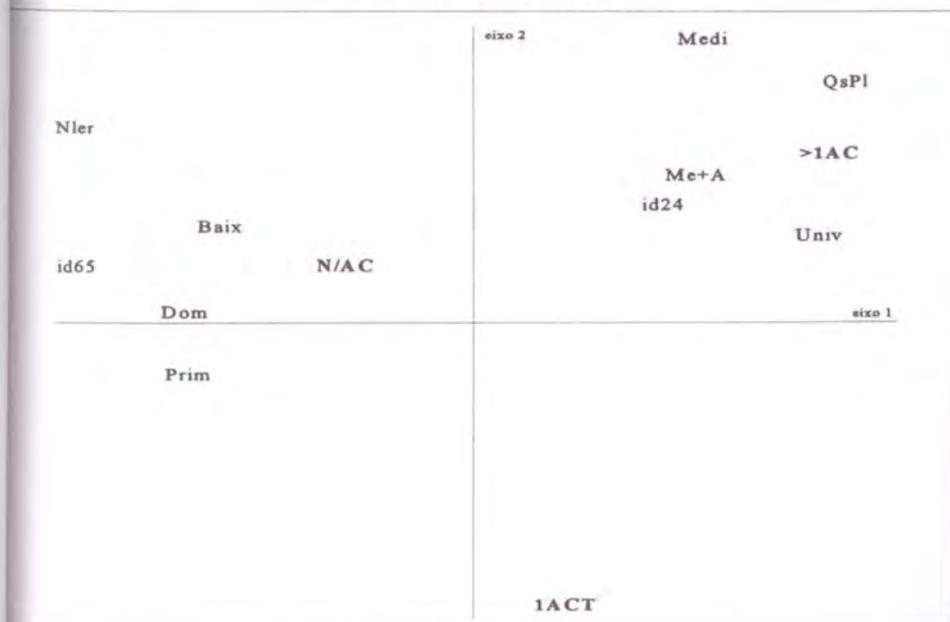
As pressões sociais e políticas, provenientes particularmente das análises feministas das relações sociais, provocaram uma nova leitura da realidade. Contudo, ainda hoje, e estes dados provam-no, tendo em atenção os conhecimentos teóricos e empíricos que apontam a família como uma zona particularmente exposta à violência sexual, existe uma grande relutância em perceber, e muito menos declarar, certos comportamentos como violentos por se inscreverem historicamente nos padrões normais do relacionamento instituído entre os sexos.

As mudanças não têm sido, pois, como disse Lígia Amâncio (1994), eternizadas ao nível do senso comum, dado que as normas de feminilidade e de masculinidade são o resultado de um processo de construção social que incorre numa ideologia que é fortemente estruturante da organização social, tendo sido para as próprias mulheres muito difícil perceberem situações de desigualdade e subjugação, na medida em que se inscreviam no quadro das legitimidades sociais.

Após esta breve reflexão teórica sobre algumas das características conhecidas da violência sexual, veja-se de seguida a relação entre este tipo de violência e as características socioculturais das mulheres vítimas.

No gráfico factorial 3 da violência sexual, seleccionaram-se só as variáveis que melhor dessem conta da especificidade deste tipo de violência. As projecções mostram claramente um contraste com as características socioculturais das mulheres que disseram ter sido vítimas de violência física.

Gráfico factorial 3
Violência sexual e características socioculturais
das mulheres vítimas



Fonte: Inquérito Nacional «Violência contra as mulheres», SOCINOVA - UNL/CIDM, 1995.

De facto, os maiores níveis de violência sexual estão associados a pessoas mais jovens (id24) com níveis de instrução mais elevados (Univ), quadros superiores e profissões liberais (QsPl) e de estratos médios (Medi) e médio alto e alto (Me+A). Ou seja, com características socioculturais que lhes permitem mais facilmente entender e perceber determinados actos como sendo relativos à violência sexual.

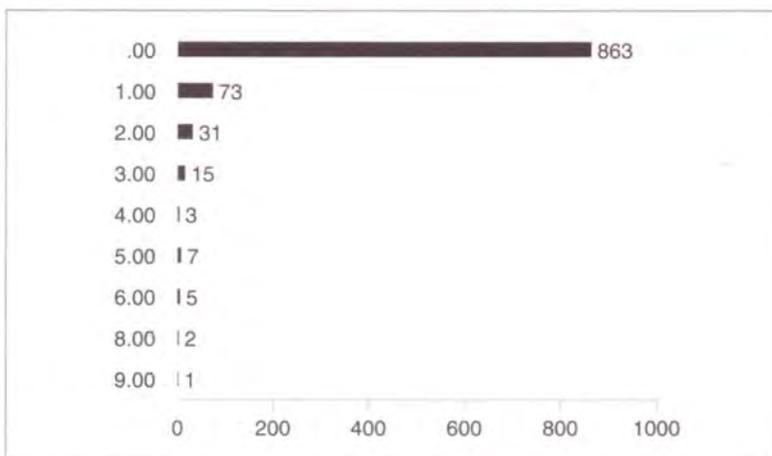
Pelo contrário, as mulheres das faixas etárias mais elevadas (id65), com níveis de instrução mais baixos (Nler e Prim) e de estratos, também, baixos (Baix), referem menos actos de violência sexual. Porque de facto eles não ocorreram, ou porque são condicionadas por um quadro sociocultural que dificulta a sua percepção?

Independentemente da resposta a dar a esta questão, a merecer estudo mais aprofundado numa escala micro de análise, é evidente o contraste entre os quadros socioculturais das mulheres vítimas de violência sexual e de violência física de que a seguir se falará.

2.3 — Violência física

Uma visão global sobre os actos de violência física mostra que cento e trinta e sete mulheres foram alvo de pelo menos um acto.

Gráfico 19 — Violência física

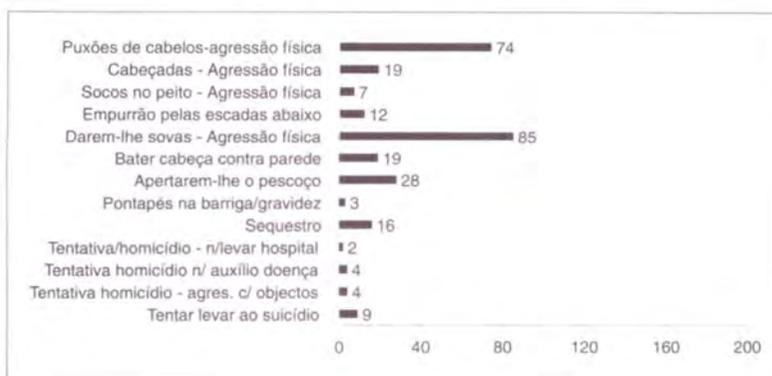


Fonte: Inquérito Nacional «Violência contra as mulheres», SOCINOVA - UNL/CTDM, 1995.

Como se pode ver de seguida, os actos mais frequentes são os de agressão física que não estão directamente conotados com a tentativa de morte, nomeadamente as sovas (85) e os puxões de cabelos (75).

Quanto aos actos relacionados com a tentativa de morte, os valores obtidos são relativamente baixos. Normalmente, em trabalhos desta natureza, os actos relacionados com a morte apresentam valores relativamente baixos: quer, porque realmente não têm uma grande frequência, quer, porque podem ocorrer factores de inibição de difícil controlo face ao melindre das questões formuladas²³. Contudo, tal não inibiu dez mulheres de referirem tentativas de homicídio e nove de suicídio.

Gráfico 20 — Actos de violência física mais frequentes



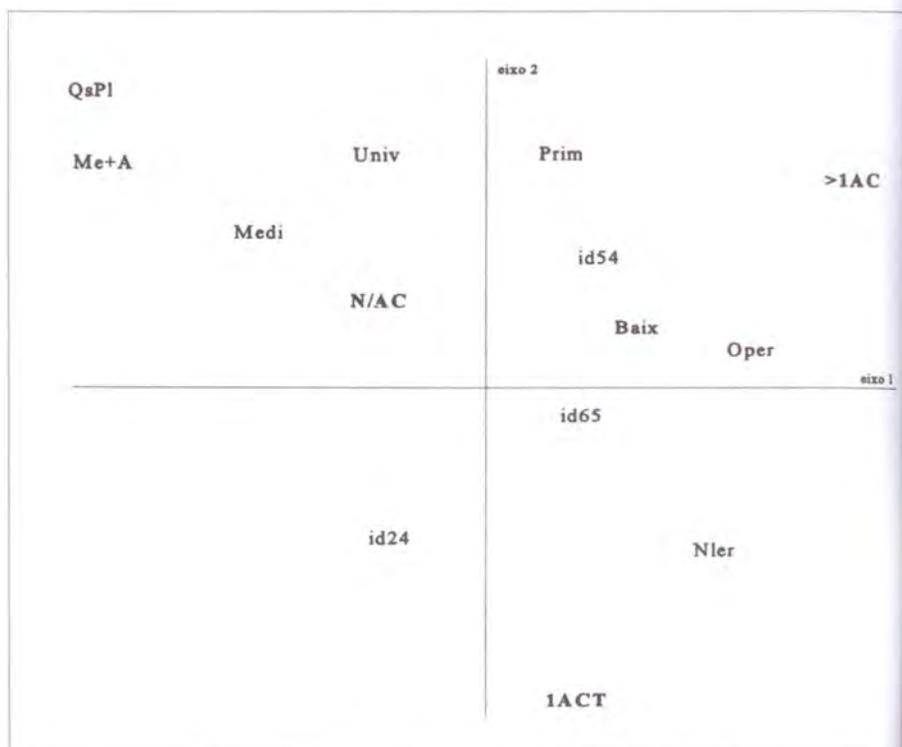
Fonte: Inquérito Nacional «Violência contra as mulheres», SOCINOVA - UNL/CIDM, 1995.

A violência física tem um conjunto de características específicas que a diferenciam das outras formas de violência. Pelas projecções factoriais (só se apresentam neste gráfico as mais significativas) (gráfico

²³ Veja-se a este propósito os resultados do Inquérito Nacional sobre "A Delinquência Juvenil auto-revelada", promovido pelo CEJ (Centro de Estudos Judiciários) em 1993 e os resultados de igual inquérito lançado em mais doze países, in JUNGER-TAS, Josine, TERLOUW, Gert-Jan and KLEIN, Malcolm (ed.), *Delinquency Behavior Among Young People in the Western World*, Amsterdam/New York, Kugler Publications, 1994.

factorial 4), pode verificar-se que as mulheres mais vítimas destes actos (>1AC e 1ACT) são sobretudo as operárias, têm níveis de instrução mais baixos (Prim e Nler) e pertencem a estratos sociais também baixos (Baix). Ainda que de uma forma menos acentuada, pode ainda descortinar-se uma relativa oposição entre as mulheres mais velhas (id54 e id65) situadas próximo das que foram alvo de actos, enquanto que as que têm uma idade inferior a 25 anos (id24) estão do lado das que disseram não ter sido alvo destes actos.

Gráfico factorial 4
Violência física e características socioculturais
das mulheres vítimas



Fonte: Inquérito Nacional «Violência contra as mulheres», SOCINOVA - UNL/CIDM, 1995.

Do mesmo lado destas mulheres que não foram alvo de actos de violência física, ou que o foram menos (N/AC), estão agora as que têm actividades profissionais como quadros superiores ou profissões liberais (QsPl), têm níveis de instrução mais elevada (Univ) e pertencem a estratos sociais médios (Medi), médio alto e alto (Me+A), como se disse anteriormente. Ou seja, para este tipo de violência verifica-se uma alteração no perfil sociocultural das mulheres vítimas, que poderá ganhar ainda maior relevância quando comparado com outros tipos de violência, como é o caso da violência sexual.

A violência física e a psicológica, como se verá de seguida, surgem como os dois tipos de violência que, contrariamente às anteriores (violência sexual e discriminação sociocultural), ocorrem privilegiadamente no espaço da casa, sendo sobretudo cometidas pelo marido ou companheiro da vítima, ou seja, familiar com quem estabelecem relações de proximidade afectiva (Cap. III-2).

De todas as violências declaradas, a violência física foi, no último ano, o tipo de violência que menos vitimou as mulheres (6,7%), sendo inclusivamente menor que nos anos anteriores, onde ocupou o penúltimo lugar, terceiro portanto, com 16,6% (Cap. III-1).

Além desta verificação fundamental para o entendimento da diferenciação dos tipos de violência, regista-se ainda uma diminuição da violência física nas mulheres pertencentes aos grupos etários mais jovens (menos de 25 anos) face às mais velhas que se apresentam como tendo sido as mais vitimadas por este tipo de agressão. Tal remete-nos para a hipótese de Chesnais (1992) de que se estaria perante um recuo secular da violência física, assumindo hoje a violência novas configurações (violência psicológica) que ainda não encontraram tradução legal, gozando, por isso mesmo, os seus infractores, de impunidade criminal.

Por outro lado, e além da constatação do efeito geracional, o efeito de classe marca este tipo de violência. Noutros estudos têm-se efectuado verificações neste mesmo sentido. Elza Pais (1996) numa recente pesquisa sobre homicídio conjugal/extrema violência física no contexto nacional concluiu que esse tipo de crime atinge sobretudo os estratos sociais mais baixos. Isto não quer necessariamente dizer que nos outros estratos não exista violência. Aponta, no entanto, para uma diferenciação da violência em função dos seus tipos, sendo a violência física uma violência mais situada nos estratos mais baixos, enquanto a violência

psicológica, como à frente se verá, apresenta uma maior transversalidade de classe, ou seja, não apresenta uma localização precisa de classe como acontece com a violência física.

Parece confirmar-se, também, a hipótese de Bessette (1982) que associa a violência física à incapacidade de elaboração de códigos linguísticos que permitam a resolução do conflito sem o recurso ao comportamento agido. Ora, são justamente os estratos sociais mais baixos e de fraca escolaridade aqueles onde a palavra não intervém como mediador das relações entre os indivíduos, tendendo, nestes contextos, a utilizar-se mais o comportamento gestual na impossibilidade de se recorrer a soluções mais verbais e simbólicas.

Os ciclos de violência a que estas mulheres são expostas (Cf. Kaczmarek, 1990 e Pais, 1996) traduzem a construção de uma identidade fatal onde o tempo se impôs como uma determinação, o que as “impede” inclusivamente de existirem como sujeitos de um processo que não ousam denunciar por julgarem “atraiçoar” identidades e valores que podem fazer perigar o seu “destino” de mulheres.

Contudo, as identidades individuais de género e de classe são definidas em função de cada cultura específica, podendo mudar em função dos contextos. Somos assim levados a crer que estão em curso processos de mudança onde as mulheres das gerações mais novas, influenciadas por valores de modernidade e autonomia, participam na redefinição dos seus papéis sociais e conjugais, deixando de legitimar situações de subalternidade que, não raras vezes, se constituíam em situações de agressão.

Apesar dos sintomas destes processos de mudança face ao tipo mais tradicional de violência (a violência física), que vê desse modo diminuído o seu campo de actuação, surgem novas configurações da violência que não só agem em concomitância com aquela, nos territórios de onde ela ainda não saíu, como ocupam os espaços entretanto por ela libertados.

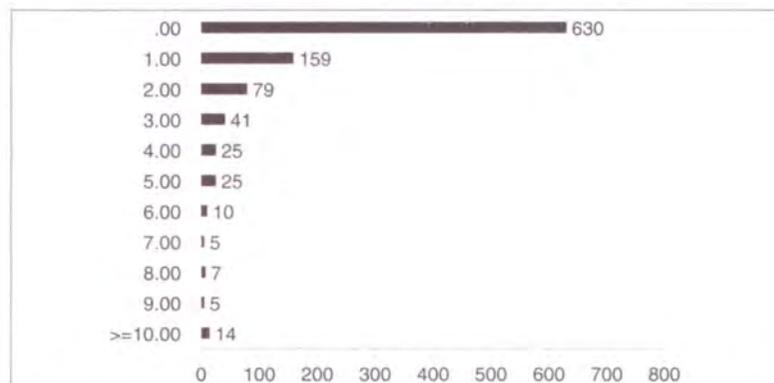
Pese embora os movimentos de restrição e a localização específica da violência física, não se pode inferir a evolução da violência contra as mulheres, no sentido da sua diminuição ou aumento, na medida em que esse movimento incorre em processos históricos de estruturação das relações sociais, cujos objectivos de estudo se colocam para além dos definidos para este trabalho.

2. 4 Violência psicológica

Na operacionalização do conceito de violência surge a designação de violência cada vez que alguém procura impor a sua vontade a uma outra pessoa, seja quem for, através da utilização da força física, de ameaças verbais, humilhação, etc. Nesta perspectiva as diversas formas de violência constituem manifestações de um mesmo fenómeno e situam-se sobre um *continuum*, introduzindo a ideia de continuidade na passagem de uma forma a outra. Tal significa que uma forma de violência pode levar a outra e que várias formas podem coexistir. Muitos estudos têm, com efeito, demonstrado que a violência física e sexual são muitas vezes precedidas de violência psicológica (Cantin, 1995). Deste modo, compreende-se que a violência psicológica seja, de entre todas, aquela que apresenta cifras mais elevadas.

Neste estudo é relativamente elevado o número de mulheres que disse ter sido alvo de pelo menos um acto indiciador de violência psicológica (370). Para isso poderá ter contribuído o facto deste tipo de violência contemplar um número elevado de perguntas (22) decorrentes das queixas efectuadas pelas mulheres à Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.

Gráfico 21 — Violência psicológica



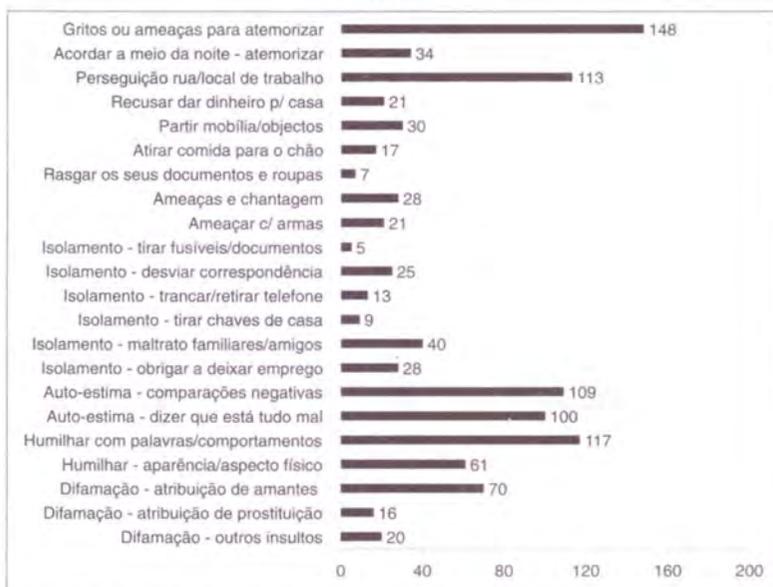
Fonte: Inquérito Nacional «Violência contra as mulheres», SOCINOVA - UNL/CIDM, 1995.

Conforme se pode verificar nos resultados que a seguir se apresentam, os actos mais frequentes são indiscutivelmente os que podem conduzir à *atemorização* das mulheres, como *gritos* e *ameaças* (148)

e perseguição (113) e à humilhação e afectação da auto-estima, através da humilhação com palavras e comportamentos (117), das comparações negativas com outras pessoas (109) e do dizer mal de tudo o que a mulher faz (100). Ainda relacionado com a humilhação e a difamação é de destacar, mesmo que com frequências mais baixas, a humilhação através da aparência física (61) e a atribuição de amantes (70).

Por outro lado, os actos relacionados com a tentativa de isolamento face ao exterior têm valores relativamente baixos, sendo só de assinalar o mautrato de familiares e amigos (40).

Gráfico 22 — Actos de violência psicológica mais frequentes



Fonte: Inquérito Nacional «Violência contra as mulheres», SOCINOVA - UNL/CIDM, 1995.

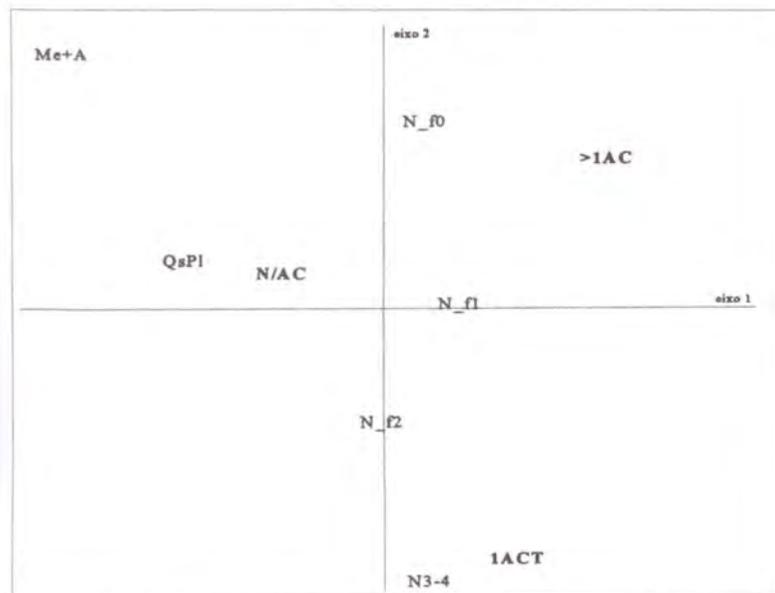
Pela análise multivariada (gráfico factorial 5) verifica-se que também em relação a este tipo de violência se mantém a oposição não vítima/vítima. No entanto, há a assinalar que, agora, as mulheres dos quadros superiores e profissões liberais (QsPI) e as que pertencem aos estratos médio alto e alto (Me+A) situam-se do lado das que disseram não ter sido vítimas de qualquer acto. Deste modo, os dados revelam que

é entre estas categorias sociais que havia mais mulheres a dizer não terem sido vítimas deste tipo de actos. Convém, no entanto, fazer uma breve precisão de modo a evitar leituras mais apressadas. Em primeiro lugar esta proximidade factorial não significa que a percentagem de mulheres que foi vítima tenha sido desprezível, pois o seu valor foi de 30% nos quadros superiores e profissões liberais e 21 % nos estratos sociais médio e alto. Por outro lado, atendendo às características difusas deste tipo de violência, a natureza das perguntas resultantes do atendimento na Comissão para a Igualdade poderá ter influenciado os resultados. Pois, sem pretender rotular socialmente as mulheres que se viram na necessidade de recorrer a tal serviço, é de admitir que não pertençam maioritariamente aos estratos sociais mais elevados.

Assim, como se poderá observar no questionário em anexo, a natureza dos actos do agrupamento de violência psicológica poderá reforçar a incidência deste tipo de violência nos estratos mais baixos.

Gráfico factorial 5

Violência psicológica e características socioculturais das mulheres vítimas



Fonte: Inquérito Nacional «Violência contra as mulheres», SOCINOVA - UNL/CIDM, 1995.

Por outro lado, em relação ao número de filhos, nota-se que esta variável projecta-se ao longo do eixo 2 no sentido de as mulheres com mais filhos (N3_4 e Nf_2) estarem próximas das que referiram só um acto de violência, enquanto que as que não têm filhos (Nf_0) estão próximo das que disseram ter sido alvo de vários actos. Parece poder inferir-se destas projecções uma certa relação entre o grau de violência psicológica e o número de filhos, no sentido daquela aumentar com a diminuição destes. Certamente, mais uma questão a merecer um estudo aprofundado, particularmente no que concerne às relações de poder que podem estar associadas a este tipo de violência, de que o espaço familiar é um caso típico.

Como mais à frente se verá, a violência psicológica é actualmente o tipo de violência que vitima mais de metade das mulheres portuguesas. No ano que precedeu a recolha de dados desta investigação (designado por último ano) apresentou valores de 50,7%, e nos anos anteriores de 47,6% (cap. III-1.). Trata-se, contudo, de um tipo de violência que dificilmente se pode dissociar de todas as outras, na medida em que as precede ou age em concomitância com elas. É, por isso mesmo, a mais transversal, aumentando nos contextos onde todas as outras se manifestam com maior incidência. Ou seja, as mulheres dos estratos sociais mais baixos, sendo as mais vitimadas pela violência física também o são pela violência psicológica. Contudo, esta estende-se também a outros estratos, embora apresente valores inferiores, sempre que não age em concomitância com outro tipo de violência.

A violência psicológica revela características que denotam uma relativa transversalidade em relação às várias características socioculturais. Por exemplo, os autores podem distribuir-se por todos os níveis de instrução, sendo que são os que não sabem ler ou escrever e os que têm mais de 65 anos que apresentam valores mais baixos, não sendo possível descortinar qualquer associação entre este tipo de violência e o grau de urbanização dos distritos; relativamente às vítimas, é de referir que, contrariamente à violência física, a violência psicológica atinge sobretudo as mulheres mais novas (Cap. II — 1.3) e as que têm menos filhos (análise multivariada).

Verifica-se aqui uma mudança na configuração da violência, a que não são seguramente alheias as recentes transformações no seio da família e da sociedade em geral. Poderemos estar, por um lado, perante uma situação de maior percepção da violência psicológica por parte das mulheres mais jovens e daquelas que tendo menos filhos sentem, por isso

mesmo, uma menor dependência do cônjuge e uma maior capacidade de autonomia e individualidade, limitadas nos modelos matrimoniais mais tradicionais e por outro lado, perante uma nova concepção do conceito de violência introduzida pela extensão do seu significado, através dos designados *neologismos por extensão*, que incluíram certos actos, nomeadamente os psicológicos, na definição de violência, quando antes estavam dela arredados.

Com efeito, nos anos 60/70 começou em toda a Europa um movimento, mais tardiamente sentido em Portugal, de descida das taxas de natalidade e de aumento do número de divórcios, o que foi significativo das recentes transformações da família no sentido da rejeição de assimetrias de direitos para homens e mulheres, ligados por um laço conjugal indissolúvel, mesmo que vivido de forma insatisfatória e autoritária. Avizinhavam-se novas convivências de modelos diferenciados e novas formas familiares. Mudanças tão significativas não deixaram todavia de provocar as suas tensões e problemas, sobretudo nas camadas mais jovens, onde, nem sempre, no domínio das práticas se concretizavam as mudanças discursivas que anunciavam um novo modelo de relacionamento entre os sexos.

A violência pode traduzir nestes contextos a existência de conflitualidades conjugais, onde se disputa a alternância dos papéis e se questionam as hegemonias instituídas. É, assim, no dizer de Saffiotti (1995) uma questão de jogos de poder e uma manifestação de impotência para a resolução pacífica dos desentendimentos inerentes à reorganização da vida familiar. Constituindo-se como um meio de dominar os outros, ou mesmo como uma perda de controle (uma manifestação da frustração, ou uma expressão normal de tensões) como alguns autores também defendem, é, ainda assim, uma forma de pôr em risco a integridade do outro.

A violência psicológica, sendo uma das novas configurações da violência, parece-nos poder ganhar mais significância, ao nível da sua percepção, nas camadas mais expostas às mudanças familiares (maior autonomia de cada cônjuge, menor número de filhos, grupos etários mais jovens), na medida em que, sendo a violência física a mais comum nas camadas mais velhas nela se subsume a psicológica, o que contribuirá para que, nesses contextos, seja menos percebida.

Nesta linha, um recente estudo efectuado no Canadá em Fevereiro de 1993, utilizando instrumentos validados nos E.U.A., concluiu que é grande o nível de violência entre os estudantes de nível colegial e

universitário, sendo, de entre todos os tipos de violência, a violência psicológica a que apresenta valores mais elevados, na ordem dos 80% (Cantín, 1995: 26).

De modo a efectuar-se uma análise mais fina dos tipos de violência, de seguida, ir-se-ão caracterizar os processos, relativamente aos espaços, aos actos e aos autores deste tipo de comportamentos.

1 — Os

Qu
último e
aquele o
lência (4
de trabalh
residuais

Grã

Espaços p
34%

Fonte: Inquérito Na

²⁴ Face
estas categorias

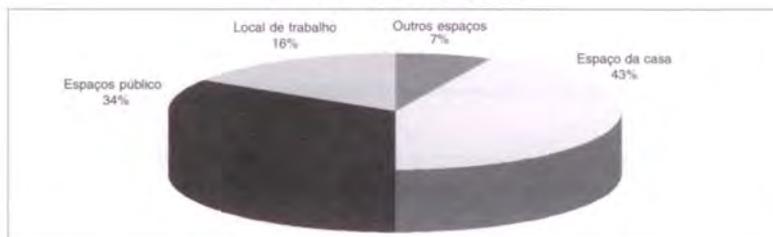
Capítulo III

CARACTERIZAÇÃO DOS PROCESSOS: OS ESPAÇOS, OS ACTOS E OS SEUS AUTORES

1 — Os Espaços da Violência

Quando analisados conjuntamente todos os actos praticados no último e nos anos anteriores, verifica-se que o espaço da casa/família é aquele onde as mulheres dizem ter sido mais vítimas de actos de violência (43%), seguido-se os espaços públicos (34%) e o emprego/local de trabalho (16%). Os outros espaços não especificados são meramente residuais²⁴ (7%).

Gráfico 23 — Espaços da violência contra as mulheres
(Último ano e anos anteriores)



Fonte: Inquérito Nacional «Violência contra as mulheres», SOCINOVA - UNL/CIDM, 1995.

²⁴ Face aos valores residuais de outros tipos de violência e de outros espaços, estas categorias não serão objecto de análise.

Todavia, uma análise mais detalhada dos espaços segundo os diferentes tipos de violência mostra algumas diferenças que convém assinalar. Vejam-se, em primeiro lugar, os actos praticados no último ano, para de seguida se analisar qual o tipo de violência mais frequente em cada espaço.

Quadro 1

Espaços da violência contra as mulheres, segundo o tipo de violência
(último ano)

	N % Linha % Coluna	V. social	V. psicoló- gica	V. física	V. sexual	V. outra	Linha Total
		1.00	2.00	3.00	4.00	5.00	
ES. UAN							
Casa	7	275	38	38	2	360	
	1.9	76.4	10.6	10.6	0.6	36.2	
	5.0	54.6	56.7	13.6	50		
Emprego	75	44		19	1	139	
	54	31.7		13.7	0.7	14	
	53.6	8.7		6.8	25		
Esp. público	54	121	8	191	1	37.7	
	14.4	32.3	2.1	50.9	0.3		
	38.6	24	11.9	68.2	25		
Out. espaço	3	24	3	11		41	
	7.3	58.5	7.3	26.8		4.1	
	2.1	4.8	4.5	3.9			
n/r. n/s	1	40	18	21		80	
	1.3	50	22.5	26.3		8	
	0.7	7.9	26.9	7.5			
Coluna		140	504	67	280	4	995
Total		14.1	50.7	6.7	28.1	0.4	100

Fonte: Inquérito Nacional «Violência contra as mulheres», SOCINOVA -UNL/CIDM, 1995.

Na casa/família, a violência psicológica, com 76.4% dos casos, ocupa indiscutivelmente o primeiro lugar entre os diferentes tipos de actos, seguida *ex aequo*, pela violência física e pela violência sexual, com (10.6%).

No espaço de emprego/local de trabalho, a discriminação sociocultural foi a mais referida (54%), seguida da violência psicológica (31.7%) e da violência sexual (13.7%). É de notar em relação a este

espaço, a ausência de referências à violência física. Ausência real, ou medo de perder o emprego, tratando-se de algo claramente referenciável num tempo tão curto? A análise dos dados dos anos anteriores poderá ajudar a esclarecer esta questão.

Os espaços públicos revelam que a violência mais frequente nesses locais é a sexual (50.9%), particularmente o assédio. Seguem-se-lhe a violência psicológica (32.3%) e a discriminação sociocultural (14.4%).

O conhecimento do espaço mais frequente em que se verifica cada tipo de violência permite um melhor conhecimento e novas leituras sobre os espaços de violência. De um modo geral, os resultados são coincidentes com os da análise anterior: a violência psicológica é mais frequente em casa; a discriminação sociocultural no emprego; e a sexual nos espaços públicos. Todavia, agora, a violência física aparece claramente como acontecendo sobretudo no espaço da casa/família (56.7%), com mais de metade dos casos desta categoria. Este valor poderia ainda ser mais expressivo, já que, como por hipótese se admite, parte dos que recusam responder ou dizem não saber (18) contém respostas evasivas a este respeito. A análise dos resultados dos anos anteriores vai, certamente, esclarecer esta questão.

Quadro 2
Espaços da violência contra as mulheres,
segundo o tipo de violência
 (anos anteriores)

	N % Linha % Coluna	V. social	V. psicológica	V. física	V. sexual	V. outra	Linha Total
		1.00	2.00	3.00	4.00	5.00	
ES. AAN							
Casa	2 0.3 1	439 62.4 60.4	213 30.3 84.2	46 6.5 13.1	3 0.4 42.9		703 46
Emprego	143 52.2 74.9	93 33.9 12.8	17 6.2 6.7	20 7.3 5.7	1 0.4 14.3		274 17.9
Esp. público	43 8.7 22.5	171 34.5 23.5	18 3.6 7.1	260 52.5 74.3	3 0.6 42.9		495 32.4
Out. espaço	2 5.6 1	16 44.4 2.2	1 2.8 0.4	17 47.2 4.9			36 2.4
n/r. n/s	1 5 0.5	8 40 1.1	4 20 1.6	7 35 2			20 1.3
Coluna		191	727	253	350	7	1528
Total		12.5	47.6	16.6	22.9	0.5	100

Fonte: Inquérito Nacional «Violência contra as mulheres», SOCINOVA -UNL/CIDM, 1995.

Conforme se pode observar pelo quadro anterior, os dados relativos aos actos dos anos anteriores vêm confirmar as relações já referidas para o último ano. Por outro lado, as interrogações deixadas em aberto quanto à violência física podem agora ser melhor compreendidas. De facto, o número de referências à violência física nos anos anteriores é claramente superior ao do último ano (253 para 67). É certo que as referências aos outros actos também cresceram, mas as referências à violência física foram as únicas que quase quadruplicaram para os anos anteriores (3.8, contra 1.4 da discriminação e da violência psicológica e 1.3 da violência sexual). Assim, agora, em relação às empresas, já aparecem 17 casos de violência física e o espaço da casa/família revela-se ainda mais como o

espaço privilegiado para este tipo de violência (84.2% dos actos de violência física).

Como se verifica pelos dados atrás expostos, a casa é, de todos os espaços, aquele onde ocorre mais violência contra as mulheres. A violência aí cometida é sobretudo uma violência física e psicológica, ocorrendo a discriminação sociocultural sobretudo no local de trabalho e a violência sexual nos espaços públicos.

Estas verificações, à excepção da fraca expressão da violência sexual no espaço da casa, confirmam, aliás, as tendências europeias e dos E.U.A. que apontam a casa como um dos locais mais violentos. No Reino Unido um em cada quatro assassinatos é cometido por um membro da família contra outro, calculando-se, desse modo, que 25% da criminalidade registada ocorre no seio da família. De um modo geral, estima-se que um quarto a um terço das mortes por homicídio ocorrem no seio da família (Gelles, 1987; Dobash and Dobash, 1992; Boisvert et Cousson, 1994; Bart and Moran, 1993).

A família é, efectivamente, apontada por vários autores como sendo um dos espaços mais violentos. Ao evoluir no sentido, por um lado, da privatização e, por outro lado, da desinstitucionalização, erradicou alguns focos de conflitualidade associados à ausência de flexibilidade da sua estrutura, mas foi-se, paralelamente, constituindo como um espaço paradoxal de amor/ódio, afectividade/violência. O novo modelo emergente de relacionamento entre os sexos e do primado do afecto na definição dos relacionamentos conjugais, ao funcionar mais no plano simbólico do que no das práticas, introduz descoincidências entre as mudanças desejáveis e as efectivamente alcançadas, que provocam tensões e problemas a que se associam muitas das conflitualidades conjugais.

Nestes contextos o divórcio pode funcionar como correctivo de relações difíceis que, ao não conseguirem superar as conflitualidades internas, teriam que dar lugar ao estabelecimento de novos relacionamentos. O divórcio não deve pois ser considerado como um meio de emendar um erro, como um mal, mas como a evolução normal de um sentimento que, ou por não durar mais, ou por desentendimentos profundos, deverá dar vez ao seguinte (Ariès, 1983).

Contudo, em certos contextos, são muitos os constrangimentos à adopção destes comportamentos, ficando muitas mulheres em situação de grande fragilidade social, pois ao terem sido socializadas para a realização do "valor supremo" que era o casamento e ao investirem aí o

DIVÓRCIO

seu projecto de vida, ficam socialmente vulneráveis quando este termina. Muitas mulheres, ao investirem desta forma no casamento, não se qualificaram profissionalmente, o que as colocou numa situação de dependência económica do marido. A sua própria família de origem reage negativamente à separação do casal, pelo que, a maior parte das vezes, ficam, além de socialmente frágeis, também numa situação de isolamento e rarefação dos laços sócio-familiares existentes.

Apesar de tudo, as mulheres mais novas tomam mais facilmente a iniciativa da ruptura, da denúncia da violência e da procura de ajuda, porque vivem numa época social em que se modificaram as configurações da conjugalidade, apostando, muitas, mais na procura da felicidade, que na manutenção de uma aparente estabilidade conjugal.

A violência interconjugal é, deste modo, geralmente vivida por muitas mulheres de forma fatalista e submissa, havendo uma forte relação entre a criança vítima de violência por parte dos pais e o adulto agressor, como mostrou Luísa Silva (1995) num estudo efectuado em Portugal na região do Porto. Elza Pais (1996) também mostrou como os constrangimentos ao divórcio/separação levam muitas mulheres, em situação de ausência de alternativas, a matar os maridos/companheiros que durante uma vida as vitimaram. Segundo Sylvie Kaczmarek (1990) é a tomada de consciência desta identidade fatal, independentemente do nível cultural ou condição social que, associada ao factor tempo (tempo de exposição à violência), leva as mulheres à tomada de iniciativa no sentido da denúncia.

Com efeito, além dos factores apontados, dever-se-á procurar, ainda, a dificuldade das mulheres no sentido da tomada de iniciativa da denúncia ou da ruptura, na construção de uma identidade feminina efectuada através da interiorização feita pelas mulheres de normas enunciadas pelos discursos masculinos.

A eficácia da violência simbólica “só triunfa na medida em que aquele (aquela) que a sofre contribui para a sua eficácia; só o (a) coage na medida em que ele (ela) foi predisposto (/a) por uma aprendizagem preliminar a *reconhecê-la*” (Bourdieu, 1989: 10). Assim, a representação dominante da diferença entre os sexos, nomeadamente a representação da inferioridade feminina, é consentida pelas próprias mulheres, através da interiorização dos discursos que a fundam e legitimam. A questão do consentimento é, efectivamente, muito central no funcionamento de um sistema de poder (Perrot, 1992), o que em última instância nos leva para a questão da definição dos poderes femininos permitidos por uma

Violência
simbólica

situação de sujeição e de inferioridade. Deste modo, os poderes femininos constituem-se com base na reapropriação e no desvio dos instrumentos simbólicos que instituem a dominação masculina.

É, neste contexto, que deverão ser historicamente analisadas as relações entre os sexos, bem como as circunstâncias que permitiram dar visibilidade a comportamentos secretos de subjugação/poder, os quais, pese embora as recentes transformações, ainda hoje se instituem com base em códigos de legitimação feita pelas próprias mulheres, da violência que sobre elas é exercida. É também nestes contextos que a percepção da violência deverá ser analisada, continuando ainda hoje muitas mulheres, as menos atingidas pelos processos de mudança, a legitimar certas violências que sobre elas são, pelos cônjuges, exercidas.

2. Os Autores: características socioculturais dos autores, segundo o tipo de violência

Em seguida, procurar-se-á caracterizar socioculturalmente os autores da violência contra as mulheres²⁵. Além da análise global, dar-se-á uma visão mais detalhada por tipo de violência. À semelhança do procedimento anterior, iniciar-se-á a análise pelo último ano.

2.1 Sexo dos autores

A primeira observação a fazer é que a grande maioria dos autores da violência contra as mulheres é constituída por homens (80%). Todavia, é de assinalar os 11,6% de mulheres. Esta tendência verifica-se para todos os actos de violência. De facto, em todos eles, o peso dos homens é sempre superior a 67%, tendo na violência sexual um valor particularmente expressivo (92,9%).

²⁵ Essa caracterização dos autores foi feita a partir da informação fornecida pelas vítimas para cada acto. Por vezes, as mulheres vítimas desconheciam ou não queriam referir algumas características dos autores, pelo que, de acto para acto, nem sempre coincidem os números dos autores possíveis de serem socioculturalmente caracterizados.

Quadro 3

Sexo dos autores, segundo o tipo de violência
(último ano)

	N % Linha % Coluna	V. social	V. psicológica	V. física	V. sexual	V. outra	Linha Total
		1.00	2.00	3.00	4.00	5.00	
ES. AAN							
Masculino	1	117 14.7 83.6	370 46.5 73.4	45 5.7 67.2	260 32.7 92.9	4 0.5 100	796 80
	2	15 13 10.7	93 80.9 18.5	3 2.6 4.5	4 3.5 1.4		115 11.6
	n/t. n/s	99 8 9.5 5.7	41 48.8 8.1	19 22.6 28.4	16 19 5.7		84 8.4
Coluna		140	504	67	280	4	995
Total		14.1	50.7	6.7	28.1	0.4	100

Fonte: Inquérito Nacional «Violência contra as mulheres», SOCINOVA - UNL/CIDM, 1995.

Por outro lado, se se pretender saber quais são os tipos de actos mais cometidos pelos autores de cada sexo, verifica-se que nos homens são os de violência psicológica (46.5%), seguidos dos da violência sexual (32.7%), da discriminação (14.7%) e da violência física (5.7%). Em relação às mulheres autoras, verifica-se também que a violência psicológica é a mais referida, com um expressivo valor (80.9%), seguida, agora, da discriminação (13.0%), violência sexual (3.5%) e violência física (2.6%). Esta diferença de valores em relação aos homens pode indiciar uma maior subtilidade da violência exercida pelas mulheres.

Quadro 4
Sexo dos autores, segundo o tipo de violência
 (anos anteriores)

	N % Linha % Coluna	V. social	V. psicoló- gica	V. física	V. sexual	V. outra	Linha Total
		1.00	2.00	3.00	4.00	5.00	
ES. AAN							
Masculino	173 13.4 90.6	560 43.3 77	214 16.6 84.6	339 26.2 96.9	7 0.5 100		1293 84.6
Feminino	16 7.4 8.4	161 74.5 22.1	35 16.2 13.8	4 1.9 1.1			216 14.1
n/r. n/s	2 10.5 1.0	6 31.6 0.8	4 21.1 1.6	7 36.8 2			19 1.2
Coluna Total		191 12.5	727 47.6	253 16.6	350 22.9	7 0.5	1528 100

Fonte: Inquérito Nacional «Violência contra as mulheres», SOCINOVA - UNL/CIDM, 1995.

Os resultados para os anos anteriores confirmam a tendência do último ano e, no que se refere à violência física, os valores são mais acentuados, quer em relação aos autores homens (84.6%), quer às mulheres, com 13.8% de casos.

2. 2 Parentesco dos autores com as vítimas

O quadro seguinte mostra que a maioria dos autores dos actos de violência contra as mulheres é constituída por não familiares (68%). Mesmo admitindo que algumas mulheres incluíram nesta categoria casos de familiares, com receio de se comprometerem, o seu valor não deve ultrapassar cerca de cinquenta casos²⁶, pelo que se apresenta em seguida uma análise mais detalhada dos autores familiares.

²⁶ Tomando em consideração os 360 actos praticados em casa no último ano e admitindo que todos eles foram realizados por familiares, ter-se-iam [360 - (194+7+47+14+4+42)] = 52 casos de fuga à resposta.

Quadro 5
Parentesco dos autores, segundo o tipo de violência
 (último ano)

	N % Linha % Coluna	V. social	V. psicoló- gica	V. física	V. sexual	V. outra	Linha Total
		1.00	2.00	3.00	4.00	5.00	
PA. UAN							
Marido		157 80.9 31.2	32 16.5 47.8	5 2.6 1.8			194 19.5
Filhos		6 85.7 1.2		1 14.3 0.4			7 0.7
Pais		45 95.7 8.9	2 4.3 3				47 4.7
Irmãos		14 100 2.8					14 1.4
Padr./madr.		4 100 0.8					4 0.4
Namorado		6 60 1.2	4 40 6				10 1
Out. famil.		1 2.4 0.7	38 90.5 7.5		2 4.8 0.7	1 2.4 25	42 4.2
Out. n/ famil.		139 20.5 99.3	234 34.6 46.4	29 4.3 43.3	272 40.2 97.1	3 0.4 75	677 68
Coluna Total		140 14.1	504 50.7	67 6.7	280 28.1	4 0.4	995 100

Fonte: Inquérito Nacional «Violência contra as mulheres», SOCINOVA - UNL/CIDM, 1995.

Em termos globais, no espaço familiar, os maridos são os principais autores (19.5%), seguidos dos pais (4.7%) e dos outros familiares (4.2%).

Numa análise mais detalhada dos vários tipos de violência, verifica-se que os não familiares têm as maiores percentagens em todos os

actos (discriminação 99.3%, violência sexual 97.1% e violência psicológica 46.4%), excepto na violência física cujo valor mais elevado é o dos maridos (47.8%), o que não deixa de ser significativo, tendo em conta o menor peso dos familiares em relação aos não familiares.

A quase limitação da violência física aos maridos não significa que esta seja a única forma de violência exercida por eles. De facto, fazendo agora uma análise segundo o grau de parentesco, verifica-se que a violência psicológica tem o maior peso em todos os graus, excepto nos não familiares, em que a violência sexual (40.2%) tem o valor mais significativo ²⁷.

Quadro 6
Parentesco dos autores, segundo o tipo de violência
(anos anteriores)

	N % Linha % Coluna	V. social	V. psicológica	V. física	V. sexual	V. outra	Linha Total
		1.00	2.00	3.00	4.00	5.00	
PA. AAN							
Marido	2 0.5 1	285 65.2 39.2	144 33 56.9	5 1.1 1.4	1 0.2 14.3		437 28.6
Filhos		9 90 1.2	1 10		0.4		10 0.7
Pais	3 2.2 1.6	78 56.1 10.7	58 41.7 22.9				139 9.1
Irmãos		20 64.5 2.8	11 35.5 4.3				31 2
Padr./madr.		5 55.6 0.7	4 44.4 1.6				9 0.6
Namorado		7 70 1	2 20 0.8	1 10 0.3			10 0.7
Out. famil.		47 83.9 6.5	5 8.9 2	4 7.1 1.1			56 3.7
Out. n/ famil.	186 22.2 97.4	276 33 38	28 3.3 11.1	340 40.7 97.1	6 0.7 85.7		836 54.7
Coluna Total		191 12.5	727 47.6	253 16.6	350 22.9	7 0.5	1528 100

Fonte: Inquérito Nacional «Violência contra as mulheres», SOCINOVA - UNL/CIDM, 1995.

²⁷ Certamente devido ao assédio.

Os valores para os anos anteriores não só confirmam o que foi dito para o último ano, como tornam mais vivas as características já detectadas. O peso dos não familiares, ainda que continuando a ser o mais elevado (54.7%), desce em relação aos valores anteriores. Por outro lado, os maridos são agora os principais autores da violência psicológica (39.2%) e, na violência física, o seu peso aumenta para 56.9%.

2.3 Idade dos autores

Como se pode observar no quadro da página seguinte, apesar de serem os autores da faixa etária 35-44 anos que têm o maior peso (29.9%), as categorias 25-34 (25.9%) e 45-54 (23.2%) seguem-se-lhe com valores muito aproximados, podendo concluir-se que a violência contra as mulheres é praticada sobretudo por autores de uma ampla faixa etária, que vai dos 25 aos 54 anos. Os mais jovens (18-24 anos) e os mais velhos (≥ 55 anos) têm valores significativamente mais baixos (8.1% e 2.1%), que reflectem a sua menor prática de actos de violência contra as mulheres, já que os pesos destas categorias na população, em 1991, eram significativamente superiores (respectivamente, 15.8% e 28.6%).

Quadro 7
Idade dos autores, segundo o tipo de violência
 (último ano)

IDUA	N % Linha % Coluna	V. social	V. psicoló- gica	V. física	V. sexual	V. outra	Linha Total
		1.00	2.00	3.00	4.00	5.00	
18-24 anos	4 6.3 3.5	40 62.5 9.3	6 9.4 13	14 21.9 7			64 8.1
25-34 anos	26 12.7 22.6	105 51.2 24.4	10 4.9 21.7	62 30.2 31.2	2 1 66.7		205 25.9
35-44 anos	47 19.8 40.9	113 47.7 26.3	19 8 41.3	58 24.5 29.1			237 29.9
45-54 anos	35 19 30.4	96 52.2 22.3	7 3.8 15.2	45 24.5 22.6	1 0.5 33.3		184 23.2
55-64 anos	3 3.5 2.6	63 73.3 14.7	4 4.7 8.7	16 18.6 8			86 10.8
>=65 anos		13 76.5 3		4 23.5 2			17 2.1
Coluna Total	115 14.5	430 54.2	46 5.8	199 25.1	3 0.4	793 100	

Fonte: Inquérito Nacional «Violência contra as mulheres», SOCINOVA -UNL/CIDM, 1995.

Quanto à distribuição dos autores pelas categorias, verifica-se uma certa regularidade. De facto, em todas as faixas etárias, a violência psicológica tem o maior peso, sendo isso particularmente significativo nas faixas superiores aos 54 anos (73.3% e 76.5%). Por outro lado, nos tipos de violência, a faixa etária que tem o maior peso é a dos 35-44 anos, excepto na violência sexual, que é a faixa dos 25-34 anos.

Os resultados dos anos anteriores não revelam qualquer alteração significativa, acentuando, somente, a violência psicológica na faixa etária dos 45-54 anos.

Quadro 8
Idade dos autores, segundo o tipo de violência
(anos anteriores)

	N % Linha % Coluna	V. social	V. psicológica	V. física	V. sexual	V. outra	Linha Total
		1.00	2.00	3.00	4.00	5.00	
IDAA							
18-24 anos	4 3.1 2.4	73 56.6 10.9	23 17.8 9.5	29 22.5 10.3			129 9.5
25-34 anos	35 12.6 21	115 41.5 17.2	56 20.2 23.2	68 24.5 24.1	3 1.1 7.5		277 20.3
35-44 anos	65 15.4 38.9	195 46.3 29.1	69 16.4 28.6	91 21.6 32.3	1 0.2 2.5		421 30.9
45-54 anos	52 13.8 31.1	197 52.1 29.4	56 14.8 23.2	73 19.3 25.9			378 27.7
55-64 anos	9 7.8 5.4	71 61.2 10.6	19 16.4 7.9	17 14.7 6			116 8.5
>=65 anos	2 4.7 1.2	19 44.2 2.8	18 41.9 7.5	4 9.3 1.4			43 3.2
Coluna Total	167 12.2	670 49.1	241 17.7	282 20.7	4 0.3		1364 100

Fonte: Inquérito Nacional «Violência contra as mulheres», SOCINOVA -UNL/CIDM, 1995.

2. 4 Actividade profissional dos autores

No quadro relativo à actividade profissional dos autores no último ano, pode observar-se um elevado número de autores com profissão desconhecida (50.2%), por razões que já foram expostas anteriormente, mas, também, porque em relação a certos actos, há um efectivo desconhecimento da actividade profissional do autor, pois nem mesmo a maior distância temporal em relação aos anos anteriores fez diminuir o número das mulheres que disseram desconhecer a profissão dos autores (499, último ano e 504, nos anos anteriores).

Em relação às actividade que foi possível identificar, os operários têm o valor mais significativo, com 24.1% do total de casos.

Todavia, quando se passa a uma análise em função dos tipos de violência, verifica-se que, na discriminação sociocultural, os autores com o valor mais elevado são os quadros superiores e as profissões liberais (22.9%). Já para os restantes tipos, são operários que apresentam as maiores percentagens, com destaque para a violência física, com 49.3% de operários em relação ao total deste acto.

Quadro 9

Actividade profissional dos autores, segundo o tipo de violência
(último ano)

	N % Linha % Coluna	V. social	V. psicológica	V. física	V. sexual	V. outra	Linha Total
		1.00	2.00	3.00	4.00	5.00	
PR. UAN							
Qad. sup./prof. li.	32 71.1 22.9	11 24.4 2.2			1 2.2 0.4	1 2.2 25	45 4.5
Peq. méd. prop./q.	9 16.7 6.4	42 77.8 8.3	2 3.7 3	1 1.9 0.4			54 5.4
Empregados	7 20 5	26 74.3 5.2	1 2.9 1.5	1 2.9 0.4			35 3.5
Operários	13 5.4 9.3	166 69.2 32.9	33 13.8 49.3	28 11.7 10			240 24.1
Agríc./pesc./pec.		5 100 1					5 0.5
Desemp./estud./R.	1 1.5 0.7	54 79.4 10.7	3 4.4 4.5	9 13.2 3.2	1 1.5 25		68 6.8
Domésticas	1 2.9 0.7	30 88.2 6	2 5.9 3		1 2.9 25		34 3.4
Patrão	6 40 4.3	9 60 1.8					15 1.5
n/r. n/s	71 14.2 50.7	161 32.3 31.9	26 5.2 38.8	240 48.1 85.7	1 0.2 25		499 50.2
Coluna Total	140 14.1	504 50.7	67 6.7	280 28.1	4 0.4		995 100

Fonte: Inquérito Nacional «Violência contra as mulheres», SOCINOVA-UNL/CIDM, 1995.

Os dados relativos aos anos anteriores, além de corroborarem o que se disse para o último ano, mostram ainda que nos patrões, o acto mais referido é a discriminação sociocultural (54.4%) e que nos trabalhadores agrícolas e da pesca, a violência física é a que tem um maior peso (56.8%).

Quadro 10
Actividade profissional dos autores, segundo o tipo de violência
(anos anteriores)

	N % Linha % Coluna	V. social	V. psicoló- gica	V. física	V. sexual	V. outra	Linha Total
		1.00	2.00	3.00	4.00	5.00	
PR. AAN							
Qad. sup./prof. li.	46	47	15	7		115	
	40	40.9	13	6.1		7.5	
	24.1	6.5	5.9	2			
Peq. méd. prop./q.	25	56	22	2		105	
	23.8	53.3	21	1.9		6.9	
	13.1	7.7	8.7	0.6			
Empregados	9	37	7	7		60	
	15	61.7	11.7	11.7		3.9	
	4.7	5.1	2.8	2			
Operários	23	289	126	29	1	468	
	4.9	61.8	26.9	6.2	0.2	30.6	
	12	39.8	49.8	8.3	14.3		
Agric./pesc./pec.	3	13	21			37	
	8.1	35.1	56.8			2.4	
	1.6	1.8	8.3				
Desemp./estud./R.	2	53	23	16	1	95	
	2.1	55.8	24.2	16.8	1.1	6.2	
	1	7.3	9.1	4.6	14.3		
Domésticas		70	16		1	87	
		80.5	18.4		1.1	5.7	
		9.6	6.3		14.3		
Patrão	31	21	1	4		57	
	54.4	36.8	1.8	7.0		3.7	
	16.2	2.9	0.4	1.1			
n/r. n/s	52	141	22	285	4	504	
	10.3	28.0	4.4	56.5	0.8	33	
	27.2	19.4	8.7	81.4	57.1		
Coluna Total	191	727	253	350	7	1528	
	12.5	47.6	16.6	22.9	0.5	100	

Fonte: Inquérito Nacional «Violência contra as mulheres», SOCINOVA -UNL/CIDM, 1995.

2. 5 Nível de instrução

Os dados relativos ao nível de instrução mostram que, entre os autores que foi possível classificar, os que têm a instrução primária têm o maior peso (19%), seguidos dos que têm o secundário (13%).

Quadro 11
Nível de instrução dos autores, segundo o tipo de violência
(último ano)

	N % Linha % Coluna	V. social	V. psicológica	V. física	V. sexual	V. outra	Linha Total
		1.00	2.00	3.00	4.00	5.00	
IN. UAN							
N/ sabe ler/escrev.	18 54.5 12.9	12 36.4 2.4	2 6.1 3	1 3 0.4			33 3.3
Primário	7 3.7 5	150 79.4 29.8	17 9.0 25.4	14 7.4 5	1 0.5 25		189 19
Preparatório	2 3.9 1.4	43 84.3 8.5	2 3.9 3	3 5.9 1.1	1 2 25		51 5.1
Secundário	4 4.7 4.3	6 73.6 18.8	95 16.3 31.3	21 5.4 2.5	7		129 13
Universitário	19 44.2 13.6	21 48.8 4.2	1 2.3 1.5	2 4.7 0.7			43 4.3
n/r. n/s	88 16 62.9	183 33.3 36.3	24 4.4 35.8	253 46 90.4	2 0.4 50		550 55.3
Coluna Total	140 14.1	504 50.7	67 6.7	280 28.1	4 0.4		995 100

Fonte: Inquérito Nacional «Violência contra as mulheres», SOCINOVA - UNL/CIDM, 1995.

Ao analisar os diferentes tipos de violência, verifica-se que são os autores com instrução universitária os mais referidos na discriminação sociocultural (13.6%). Em relação à violência psicológica e à violência sexual, os autores com o primário apresentam os valores mais elevados

(com respectivamente, 29.8% e 5.0%)²⁸. Já em relação à violência física, são os que têm o secundário (31.3%) e o primário (25.4%) os mais referidos.

Uma análise em função do nível de instrução revela, em primeiro lugar, o peso da violência psicológica em todos os níveis, excepto nos que não sabem ler ou escrever, onde os que foram referidos como tendo praticado a discriminação sociocultural representam 54.5% do total desta categoria.

Quadro 12
Nível de instrução dos autores, segundo
o tipo de violência
(anos anteriores)

	N % Linha % Coluna	V. social	V. psicológica	V. física	V. sexual	V. outra	Linha Total
		1,00	2,00	3,00	4,00	5,00	
IN. UAN							
N/sabe ler/escre	9	39	33	2	1	84	
	10.7	46.4	39.3	2.4	1.2	5.5	
	4.7	5.4	13.0	0.6	14.3		
Primário	30	280	118	17	1	446	
	6.7	62.8	26.5	3.8	0.2	29.2	
	15.7	38.5	46.6	4.9	14.3		
Preparatório	5	70	30	2	1	108	
	4.6	64.8	27.8	1.9	0.9	7.1	
	2.6	9.6	11.9	0.6	14.3		
Secundário	15	102	37	18		172	
	8.7	59.3	21.5	10.5		11.3	
	7.9	14.0	14.6	5.1			
Universitário	33	38	3	4		78	
	42.3	48.7	3.8	5.1		5.1	
	17.3	5.2	1.2	1.1			
n/r, n/s	99	198	32	307	4	640	
	15.5	30.9	5.0	48.0	0.6	41.9	
	51.8	27.2	12.6	87.7	57.1		
Coluna		191	727	253	350	7	1528
Total		12.5	47.6	16.6	22.9	0.5	100.0

Fonte: Inquérito Nacional «Violência contra as mulheres», SOCINOVA - UNL/CIDM, 1995.

²⁸ Os valores relativamente baixos na violência sexual devem-se ao elevado peso dos autores desconhecidos nesta categoria (90.4%).

Além de confirmarem as observações feitas para o último ano, os valores dos anos anteriores acentuam o peso da violência física nos autores que têm a instrução primária (46.5%). Aliás, não deixa de ser significativo que o somatório dos que têm níveis de instrução baixos (não saber ler ou escrever e primário) representa quase 60% dos 253 autores referidos na violência física, o que, conjuntamente com os dados do último ano, permite formular a hipótese de uma forte associação entre a violência física e os níveis de instrução baixos.

Como se pode verificar pelos dados atrás expostos são sobretudo os homens os autores da violência contra as mulheres. Estas, embora cometendo menos violência que eles, quando o fazem, fazem-no normalmente no campo da violência psicológica.

Nos estudos efectuados sobre a complexa relação de conflitualidade/violência entre pessoas que estabelecem entre si grandes proximidades afectivas (cônjuges/companheiros) têm-se verificado algumas dificuldades por parte dos homens na verbalização de situações de *rejeição* e *abandono* por parte das mulheres, que os colocam em posição de grande fragilidade e vulnerabilidade social (Torres, 1996; Pais, 1996). Revelam grandes dificuldades em assumir, até no plano simbólico, tais rejeições, dado que estas se inscrevem no quadro das mudanças significativas que se operam ao nível dos valores, do relacionamento entre os sexos e na alternância das hegemonias instituídas (Giddens, 1995).

Verificou-se ainda ser a violência psicológica a mais generalizada em qualquer dos graus de parentesco dos autores em relação às vítimas, à excepção da violência sexual, onde os não familiares apresentam um peso mais significativo, e que a violência física se circunscreve quase exclusivamente aos maridos das vítimas.

Relativamente à idade dos agressores, os dados deste estudo apontam, em conformidade, aliás, com verificações efectuadas noutras investigações, que são baixos os seus grupos etários, situando-se maioritariamente, em todos os tipos de violência, à excepção da discriminação sociocultural, nos grupos etários dos 25 aos 44 anos.

Quanto ao nível de escolaridade e às categorias sócio-profissionais verifica-se que, à excepção da discriminação sociocultural que é cometida sobretudo por quadros superiores, por profissões liberais e por indivíduos com nível de instrução universitária, são os indivíduos com escolaridade mais baixa e sobretudo os operários, os que apresentam, nos restantes tipos de violência, valores mais elevados.

Verificam-se ainda algumas diferenciações dos autores por tipos de violência, situando-se os que praticam discriminação nas camadas mais elevadas e os que praticam violência física nas mais baixas, fazendo-o, estes, quase exclusivamente, no domínio da conjugalidade.

Cabe, deste modo, e dada a relevância actual da violência conjugal, salientada neste e noutros estudos similares, tecer alguns comentários em relação a esse actor especificamente masculino: o agressor. Trata-se de um homem dito “violento”, que não se encaixa em nenhuma grelha psico-biológica ou numa categoria específica.

Algumas das explicações existentes, no campo dos *estudos psicanalíticos*, fornecem uma análise em termos de frustração-agressão, onde se salientam as fragilidades desses homens e as necessidade de afirmação do *eu*. Picat (1982) diz, mesmo, serem estes homens apossados de um sentimento de inferioridade, tendo a maior parte deles uma imagem tradicional do papel de cônjuges, o que não facilita o estabelecimento de qualquer tipo de diálogo com as suas esposas. A *passagem ao acto* surge no interior destas contradições, sendo frequentemente seguida de culpabilidade e sentimento de solidão, quando, no enquadramento destes contextos, as suas esposas decidem abandoná-los.

Kaczmarek (1990: 74) diz ainda que os homens fracos, frequentemente desvalorizados na via pública, têm necessidade de se afirmar na vida privada, sendo muitos deles portadores de uma dupla personalidade: têm, por um lado, relacionamentos normais no meio profissional e com os amigos e, por outro lado, reagem violentamente nas suas famílias. Trata-se de uma incapacidade de lidar com situações de frustração, na linha do que De Greeff (1974) designou por *an affectivité* ou desengajamento afectivo. Isto é, o desaparecimento das estruturas afectivas que protegiam o indivíduo contra ele mesmo e contra a sua própria agressividade, deixando o lugar livre para as reacções incontroladas de defesa e de agressão.

Numa outra linha situa-se a *perspectiva sistémica*, que defende que os indivíduos não são violentos em si, mas em função de certos contextos ou interacções particulares “um homem ou uma mulher podem ser violentos com um companheiro, sem que o seja com” (Perrone, 1996: 21); bem como a *perspectiva sistémica transaccional* que pressupõe a possibilidade de ocorrência da violência quando os indivíduos não efectuam as operações tendentes a salvaguardar a sua segurança pessoal “uma esposa espera o marido que sabe ser violento, dizendo: «espero que esta noite ele não me bata». Esta mulher concede ao seu companheiro

a iniciativa de poder ou não ser violento para com ela, mostrando-se capaz de se conformar com a violência do outro, dando-lhe, assim, um poder indiscriminado". Neste caso, a vítima colocou-se nesse lugar, pelo que também a ela se deve imputar a responsabilidade dessa sua atitude. Vítima e agressor existem na medida em que cada um permite a definição do lugar do outro. O acto violento pode assim ser interpretado como "uma mensagem analógica da agressão do outro" ou ainda como uma "acção que visa a normalização de uma outra realidade" (Perrone, 1996: 20).

Deste modo, constata-se que muitos autores não atribuem a responsabilidade, sobretudo no caso da violência conjugal, que ocupa um valor significativo na violência contra as mulheres, ao carácter tipicamente masculino desse tipo de violência.

O entendimento do fenómeno dever-se-á, pois, fazer no contexto das mudanças estruturais, onde, segundo alguns autores (Sorensen, 1995), o homem que bate na sua mulher é também visto como uma vítima de forças emocionalmente produzidas e imbrincadas em processos estruturais que o ultrapassam enquanto indivíduo.

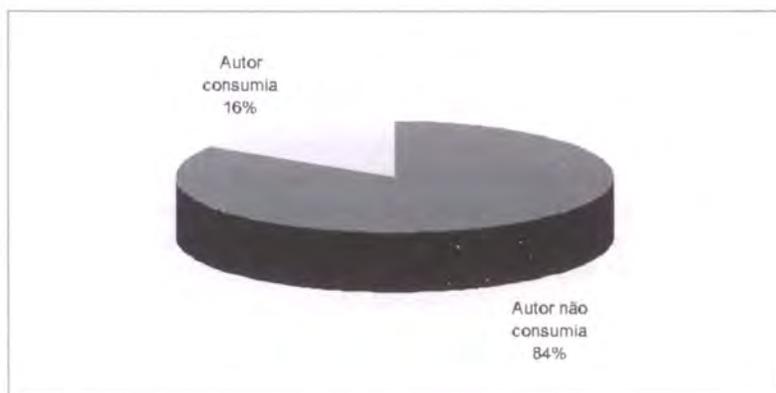
O aprofundamento destas questões onde se poderiam compreender melhor as motivações e o contexto relacional em que a violência, nomeadamente a conjugal, se inscreve, necessitará de estudos mais intensivos que ultrapassam o objectivo desta pesquisa.

3. Violência Contra as Mulheres e Consumo de Álcool ou Drogas

Analisando agora a relação entre o consumo de álcool ou drogas e a violência contra as mulheres, verifica-se que só em 16 % dos casos as mulheres que foram alvo de actos de violência é que, na opinião das inquiridas, os autores consumiam droga ou álcool ²⁹.

²⁹ Estes valores foram calculados em relação aos 522 casos que afirmaram ter sido alvo de um ou mais actos de violência.

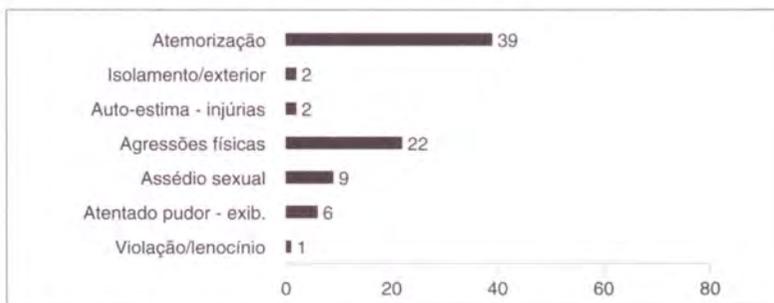
Gráfico 24 — Violência contra as mulheres e consumo de álcool ou droga
(acto referido em 1º lugar)



Fonte: Inquérito Nacional «Violência contra as mulheres», SOCINOVA - UNL/CIDM, 1995.

Quando, nessas circunstâncias, as mulheres eram atingidas por actos de violência, tratava-se sobretudo de atemorizações e de agressões físicas.

Gráfico 25 — Actos mais frequentes de violência contra as mulheres e consumo de álcool ou droga

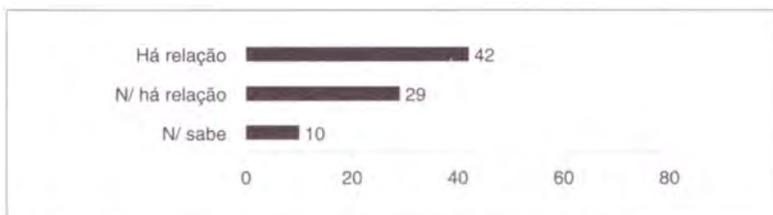


Fonte: Inquérito Nacional «Violência contra as mulheres», SOCINOVA - UNL/CIDM, 1995.

Quanto ao ano em que isso ocorreu, foi sobretudo nos anos anteriores ao último; referência que, de um modo geral, se mantém para os 9 actos mais importantes. Também, quanto à substância utilizada, normalmente, a mais frequente é o álcool e em segundo lugar a droga-álcool em conjunto.

Face à pergunta se, na opinião da inquirida, haveria alguma relação entre o acto de violência, ou discriminação, de que foi vítima e o consumo de álcool ou droga, a maioria das pessoas referiu que havia relação (42), enquanto que vinte e nove achavam que não e dez não sabiam.

Gráfico 26 — Relação entre actos de violência e consumo de álcool ou droga



Fonte: Inquérito Nacional «Violência contra as mulheres», SOCINOVA - UNL/CIDM, 1995.

Em síntese poder-se-á concluir que o número de casos em que a violência contra as mulheres é praticada por pessoas que consomem álcool ou droga é relativamente pequeno. Mas, quando ocorre, deve-se sobretudo ao consumo de álcool, havendo aí uma relação entre esse consumo e os actos de agressão física e atemorização.

Contudo, vários estudos têm mostrado que a relação entre o consumo do álcool e a violência está longe de ser uma relação clara (Mugford, 1989; Cornet, 1990; Pais, 1996). A procura das causas da violência deverá fazer-se no quadro do entendimento dos relacionamentos conjugais, funcionando deste modo o álcool mais como um *alibi* que leva homens e mulheres a demitiram-se das responsabilidades dos seus comportamentos conjugais. A violência existiria mesmo que situações de alcoolismo não se verificassem, surgindo o álcool como um catalisador, como se houvesse necessidade deste excitante para libertar tensões.

Relação
entre álcool
& violência

4. Introdução ao Estudo das Trajectórias de Violência

A construção das trajectórias sociais implica o conhecimento da sucessão e articulação dos actos ao longo do tempo. A amplitude das questões que compunham o questionário que foi administrado às mulheres tornava difícil a reconstituição da trajectória para cada um dos actos.

No entanto, foi possível identificar dois momentos para a ocorrência de actos de violência: durante o ano em curso da realização do inquérito e nos anos anteriores.

A dimensão temporal fica restringida ao registo em dois momentos e, em bom rigor, a análise que se segue deve ser entendida como uma introdução à análise das trajectórias da violência. Em última instância, o que se pretendia saber era se o acto referido pela mulher tinha precedentes nos anos anteriores.

Na análise do estudo introdutório das trajectórias de violência verifica-se que mais de metade dos actos referidos pelas mulheres dizem respeito só a anos anteriores (52.77%) e 27.7% só ao último ano. O peso dos actos referidos simultaneamente no último ano e nos anos anteriores é relativamente menor que os anteriores (19.9%), pelo que, a haver trajectórias de violência, elas têm uma dimensão limitada ou, as mulheres têm “memória curta”.

Nos vários tipos de violência, verifica-se a mesma tendência, ainda que na violência física os actos dos anos anteriores (76.2%) tenham um peso significativamente maior que nas outras categorias e, em segundo lugar, estão os casos em que há trajectória de violência (13.5%). Tendo em consideração a hipótese formulada anteriormente sobre a possibilidade das mulheres terem dificuldade em falar de actos mais violentos no último ano, então, poder-se-á admitir a possibilidade de nos actos de violência física haver indícios de trajectórias de violência.

Quadro 13

Trajectórias de violência nas mulheres, segundo o tipo de violência

	N % Linha % Coluna	V. social	V. psicológica	V. física	V. sexual	V. outra	Linha Total
		1.00	2.00	3.00	4.00	5.00	
TRAJ							
Último ano	90 15.6 32.0	305 52.9 29.6	29 15.0 10.3	150 26.0 30.0	3 0.5 30.0	577 27.4	
Anos anteriores	141 12.7 50.2	528 47.6 51.2	215 19.4 76.2	220 19.8 44.0	6 0.5 60.0	1110 52.7	
Último ano e anos anteriores	50 12.0 17.8	199 47.6 19.3	38 9.1 13.5	130 31.1 26.0	1 9.2 10.0	418 19.9	
Coluna		281	1032	282	500	10	2105
Total		13.3	49.0	13.4	23.8	0.5	100.0

Fonte: Inquérito Nacional «Violência contra as mulheres», SOCINOVA -UINL/CIDM, 1995.

Pelas verificações efectuadas, a violência física aparece como sendo o tipo de violência mais referida nos dois momentos (anos anteriores e último ano), pelo que este dado necessitaria de um estudo mais aprofundado ao nível das trajectórias, no sentido de se analisar a continuidade deste tipo de actos no ciclo de vida destas mulheres.

Já anteriormente foi analisada a dificuldade de muitas mulheres, nomeadamente as mais velhas e de meios rurais, perceberem, por razões histórico-culturais, certo tipo de actos como violentos. Também se verificou que, de todas as violências, a violência física e a psicológica ocorrem privilegiadamente nos espaços domésticos.

Assim, neste estudo introdutório das trajectórias de violência, levanta-se a hipótese de existir uma associação entre esses actos e os espaços de conjugalidade, hipótese essa que, não podendo ser testada neste estudo pelas razões já apontadas, de se tratar de um estudo exploratório e extensivo, deverá ser colocada quando estudos qualitativos sobre estas temáticas vierem a ser desenvolvidos.

Neste domínio, tem-se falado em ciclos de violência, compostos por cena de violência, arrepentimento/expiação, seguido de período de pacificação (Kaczmarek, 1990), já verificados, aliás, em Portugal em

investigações no domínio da violência física (Pais, 1996). Tem-se falado, ainda, na socialização pela violência, que ocorre quando os pais, na ausência de um sistema comunicacional que garanta a homeostase na transmissão das regras e valores fundamentais, usam a força física sobre as crianças como forma de imposição das regras a que elas deverão obedecer (Gilles-Sims, 1983). Elza Pais (1996) verificou também que os indivíduos que cometeram actos de extrema violência física (homicídio conjugal) tiveram, na sua generalidade, processos de socialização onde se registaram ao longo da sua trajectória, senão situações de violência, pelo menos situações de grande carência e privação.

É, efectivamente, bastante consensual que os comportamentos agressivos são aprendidos através da experiência directa e do exercício da agressão como forma de resolução de problemas e do reforço positivo daí decorrente (Vala, 1991; Matos, 1991; Bandura, 1973). Aprendemos o exercício da violência, quando ao utilizá-la podemos obter através dela os resultados desejados.

As inibições contra a violência e a agressão devem, pois, em primeiro lugar, ser ensinadas no interior das experiências familiares, o que não foi historicamente valorizado, nomeadamente no que diz respeito à violência exercida contra as mulheres. Pois, no decurso do processo civilizacional as mulheres foram socializadas num contexto em que o exercício da violência se fazia quadro das legitimidades sociais e, por isso mesmo, ainda hoje, em certas circunstâncias, são elas as primeiras a perpetuar as tradições instituídas.

5. Reacção das Mulheres

Relativamente à reacção das mulheres a situações de violência, verifica-se que em relação aos 995 casos referidos para o último ano, é particularmente significativo que 80% correspondam a não reacções ou reacções passivas (não reacção, 39.3% e reacção passiva, 40.6%). O conjunto das reacções violentas e das reacções jurídico-legais é somente de 11.7%, só com quatro casos com o recurso aos tribunais.

Tendo em conta a legislação relativamente avançada existente sobre esta matéria em Portugal, corresponderão aqueles valores à representação do ineficaz funcionamento dos tribunais, e por isso mesmo as pessoas não recorrem a essa solução, e (ou), será o reflexo de que a violência contra as mulheres ainda se mantém no foro íntimo das famílias, dos amigos ou conhecidos?

Quadro 14
Reacção das mulheres, segundo o tipo de violência
(último ano)

	N % Linha % Coluna	V. social	V. psicoló- gica	V. física	V. sexual	V. outra	Linha Total
		1.00	2.00	3.00	4.00	5.00	
RE. UAN							
N/regiu		63	179	14	134	1	391
		16.1	45.8	3.6	34.3	0.3	39.3
		45.0	35.5	20.9	47.9	25.0	
R. passiva		58	218	20	106	2	404
		14.4	54.0	5.0	26.2	0.5	40.6
		41.4	43.3	29.9	37.9	50.0	
R. violenta		11	64	14	23		112
		9.8	57.1	12.5	20.5		11.3
		7.9	12.7	20.9	8.2		
R. jur/legal			2		1	1	4
			50.0		25.0	25.0	0.4
			0.4		0.4	25.0	
N/r. n/s		8	41	19	16		84
		9.5	48.8	22.6	19.0		18.4
		5.7	8.1	28.4	5.7		
Coluna 1		40	504	67	280	4	995
Total		14.1	50.7	6.7	28.1	0.4	100.0

Fonte: Inquérito Nacional «Violência contra as mulheres», SOCINOVA - UNL/CIDM, 1995.

Quanto à distribuição das reacções pelos diferentes tipos de violência, a tendência é a mesma dos dados globais: maior peso das não reacções e das reacções passivas³⁰. No entanto, na violência física, nota-se um maior equilíbrio nas percentagens das principais reacções: 20.9% não reagiram, 29.9% tiveram uma reacção passiva e 20.9% reagiram.

³⁰ O conceito de reacção passiva deriva da acção desenvolvida pela sociologia. Deve ser entendido como um conjunto de reacções não manifestas, latentes, mas que, pelo facto de não se expressarem sob a forma de actos concretos, não significa que não condicionem a acção em relação a outros segmentos da conduta, ou mesmo que não potenciem futuras acções activas e legais. Normalmente, corresponde a um estágio anterior à acção manifesta.

Os dados dos anos anteriores, que a seguir se apresentam, confirmam o peso elevado das não reacções e das reacções passivas, quer nos dados globais, quer nos vários tipos de violência. Nota-se, ainda, que em relação ao ano anterior, há mais referências às reacções jurídico-legais e às reacções violentas. Por exemplo, em termos globais elas crescem de 11.7% para 15.3% e, na violência física, de 20.9% para 27.7%.

Quadro 15
Reacção das mulheres, segundo o tipo de violência
(anos anteriores)

	N % Linha % Coluna	V. so- cial	V. psicoló- gica	V. física	V. sexual	V. outra	Linha Total
		1.00	2.00	3.00	4.00	5.00	
RE. AAN							
N/regiu		103	275	61	149	2	590
		17.5	46.6	10.3	25.3	0.3	38.6
		53.9	37.8	24.1	42.6	28.6	
R. passiva		75	346	122	143	4	690
		10.9	50.1	17.7	20.7	0.6	45.2
		39.3	47.6	48.2	40.9	57.1	
R. violenta		12	87	60	47	1	207
		5.8	42.0	29.0	22.7	0.5	13.5
		6.3	12.0	23.7	13.4	14.3	
R. jur/legal			15	10	3		28
			53.6	35.7	10.7		1.8
			2.1	4.0	0.9		
N/r. n/s		1	4	8			13
		7.7	30.8		61.5		0.9
		0.5	0.6		2.3		
Coluna		191	727	253	350	7	1528
Total		12.5	47.6	16.6	22.9	0.5	100.0

Fonte: Inquérito Nacional «Violência contra as mulheres», SOCINOVA - UNL/CIDM, 1995.

A ausência de reacção de um número significativo de mulheres, analisada também em outros estudos (Gils-Sims, 1983), deve-se ao facto delas próprias não considerarem tal como um problema grave (Straus,

1973), pelo que não existe uma tendência para que se definam a elas próprias como vítimas.

Deste modo, as mulheres vítimas podem inadvertidamente estar a reforçar o comportamento violento dos agressores, na medida em que a sua não reacção poderá permitir aos agressores a obtenção dos resultados desejados. Dado o histórico lugar de subalternidade e de desigualdade, que muito tem contribuído para a definição da posição social das mulheres, estas, em vez de denunciarem a violência que as vitima, tendem a silenciá-la e, por isso mesmo, a perpetuá-la.

Capítulo IV

MULHERES VÍTIMAS E AUTORES: RECONSTITUIÇÃO DOS PROCESSOS EM FUNÇÃO DOS ESPAÇOS DA VIOLÊNCIA

Neste capítulo ir-se-ão relacionar as características socioculturais dos autores dos actos de violência e discriminação praticados no último ano, com as das mulheres vítimas (gráfico factorial que a seguir se apresenta). Todavia, era já visível na análise descritiva anterior a diferenciação dos actos segundo os espaços onde ocorriam: casa/família, emprego/local de trabalho ou espaços públicos.

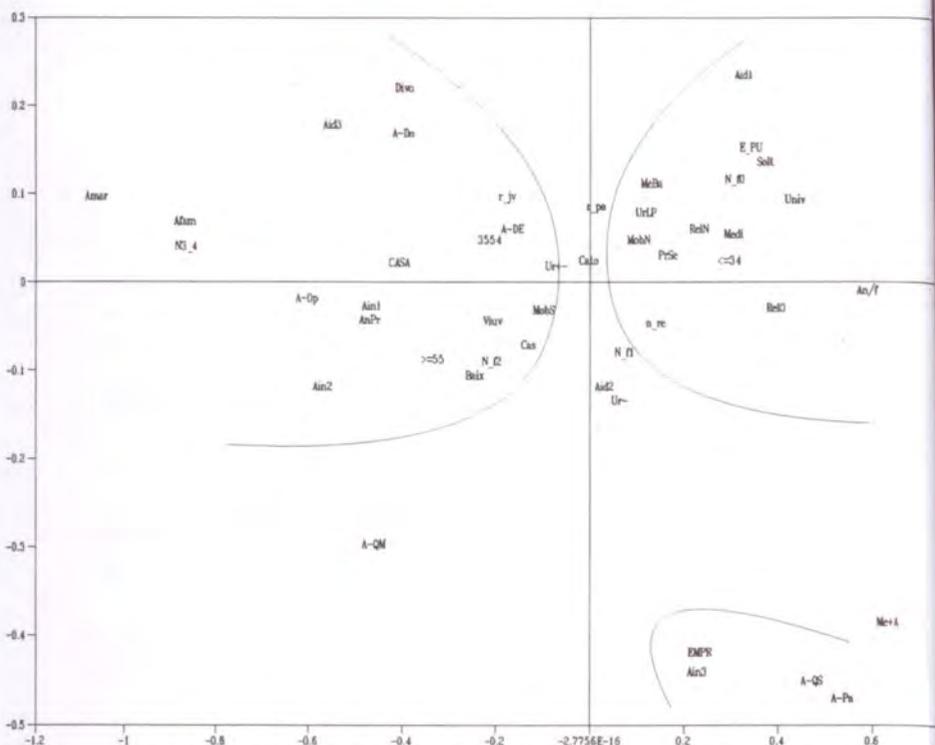
É visível que ao longo do eixo 1, que só por si explica 77.32% do total da inércia ³¹, formam-se dois pólos opostos: o primeiro, situado nos quadrantes da esquerda, engloba as características de autores e vítimas que mais estão associadas à violência nos espaços da casa/família; nos quadrantes da direita, situam-se as características na discriminação e violência nos espaços públicos. Os valores obtidos permitem afirmar o eixo 1 como o eixo do PRIVADO, à esquerda do eixo 2, e do PÚBLICO, à direita do mesmo eixo ³².

³¹ Os eixos 1 e 2 explicam a totalidade da informação da matriz de dados de partida com, respectivamente, eixo 1, 77.32% e eixo 2, 22.68%.

³² Estas duas categorias (CASA e E_PU) contribuem com 93% da inércia do eixo 1, enquanto que a empresa/local de trabalho (EMPR) só contribui com 7.0%.

Relativamente marginal da oposição anterior, já que é no eixo 2 que melhor se projectam os centros de gravidade dessas variáveis, no 4º quadrante, encontram-se os actos praticados nas empresas/locais de trabalho e que merecerão uma análise específica.

Gráfico factorial nº 6
Vítimas e autores nos espaços da violência
 (último ano)



Fonte: Inquérito Nacional «Violência contra as mulheres». SOCINOVA - UNL/CIDM, 1995.

Antes de iniciar a análise mais detalhada das relações que se estabelecem dentro de cada conjunto, é de salientar que as projecções factoriais mostram claramente que a variável *espaço da violência* diferencia claramente as características socioculturais dos autores e das

vítimas, quanto aos espaços da *casa* e *públicos* o que, em conjunção com o que se disse anteriormente sobre a separação dos espaços segundo os vários tipos de violência, permite confirmar a importância que desde o início deste estudo, ainda que a princípio só hipoteticamente, se deu àquela dimensão. Todavia, apesar da discriminação operada por esta dimensão, não deve daí inferir-se exclusividade quanto às características socioculturais, mas só assinalar as tendências dominantes.

Os actos ocorridos no espaço da casa/família atingiram sobretudo as mulheres mais velhas (35-54 e ≥ 55 anos), casadas, divorciadas e viúvas, com dois ou mais filhos (N_f2 e N3_4), com níveis de instrução mais baixa (analfabetas e instrução primária, AnPr) e pertencentes a estratos sociais mais baixos (Baix). Em termos geográficos, estas mulheres vivem em distritos diferentes daqueles onde nasceram (MobS) e, ainda que de uma forma menos visível nas projecções factoriais³³, nota-se um maior peso de pessoas que habitam em distritos com um nível de urbanização médio (Ur+-).

Apesar de, como se disse anteriormente, a grande maioria das mulheres ter revelado uma não reacção ou uma reacção passiva aos actos de que foram vítimas, nota-se que este conjunto de mulheres teve uma reacção mais explícita, quer pela sua forma violenta, quer pela jurídico-legal (r_jv). Certamente que para isso terá contribuído o facto de entre estas mulheres se encontrarem as que foram mais alvo de violência física.

Os autores referidos por estas mulheres como estando associados aos actos de violência de que foram vítimas, são sobretudo familiares em geral (Afam) e, nas casadas, o marido (Amar), mais velhos (Aid3, mais de 55 anos), com profissões operárias (a-Op), se mulheres, domésticas (a-Do) e com níveis de instrução baixos (Ain1, analfabetos e primário) e médios (Ain2, preparatório e secundário).

Refúgio da intimidade e da privacidade, o "lar" é também um espaço particular de agressividade e violência: maus tratos infantis, incesto, abuso sexual, violência conjugal e, mais recentemente estudada, a violência contra a terceira idade. São vários os estudos que apontam a família como o local onde existe maior violência, mais do que em

³³ A contribuição absoluta desta categoria para o eixo 1 é relativamente baixa: 0.1 para uma média de 2.4.

qualquer outro meio social. Calcula-se que 25% da criminalidade registada ocorre no seio da família, percentagem que tenderia a aumentar se toda a violência que aí ocorre fosse denunciada (Starus, 1980; Pamela, 1989; Dobash and Dobash, 1979; Gelles, 1982). Trata-se, contudo, de uma violência silenciada que só recentemente começa a ganhar visibilidade dadas as alterações entretanto ocorridas no quadro da conjugalidade e das mudanças sociais mais amplas.

Muitos autores têm mostrado que enquanto a sociedade evoluiu no sentido da racionalidade instrumental, o que tornou os indivíduos indiferentes e tolerantes face aos outros, a família evoluiu justamente no sentido inverso, da desinstitucionalização e da privatização dos afectos, o que nos torna intolerantes para com os próximos, pelo que as relações humanas se passaram a constituir não com base na indiferença, mas, muitas vezes, com base na violência. Ou seja, o lugar da violência reside onde as relações inter-pessoais ainda não conhecem o lugar da indiferença (Joyal, 1992; Bloom, 1987; Pestieu, 1992).

Com a evolução dos modelos matrimoniais, no sentido da informalidade e do companheirismo, o mundo contemporâneo dá prioridade ao imediato e à satisfação dos prazeres da vida, pelo que perdem sentido os compromissos duradouros e o lar torna-se extremamente instável, constituindo-se como um potencial espaço de violência, podendo a família desagregar-se quando os normais ritmos de amor-ódio tendem a perdurar (Fernandes, 1994).

Pois, enquanto no passado, o casamento era o fundamento da sociedade, hoje é apenas um meio de suportar a ausência daquela (Kellerhals, 1989), sendo no quadro familiar que surgem as repostas às frustrações (profissionais e interpessoais) que os indivíduos experimentam no seu exterior. Assim, o estudo da violência familiar em contextos de modernidade põe fortemente em causa o modelo de partilha e companheirismo, tanto mais quanto o grupo familiar for constituído como grupo isolado, ou seja, sem relações de vizinhança e sociabilidades visíveis.

Nesta investigação, embora não se tenham estudado as formas de conjugalidade mais atingidas pela violência familiar, verificou-se que existe uma certa transversalidade da violência em todas as idades, estratos sociais e regiões. Essa transversalidade diz respeito mais à violência psicológica do que à violência física que apresenta uma situação de classe, de género e de região precisa, confirmada, aliás, também em outros estudos recentemente efectuados (País, 1996). Ora,

é justamente nos grupos sociais mais baixos, onde o comportamento agido se impõe ao discurso elaborado (Bessette,1982), nas regiões menos urbanizadas e nos grupos etários mais velhos, que se recorre mais à violência física como forma de resolução das conflitualidades interpessoais. O uso da violência psicológica pressupõe códigos de conduta e capacidades

De facto, como se viu anteriormente, as mulheres pertencentes aos estratos mais elevados e com níveis de instrução mais elevados referiram menos violência física e mais psicológica e sexual.

Em relação aos autores, neste conjunto, só duas características se projectam de molde a terem uma interpretação objectiva: a de não serem familiares das mulheres vítimas (An/f) e de serem mais novos (Aid1) que os autores do conjunto situado à esquerda do eixo 2.

Como foi referido no início da análise, as projecções dos actos cometidos nas empresas (EMPR) são marginais face à dicotomia mostrada anteriormente. Todavia, neste caso, é possível identificar um conjunto de características que permitem caracterizar os autores desses actos. São padrões (a-Pa) e quadros superiores/profissões liberais (a-QS) e têm níveis de instrução universitário (Ain3).

Como já vimos anteriormente, as violências psicológica e física são sobretudo as que ocorrem nos espaços domésticos, enquanto a violência sexual e a discriminação sociocultural ocorrem sobretudo, a primeira, nos espaços públicos e, a segunda, no local de emprego. Também são, por outro lado, as mulheres mais novas e com nível de instrução mais elevado as que denunciam mais este tipo de violência.

vítimas que denunciam...

Com efeito, a participação da mulher no mercado de trabalho e a conquista de uma carreira que a coloque num espaço de competitividade com o homem é uma realidade recente. Pois, até há bem pouco tempo a mulher era socializada num quadro de valores que a orientavam para ser esposa e mãe, ficando numa situação de grande fragilidade social sempre que esse objectivo era posto em causa, pelo que, ainda hoje as mais velhas não ousam, de um modo geral, questionar uma realidade que julgam realizá-las, suportando assim, em muitos contextos, situações de violência.

São justamente as mulheres das camadas mais jovens e as mais instruídas que apostam na carreira como uma conquista no sentido da afirmação, da autonomia e garante, pelo menos no plano simbólico, de situações de igualdade idênticas às dos homens. É nestes contextos que se justifica que a percepção da discriminação seja

sobretudo sentida não pelas pessoas que têm apenas exigências de remuneração, mas por aquelas que têm, face à profissão, exigências de carreira.

Nos grupos mais desfavorecidos, a entrada da mulher no mercado de trabalho remunerado fez-se por motivos mais relacionados com a sobrevivência do agregado do que movida por questões de afirmação ou autonomia (Giddens, 1994), pelo que a percepção da discriminação tende a fazer-se, nestes contextos, de uma forma muito mais atenuada.

No que diz respeito à violência sexual, detectada neste inquérito, mais no contexto da rua do que no da casa, algumas interrogações se colocam, tanto mais, quando se sabe, pelos estudos europeus efectuados sobre esta matéria, que os valores reais deste tipo de violência, por um lado, se distanciam muito dos actos denunciados e, por outro, que mais de metade das agressões se efectuam em casa do agressor ou da vítima, o que pressupõe, senão relações de conjugalidade, pelo menos relacionamentos de grande proximidade relacional. Sabe-se também que a violação dentro do matrimónio era ilegal, até há bem pouco tempo, apenas numa minoria de países europeus (sobretudo nórdicos) e em alguns estados dos E.U. A., pelo que não é de estranhar que esta modificação da definição legal da violação conjugal ainda não se tenha eternizado ao nível das modificações do senso comum, continuando muitas pessoas a inscrever tal acto no comportamento normal dos relacionamentos conjugais.

Neste contexto, seria necessário efectuarem-se estudos mais aprofundados para se analisar o carácter público, face ao local em que ocorre, da violência sexual, colocando-se, assim, algumas questões: Será que os baixos valores da violência sexual nos espaços domésticos correspondem a realidades sociológicas específicas que nos diferenciam dos restantes países europeus? Ou estaremos, pelo contrário, perante uma dificuldade acrescida de denunciar e mesmo perceber este tipo de violência, quando ela é cometida por pessoas com quem se estabelecem proximidades relacionais, dada a dificuldade de eternizar ao nível do senso comum as mudanças dos comportamentos e atitudes que começam a marcar a transformação ao nível das relações sociais, pelos menos nas camadas mais jovens da população?

Retomando os resultados da investigação empírica e para finalizar a análise dos actos de violência no último ano, foram projectados em suplementar os pontos cujas contribuições absolutas baixas distorciam as

projeções e inviabilizavam a análise multivariada. É o caso do sexo dos autores, que na matriz de dados de partida, permite verificar que os homens têm o peso mais elevado em qualquer dos espaços (casa, 86,9%, emprego, 75,5% e espaços públicos, 89,9%) e da opção religiosa das mulheres inquiridas, que revela uma projecção das católicas junto à origem dos eixos factoriais (cato) e mais à direita, claramente inseridas no conjunto dos espaços públicos, as que disseram não ter religião (RelN) ou que referiram opções diferentes da católica (RelO).

Efectuou-se o mesmo tipo de análise para os actos de violência atribuídos aos anos anteriores, tendo as projecções factoriais confirmado as tendências referidas para o último ano. Poderá, no entanto, referir-se que agora as mulheres pertencentes aos estratos médio-alto e alto projectam-se claramente junto das que afirmam ter sido objecto de actos de violência nos espaços públicos.

Sendo a violência que ocorre nos espaços públicos a mais denunciada por mulheres mais jovens e de nível de instrução mais elevado, não admira pois que se situem nestes contextos as opções religiosas diferentes da católica ou mesmo no sentido da não religião. Pois, sabe-se que as heranças do cristianismo são extremamente complexas e heterogêneas e que uma das novas procuras ligadas a uma religiosidade de tipo mais urbano, menos instrumental, se manifesta na desvitalização dos valores próprios dos camponeses mais idosos.

As tendências da evolução da religiosidade na sociedade portuguesa vão no sentido da individualização e privatização da fé, tendendo-se a prescindir das componentes mais ritualizadas e institucionalizadas da religião, pelo que é evidente o não apagamento da influência global da herança cristã nos planos culturais, ético e normativo, pese embora o registo de múltiplas modulações sociais e regionalmente diferenciadas. Assim, os valores morais e religiosos do nosso país parecem confirmar as tendências europeias, associando-se as perspectivas de direita e de centro mais frequentemente a posições de identificação e adesão religiosa, enquanto a esquerda surge mais associada ao volume de indiferentes e de ateus (Almeida, 1990, 1994). Contudo, como diz ainda Ferreira de Almeida (1990:74), é também plausível admitir “que o leque de opções disponíveis na nossa sociedade, designadamente os valores sócio-políticos e morais, tenderão, por outro lado, a distribuir-se de forma mais transversal entre crentes e não crentes, ou seja, tenderão a atenuar-se distinções e assimetrias, na presença social e política, atribuíveis exclusivamente a presenças e identidades religiosas”.

Deste modo, a variável religião, na sua componente de ausência de religião ou opção diferente da católica, ao associar-se, neste estudo, aos espaços públicos, onde ocorre sobretudo a violência sexual, não traduzirá necessariamente que são as pessoas menos crentes as que mais denunciam esse tipo de violência, mas, apenas, que a violência sexual que é denunciada ocorre normalmente nos espaços públicos sobre pessoas mais jovens, instruídas e dos meios mais urbanizados, que são justamente aquelas onde a tendência para a dessacralização dos comportamentos religiosos se faz sentir com maior intensidade.

Capítulo V

PERCEPÇÃO DA VIOLÊNCIA: ACTOS MAIS VIOLENTOS, CAUSAS E MEDIDAS PARA COMBATER A VIOLÊNCIA

1. Actos Mais Violentos, Causas e Medidas: Uma Visão Singular

Como atrás se referiu, as pessoas atribuem actualmente um significado violento a um número cada vez maior de situações. Esta variação temporal e espacial do significado de violência dificulta e relativiza a percepção dos actos que em cada momento são tidos como violentos.

A análise desse significado em função de determinados contextos sociais é aqui efectuada a partir do estudo das representações na vertente da construção das percepções. Esse conhecimento resulta do que se designa de conhecimento do senso comum e do cognitivo e permite um *interface* entre o individual e o social, dependendo a sua formação de um conjunto de situações directamente relacionadas com a posição que os indivíduos ocupam na estrutura social.

As percepções, como transcrições das necessidades dos indivíduos e dos grupos, permitem que estes expressem as suas opiniões, sendo elas consideradas como modos de interpretar e pensar a realidade quotidiana, como um conhecimento construído a partir de experiências individuais, informações, modelos e valores que cada indivíduo adquire e transmite.

O facto dos comportamentos dos cidadãos prolongarem o que eles sabem ou pensam é ainda uma suposição não confirmada, não havendo

certamente entre todos os casos uma correspondência, termo a termo, entre as dimensões cognitivas e as comportamentais, persistindo, desse modo, as desconincidências entre os valores e as práticas sociais, que constituem, aliás, sintomas de processos de mudança (Almeida, 1994).

Tendo presente tudo isto, a análise que aqui se propõe posiciona-se basicamente entre o plano individual e o colectivo, procurando explorar algumas evidências disponíveis de carácter empírico extensivo incidindo sobre as percepções que os cidadãos têm da violência. A determinação da percepção da violência foi obtida pedindo às inquiridas que indicassem o acto que consideravam ser mais violento para as mulheres e que justificassem a sua resposta. Foi igualmente pedido que indicassem por ordem decrescente de importância as três principais causas de violência contra as mulheres, bem como as principais medidas que proporiam para combater essa violência.

1.1. Acto mais violento

Quando confrontadas com a questão sobre qual o acto mais violento para as mulheres, só 6,6% não responderam. Quanto aos actos, a *violação* é indiscutivelmente o acto considerado mais violento, com 59,8% de respostas, seguido das *sovas* (8,8%), da *agressão com arma* (7,4%) e do *lenocínio em casa* (7,0%). A este propósito, é de salientar o facto de, por um lado, o peso das mulheres que afirmou ter sido alvo de tentativa de violação ser muito pequeno (6), mas, por outro lado, mais de 50% (598) percebe este acto como o mais violento para as mulheres. Apesar do relativo equilíbrio quanto ao número de actos por conjunto tipo³⁴, são indiscutivelmente os actos relacionados com a violência sexual que têm o maior número de respostas, seguidos dos da violência física e dos da violência psicológica.

³⁴ Respectivamente: violência psicológica: 9 actos; violência física: 10 actos e violência sexual: 9 actos.

Gráfico 27 — Percepção do acto mais violento



Fonte: Inquérito Nacional «Violência contra as mulheres», SOCINOVA - UNL/CIDM, 1995.

Sobre as razões porque acharam o acto seleccionado o mais violento, a possibilidade de *provocar doenças*, com 32,3% de casos é a principal razão³⁵, seguida da *humilhação* (15,3%), do *forçar a fazer o que não quer* (12,8%), e de *várias razões* (11,3%). Depois, seguem-se outros com valores significativamente mais baixos, como

³⁵ Doenças que foram divididas pelas pessoas em: doenças em geral (15,5%), doença psicológica (14,4%) e doença física (2,4%).

o facto de em alguns casos (tentativa de homicídio, violação, levar a suicídio) serem *actos irreversíveis* (7,9%) e pelo facto das *mulheres serem mais frágeis* (3,4%).

Verifica-se aqui um desfazamento entre as práticas e as representações, pois sendo as mulheres mais vitimadas em casa que fora dela, ao nível das representações, consideram ser mais violentos os actos de violação que ocorrem nos espaços públicos, cujos valores declarados são baixos, que a violência que ocorre nos espaços domésticos, essa com valores elevados.

A insegurança surge como um paradoxo, ou como um falso paradoxo, como disse Tocqueville, pois à medida que um fenómeno desagradável diminui, ele torna-se mais insuportável. Neste caso, verifica-se uma maior tolerância e legitimidade das violências domésticas do que das públicas, nomeadamente das violações. Pois, apesar da casa se apresentar como um dos espaços mais violentos, as pessoas não a percebem como tal, continuando a associá-la ao último reduto da afectividade, ao espaço da felicidade individual e das relações humanas desinteressadas.

Com efeito, muitas mulheres, apesar dos avanços legislativos no sentido da punição dos actos violentos cometidos pelos seus maridos mesmo nos espaços domésticos, continuam a orientar-se pelo princípio, durante muito tempo consignado na própria lei de que "entre marido e mulher ninguém meta a colher", tolerando certas agressões na medida em que as inscrevem nos comportamentos normais de ralacionamento entre os sexos.

Em relação à questão de saber porque é que no caso de ter sido vítima do marido/companheiro dum acto de violência e de ainda não se ter separado, as respostas apuradas foram as seguintes: só um número muito pequeno de mulheres respondeu (36) e destas, quase metade (18) disse que o motivo não tinha sido suficientemente forte e nove invocou a condição de pai dos filhos. As restantes repartem-se igualmente (3) pela dependência económica, o estar habituada e outras razões.

Efectivamente, estes resultados confirmam a ideia de que o divórcio, pelo menos para as mulheres mais velhas, devido a uma socialização que não lhes deixava outra alternativa senão serem mães e donas de casa, constituía uma perda de identidade pessoal e social, o que as fazia recusar essa solução até no plano simbólico (Torres, 1996; Pais, 1996). Os dramas conjugais impõem deste modo a noção do casamento *ghetto*, implicando a passagem à monoparentalidade o desaparecimento não só do casal mas de uma rede social em que a família se inseria, ficando estas mulheres numa situação de grande vulnerabilidade social e económica, pois muitas colocaram-se no casamento numa perspectiva fusional e de forte diferenciação de

tarefas, o que reverteu na diminuição das suas autonomias pessoais e profissionais, dificilmente reconstituíveis depois de uma vida orientada justamente na perspectiva inversa.

1.2. Causas da violência

Após esta primeira descrição dos actos percebidos como mais violentos, interessa saber se há diferenças em função das características socioculturais das mulheres inquiridas. Atendendo aos valores pouco elevados da maior parte dos actos, seleccionaram-se só os oito casos de maior frequência.

Gráfico 28 — Causas da violência



Fonte: Inquérito Nacional «Violência contra as mulheres», SOCINOVA - UNL/CIDM, 1995.

Como primeira causa da violência contra as mulheres, surge a *dominação masculina* e o *machismo* que representam 29%, seguida da *má formação moral* (13,3%), da *droga* (9,1%) e do *álcool* (6,7%). Seguem-se depois várias causas, num leque amplo que vai desde as causas mais materiais como a *pobreza* (2,6%) até às mais gerais e pessoais como o *feitio das pessoas* (0,9%); de qualquer modo, estes são valores pouco significativos.

Ao analisarem-se as segundas e terceiras causas, continua a verificar-se a *predominância do machismo* e da *dominação masculina*, da *droga* e do *álcool* e da *má formação moral*.

Os valores elevados na droga e no álcool, como causas da violência contra as mulheres contrastam totalmente com a experiência pessoal das mulheres inquiridas. Recorde-se que apenas em 81 casos os autores consumiam álcool ou droga e destes, só em 42 é que as mulheres achavam que havia relação entre o consumo daquelas substâncias, particularmente o álcool, e a prática de violência.

Nitidamente as representações não correspondem às práticas sociais, ou seja, se as mulheres acham que os actos de que são vítimas não estão associados ao consumo de droga e álcool, como e porquê atribuem ao consumo dessas substâncias a prática de violência contra si? Parece, assim, estar-se perante um processo de construção da percepção a partir da difusão de vários órgãos — comunicação social, redes informais de vizinhança, amigos e familiares — que hipervalorizando casos particulares ajudam a construir representações que, além de poderem aumentar o seu sentimento de insegurança, terão, certamente, influência nas suas condutas.

Como já se referiu, é difícil compreender a questão da violência contra as mulheres no lar sem equacionar também o fenómeno da interação conjugal. Esta constatação explica no casal a posição central da luta pelo poder, a rivalidade entre os papéis masculinos e as rivalidades domésticas. Com os processos de mudança social, que afectam necessariamente as dinâmicas familiares, as hegemonias masculinas, que se afirmavam sobretudo pela dominação física, foram em muitos contextos postas em causa, tendo os casais procurado uma nova definição para os seus relacionamentos, pelo que muitas mulheres deixaram de considerar normais as subalternidades instituídas, emergindo, nesses contextos, um autêntico desejo de autonomia.

Contudo, a descoincidência entre o nível simbólico dos desejos e o nível prático da realidade pode dificultar a concretização prática das mudanças, embora, em muitas circunstâncias, se tenha já alcançado a possibilidade simbólica das mesmas se poderem efectuar. É nestes contextos que muitas mulheres ousam já denunciar os maridos seus agressores, procurando alternativas trágicas da conjugalidade, na linha dos divórcios litigiosos definidos por Théry (1993), cuja iniciativa é maioritariamente das mulheres, desencadeando-se sobretudo quando sobre elas recaem situações de violência física.

Apesar dos processos de mudança estarem em curso, mais ao nível simbólico que ao nível das práticas, as heranças de um passado onde a masculinidade era exigida como uma forma de afirmação do *eu* continuam presentes em muitos contextos, vivendo hoje o homem aquilo que Giddens (1996) designa de "uma problemática masculinidade". A grande maioria dos homens agressores são "pessoas frágeis", constituindo, para eles, a violência uma forma de afirmação, sendo este modo de exercício do poder uma manifestação de impotência (Saffioti, 1995).

Nestes contextos paradoxais onde a violência se apresenta como uma das manifestações das "escamoteadas" fragilidades masculinas é compreensível que o álcool surja, mais ao nível das representações que das práticas, como uma das possíveis causas de violência. Com efeito, um dos mitos da violência tem-se organizado em torno do álcool, colocando-o na origem daquele tipo de comportamentos.

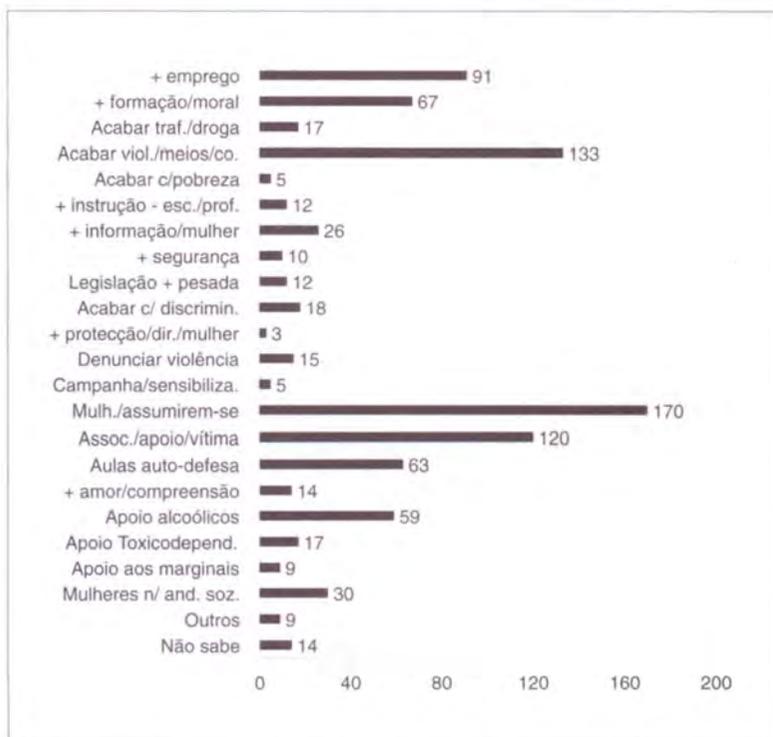
É, pois, necessário decodificar a construção deste tipo de entendimentos, devendo a procura da violência fazer-se no quadro dos relacionamentos conjugais. O álcool tem funcionado como *alibi* que leva homens e mulheres a demitirem-se das responsabilidades dos seus comportamentos conjugais. Muito autores dizem hoje que a violência existiria mesmo que situações de alcoolismo não se verificassem, estando o álcool não na origem da violência, mas associado aos processos catalisadores que melhor permitam libertar as tensões acumuladas (Mugford, 1989; Cornet, 1990).

Este processo de construção social, fortemente estruturante dos valores instituídos, justifica a perenidade do mito e a descoincidência entre essas representações e as práticas efectivas das mulheres violentadas, as quais não associam, no seu caso concreto, a violência que as vitimou ao consumo do álcool.

1.3. Medidas para combater a violência

A primeira medida apontada para combater a violência contra as mulheres foi a *melhoria na formação moral das pessoas* (15,9%), seguida de acções que apontam para o incremento das *medidas repressivas*, mesmo que de um ponto de vista legislativo (13,9%) e o *aumento da segurança* (9%). Depois, seguem-se várias medidas com valores intermédios, como o *aumento do emprego* (5,4%), o *combate ao tráfico de droga* (5,2%) e algumas medidas mais específicas para as mulheres, como *acabar com a discriminação* (6,6%) e *as mulheres assumirem-se mais* (7,7%).

Gráfico 28 — Medidas para combater a violência



Fonte: Inquérito Nactmal «Violência contra as mulheres», SOCINOVA - UNL/CIDM, 1995.

Quanto às medidas propostas em segundo e terceiro lugar, elas são do mesmo tipo, ainda que agora a que aparece com o valor mais elevado seja a *legislação mais pesada* (respectivamente em 2º e 3º: 9,2% e 5,7%), seguida da *melhoria da formação moral das pessoas* (8,2% e 5,4%). Em relação às restantes medidas, os valores são equivalentes aos apontados inicialmente.

De algum modo, as medidas propostas estão de acordo com as causas percebidas e, por exemplo, no caso da droga e álcool, nem sempre correspondem às práticas sociais, mas sim aos discursos produzidos a partir delas. Discursos esses mediados por interesses vários que, construindo estereótipos a partir de casos exemplares, os difundem e fazem passar como “naturalmente” significativos, acabando por influenciar as representações das pessoas, neste caso, das mulheres e ter uma importância fundamental nas suas atitudes, expectativas e condutas.

Com efeito, a violência conjugal, que constitui hoje uma grande “fatia” da violência contra as mulheres, esteve durante muito tempo ignorada. Até há bem pouco tempo era considerada um fenómeno privado, como fazendo parte das relações entre certos indivíduos, constituindo ao mesmo tempo um *tabu* quer para as próprias vítimas, que não a consideravam como um comportamento atípico do relacionamento entre os sexos, quer para as testemunhas que respeitando o carácter privado, do casamento não se queriam implicar na vida conjugal, quer para as próprias autoridades que debatendo-se com falta de estruturas sociais e legais de apoio dificultavam a denúncia destas situações, remetendo-as para o domínio do privado. A intervenção das autoridades verifica-se sobretudo *in extremis*, quando violências maiores exigem a sua participação, como acontece com muitos dos homicídios conjugais, os designados no estudo de Elza Pais (1996) por *homicídios maus-tratos*, efectuados sobretudo pelas mulheres na figura dos seus maridos ou companheiros que durante muito tempo as maltrataram.

As representações das mulheres para o combate da violência deixam efectivamente transparecer a escassez legislativa e de mecanismos de segurança existentes em Portugal. Com efeito, somos um dos poucos países europeus onde não existe um refúgio³⁶, apesar das sucessivas promessas feitas nesse sentido, para as mulheres vítimas de

³⁶ Actualmente está em curso a implementação de um refúgio para 5 ou 6 mulheres vítimas de violência conjugal, na cidade do Porto.

violência conjugal. Alguns países, nomeadamente o Canadá, onde as experiências sobre este tipo de matérias não se têm deixado de efectuar, estão a tentar actualmente novas formas de abordagem desta problemática específica, no sentido de colmatar muitas das lacunas sentidas neste campo, com o desenvolvimento de "protocolos de despistagem", efectuados com equipas de pesquisa interdisciplinares sobre a violência contra as mulheres. Efectuam, em primeiro lugar, o levantamento destes casos e, em segundo lugar, procedem ao seu encaminhamento no sentido de se discutir a gestão dos conflitos conjugais, para, por último, se elaborar um conjunto de respostas que vão ao encontro das necessidades identificadas das pessoas que a eles se dirigem (Rinfret-Raynor et J. Turgeon, 1995).

De forma a melhor compreender os quadros sociais que estão associados às percepções já referidas, analisar-se-ão, em seguida, as percepções das mulheres vítimas, conjuntamente com algumas das características socioculturais das inquiridas.

2 - Percepção da Violência e Características Socioculturais das Mulheres

Os conjuntos delimitados pelas curvas desenhadas no gráfico factorial que a seguir se apresenta, permitem identificar dois tipos de percepção da violência contra as mulheres³⁷: à esquerda, uma *percepção centrada em aspectos mais concretos* e particularmente difundidos nos órgãos de comunicação social, sendo as causas atribuídas à violência em geral, ao crime, a factores económico-sociais, como a crise económica, a pobreza e o desemprego, à droga e ao álcool, à ineficácia da autoridade e a outros factores de natureza vária; no conjunto da direita, sobressai uma *percepção mais abstracta e complexa*, ao nível do relacionamento das múltiplas componentes, em que sobressaem causas como a formação sociocultural das pessoas, particularmente dos homens, a discriminação de que as mulheres são vítimas, ou mesmo, problemas individuais de natureza psicológica.

³⁷ Os dois primeiros eixos factoriais representam 60,31% da inércia, pelo que são suficientes para identificar a posição relativa das categorias. Todavia, a fim de aumentar a consistência da análise, para a identificação das tendências dos eixos, só foram consideradas as categorias que tinham a contribuição absoluta superior à média.

relação às seguintes categorias: no conjunto da esquerda, cuja percepção da violência contra as mulheres coincide, em grande medida, com as causas difundidas pelos meios de comunicação social, situam-se as mulheres que menos disseram ter sido vítimas de violência, pertencentes a escalões etários mais elevados, superior aos cinquenta e cinco anos, domésticas, com baixos níveis de instrução (com a instrução primária ou sem saber ler e escrever) e pertencentes a estratos sociais igualmente baixos (Est_baixo); no conjunto da direita, e associado ao outro tipo de percepção, há mais mulheres que disseram ter sido vítimas de actos de violência, e são mais jovens, com idades compreendidas entre os dezoito e os trinta e quatro anos, com níveis de instrução mais elevados, secundário e universitário e que pertencem aos estratos médios e altos (Est_med e Est_med+alt).

Não deixa de ser interessante verificar que associado a esta percepção mais *elaborada* da violência contra as mulheres, estão um conjunto de características socioculturais que não só o possibilitam, como, eventualmente, por hipótese, permitem que estas mulheres estejam mais atentas à descodificação de determinados actos como sendo de violência, pelo que, também, referem ter sido vítimas de mais actos. Pelo contrário, as mulheres que dispõem de um "capital cultural" mais limitado, tendem, não só a identificar causas e propôr medidas de resultado mais imediato, como parecem ser menos sensíveis a identificar certos actos como violentos.

Ainda que as grandes tendências estejam claramente definidas pelas oposições referidas anteriormente, poderá ainda salientar-se uma relativa oposição entre as mulheres dos distritos com menor nível de urbanização (Rural), que tendem a atribuir às mulheres a causa da violência de que são vítimas e as mulheres dos distritos de Lisboa e Porto (Urbano), que atribuem essas causas mais aos homens.

Com esta análise do quadro perceptivo das mulheres em relação à violência de que são alvo, fica mais completo o estudo dessa violência, já que, para além dos actos de que dizem ter sido vítimas, percebem-se melhor as condições socioculturais que estão subjacentes à valorização dos actos como violentos. Ou seja, a impossibilidade de se poder estudar a violência contra as mulheres sem ter em conta as representações que elas fazem dos actos de que são alvo e da sua percepção como violentos.

Resulta, assim, que as mulheres mais velhas, dos estratos sociais mais baixos e dos meios rurais, têm mais dificuldade em perceber

certos actos como violentos, sendo mais imediatistas na determinação das causas e formas de combater a violência do que as mais novas, de estratos sociais mais elevados e dos meios urbanos. Tal constatação empírica traduz, aliás, ancoragens ao nível da interiorização dos valores do senso comum que, pese embora as modificações recentes do ponto de vista dos Direitos das Mulheres e da noção de igualdade entre os sexos, ainda não foram reconhecidas como legítimas, sendo as próprias mulheres a não utilizarem os direitos que estão ao seu alcance, resignando-se a situações de desigualdade que elas próprias consideram como naturais. Pois, apesar das recentes mudanças no sentido do aumento do trabalho profissional das mulheres e da acção dos movimentos sociais no sentido da promoção acompanhados por dinâmicas de mudança no funcionamento da vida das famílias, no quotidiano da vida familiar o costume ainda faz lei em muitos contextos sociais, nomeadamente naqueles que foram menos expostos a processos de mudança.

CONCLUSÃO

«Os estudos sobre a violência contra as mulheres e sobre a violência familiar têm mostrado um recrudescimento deste tipo de práticas que não deixa de estar associado à crescente visibilidade social do fenómeno, a que não são alheias as transformações sociais e familiares dos últimos vinte ou trinta anos no sentido do estabelecimento de um novo relacionamento entre os sexos e uma maior partilha das decisões e tarefas durante muito tempo assimetricamente distribuídas. Estas transformações não se têm implementado de forma generalizada em todos os estratos sociais, grupos etários e regiões, tendo sido as camadas mais jovens dos meios urbanos e com nível de instrução mais elevado as que foram mais influenciadas por este processo de mudança.

De um modo geral, e pese embora a necessidade de aprofundar esta análise com leituras de pormenor que podem ser efectuadas no corpo do livro, também neste estudo se verificou que as mulheres que dizem ter sido mais atingidas por actos de violência são as mais novas, as que vivem sobretudo em regiões mais urbanizadas e têm níveis de instrução formal mais elevados. Tal situação aponta no sentido de que a percepção da violência ou a sua denúncia é sobretudo feita pelos grupos sociais mais expostos às mudanças.

No entanto, e numa análise mais profunda, foi possível detectar diferenciações significativas no modo como os vários estratos sociais se comportam face aos diferentes tipos de violência. Assim, e de um modo geral, sem prejuízo, também aqui, de leituras de pormenor que constam do corpo do trabalho, pode-se dizer que a violência sexual e a discriminação sociocultural foi sobretudo referenciada por mulheres com níveis de instrução formal mais elevados, pertencentes aos quadros superiores e profissões liberais, de estrato social médio alto e alto, mais jovens e a residir em meios mais urbanizados; a violência física situa-se num plano oposto ao anteriormente referido, sendo sobretudo referida por mulheres com níveis de instrução mais baixos, operárias, de estrato social baixo e médio-baixo e mais velhas; a violência psicológica é, de todas, aquela que apresenta uma maior ambiguidade nas leituras, verificando-se uma diminuição com a idade até ao escalão 45-54 anos, subindo aí para voltar a diminuir nos escalões seguintes, é mais referenciada pelas mulheres que têm um nível de instrução entre o preparatório e o universitário, e atinge as mulheres de categorias sócio-profissionais diversificadas, desde operárias/desempregadas/domésticas até pequenas e médias patroas e quadros superiores e profissões liberais, parecendo, no entanto registar-se, embora de uma forma pouco nítida, que as mulheres de condição social mais elevada dizem-se menos vitimadas por este tipo de violência que as operárias. A dificuldade de polarizar os actos deste tipo de violência e características socioculturais particulares denotam bem a sua transversalidade no tecido social. Nestes dois últimos tipos de violência não é possível descortinar qualquer associação entre esta e o grau de urbanização dos distritos.

Numa primeira aproximação ao estudo das trajectórias verifica-se que o grau de instrução das mulheres inquiridas, embora tendo um grande peso da instrução primária (37,9%), apresenta percentagens ao nível do secundário e do universitário significativamente superiores à dos seus pais e dos cônjuges/companheiros. Estes, embora com níveis de instrução superiores àqueles, continuam a apresentar um grande domínio da instrução primária (68,5%), situando-se, assim, muito aquém do nível de instrução das mulheres com quem vivem. Esta situação de hipogamia poderá ter contribuído para uma maior percepção da violência e sua denúncia nas mulheres de condição social mais elevada.

Quanto à configuração dos tipos de violência contra as mulheres, verificou-se que a violência psicológica é a que apresenta valores

mais elevados, tendo sido referida no ano do inquérito por mais de metade das mulheres portuguesas (50,7%). Logo a seguir aparece a violência sexual com 28,1% e a discriminação sociocultural a uma distância considerável com 14,1%, ambas no último ano. A violência física é a que apresenta valores mais baixos (6,7%, no último ano), estando, contrariamente ao que acontece com as anteriores, a diminuir em relação aos anos anteriores.

Também se verificou que a violência psicológica e a física ocorrem sobretudo nos espaços domésticos, em contextos de grande proximidade relacional entre a vítima e o agressor, enquanto que a discriminação sociocultural ocorre no local de trabalho e a violência sexual nos espaços públicos, entre pessoas distantes e desconhecidas.

A ocorrência predominante da violência sexual nos espaços públicos, em detrimento dos familiares, não se encontra na linha apontada por muitos estudos sobre esta matéria que referem a casa como um dos espaços privilegiados para a ocorrência da violência sexual. Julgamos estar a este nível perante um fenómeno que na realidade portuguesa ainda não ganhou a visibilidade alcançada em outros contextos socioculturais, o que está, aliás, na linha das tendências centrais das verificações desta pesquisa, que apontam serem as mulheres mais novas e das camadas sociais mais elevadas, as que referenciam ter sido mais vítimas de violência. Parece, assim, que este fenómeno mais do que revelar a ausência de violência nos outros grupos sociais, denota a capacidade destes grupos a perceberem e revelarem. Contudo, tal mereceria um estudo mais aprofundado e intensivo sobre as práticas, valores e representações da violência que vitima as mulheres na sociedade portuguesa, que não cabe nos objectivos deste trabalho.

A ocultação da violência pela sua não percepção ou dificuldade de denúncia é, aliás, um dos indicadores do baixo nível sociocultural do nosso país e das grandes resistências às mudanças em sectores definidos da população, nomeadamente, nas mulheres mais velhas e de camadas sociais mais baixas, que continuam a orientar as suas condutas por valores tradicionais que as colocam numa situação de dependência formal e simbólica dos homens com quem vivem, não acompanhando desse modo os movimentos históricos de onde emergem novas formas de conjugalidade e relacionamentos democráticos e simétricos entre os sexos.

Há, assim, sintomas de processos de mudança que, agindo concomitantemente com processos de manutenção resignada das dinâ-

micas instituídas, definem o figurino em que a violência contra as mulheres na sociedade portuguesa se inscreve, se percepçiona e se denuncia.

Além da configuração da violência pelos seus tipos refira-se ainda que a casa-família é de todos os espaços aquele onde a prática de violência foi mais denunciada — 43% da violência ocorre nesse espaço, seguindo-se o espaço público com 34% e o local de trabalho com 16%, além de 7% referente a locais mais residuais.

Face a estes resultados, e ainda que outro tipo de estudos específicos devam ser realizados, pode ser já formulada a hipótese que aponta no sentido da violência contra as mulheres na sociedade portuguesa ser fundamentalmente doméstica, com especial destaque para a vertente psicológica e, mais atenuadamente, física. A primeira apresenta, no entanto, uma grande transversalidade de classe e, embora tendo sido mais referida pelas gerações mais novas, apresenta, ainda assim, uma transversalidade geracional que se atenua com a idade; a violência física tem uma polarização de classe e género mais precisa e revela constrangimentos à mudança de sectores específicos da população.

Relativamente à caracterização dos agressores, verificou-se que eles são fundamentalmente pessoas do sexo masculino e que, quando a agressão ocorre nos espaços domésticos, o agressor é normalmente o marido/companheiro da vítima. Quando a agressão é cometida por uma mulher contra outra mulher, o que acontece em 11,6% dos casos, esta localiza-se fundamentalmente na discriminação sociocultural e na violência psicológica.

Verificou-se ainda que não é possível fazer uma identificação socialmente localizada do autor, podendo este ser um homem de qualquer idade e estrato social. No entanto, a maior percentagem dos autores têm uma idade que se situa maioritariamente entre os 25 e 44 anos, podendo dizer-se que, nos casos em que foi possível identificá-lo, os indivíduos que cometeram discriminação sociocultural têm genericamente uma formação universitária e pertencem a quadros superiores ou profissões liberais, enquanto que os que cometeram os outros tipos de violência são normalmente de estratos sociais mais baixos e têm uma formação entre o primário e o secundário.

Relativamente à associação do álcool ou outras drogas à violência, verificou-se não existir uma relação clara entre estes dois fenómenos, pois este tipo de consumo só foi referido em 16% dos casos, não se podendo, mesmo assim, concluir uma relação de causalidade entre

ambos, pois muitos autores têm vindo a provar que as situações de violência poderiam na mesma ocorrer, mesmo que não se verificassem situações de alcoolismo.

Verificou-se ainda, contrariamente a outros estudos sobre esta matéria, não estar claramente definido o estudo das trajectórias de violência destas mulheres, à excepção da violência física, o que poderá estar relacionado com os já referidos mecanismos que dificultam a percepção por parte das mulheres deste fenómeno, ou mesmo a sua divulgação, tanto mais quando o tempo em que ocorrem não é um tempo presente. Verificou-se também serem pouco significativas (11,7%) as suas reacções à violência, também aqui com uma excepção para a violência física, onde se regista um número significativo de reacções, algumas delas também violentas.

A percentagem, embora pouco significativa, face à dimensão das que referem não terem tido qualquer reacção ou terem sido pacíficas na reacção, é, ainda assim, indiciadora de alguns sintomas de mudança, onde os dispositivos jurídico-legais, ainda que muito incipientemente, começam já a ser utilizados. A passividade da grande maioria destas mulheres traduz o silenciamento a que este fenómeno tem sido votado, dada a dificuldade de alterar atitudes e comportamentos enraizados no quotidiano dos relacionamentos entre os sexos.

Por fim, cabe ainda dizer que se verifica um desfasamento entre as percepções e as práticas dos actos mais violentos. Estes, ao nível das percepções, situam-se fundamentalmente fora do espaço doméstico, enquanto, ao nível das práticas, a maior violência contra as mulheres ocorre dentro de casa. Também ao nível das causas se verifica uma não coincidência entre a percepção e as práticas, atribuindo-se ao alcoolismo uma valoração que efectivamente não apresentou ao nível das práticas.

Estas não coincidências, mais acentuadas nas mulheres mais velhas, dos estratos sociais baixos e de meios menos urbanos, são tradutoras das ancoragens que têm definido o histórico relacionamento entre as pessoas e podem ter influenciado a percepção e denúncia da própria violência e contribuído, entre outros, para o silenciamento a que este fenómeno tem sido remetido.

A análise aqui desenvolvida refere-se essencialmente a uma visão ampla do fenómeno da violência contra as mulheres, numa perspectiva macro que não esgota toda a complexidade dos múltiplos aspectos inerentes a casos particulares ou a processos psicossociais relativos a atitudes, valores e motivações dos diferentes agentes envolvidos na

prática dos actos de violência. Retomando as palavras introdutórias deste livro, pretendeu-se elaborar uma primeira radiografia do fenómeno da violência contra as mulheres a nível nacional e com a representatividade necessária à definição dos contornos das suas principais características. Cabe agora desenvolver outros trabalhos que permitam aprofundar os aspectos particulares, utilizando técnicas qualitativas apropriadas para a escala micro. Julga-se, igualmente, de grande importância a necessidade de realizar outros estudos semelhantes a este com um desfasamento temporal regular, de modo a permitir uma análise dinâmica das mudanças e permanências do fenómeno.

BIBLIOGRAFIA

- ALDER, Christine (1992), "La Violence, les sexes et le changement social". *Revue Internationale des Sciences Sociales*. 132: 269-278.
- ALMEIDA, Ana Nunes; GUERREIRO, M. D.; TORRES; WALL, K. (eds) (1991), *Famílias e Contextos Sociais — Actes du Colloque de Lisbonne*. Lisboa: GREF/CIES.
- ALMEIDA, A. N., et all (1995), *Os maus tratos às crianças em Portugal* (relatório). Lisboa: não publicado.
- ALMEIDA, João Ferreira (1990), "Valores e Representações Sociais". *Portugal Os Próximos 20 anos*. Vol. VIII. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- ALMEIDA, J. F. (Coord) (1994), *Introdução à Sociologia*. Lisboa: Universidade Aberta.
- ALMEIDA, R. Crouche. (1988), "Uma estatística dos crimes chegados ao conhecimento das autoridades: a transparência enganadora dos números". Coimbra: Separata do número especial do *Boletim da Faculdade de Direito* — «Estudos em homenagem ao Prof. Doutor Eduardo Correia» — 1984. 1-30.
- AMÂNCIO, Lígia (1992), "As Assimetrias nas Representações do Género". *Revista Crítica de Ciências Sociais*. 34: 9-22.
- AMÂNCIO, L. (1994), *Masculino e Feminino. A Construção Social da Diferença*. Porto: Afrontamento.
- ANDERSON, Michael. (1980), *Sociologia de la Familia*. México: Fondo de Cultura Económica
- ARIÈS, Philippe (1988), *A Criança e a Vida Familiar no Antigo Regime*. Lisboa: Relógio D'Água.
- ARIÈS, Ph. et DUBY, G. (org.) (1990), *História da Vida Privada*. (vol 3). Porto: Afrontamento.
- BANDURA, A. (1975), *Agression: a social learning analysis*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall.
- BART, P. and MORAN, E.G. (1993), *Violence Against Woman. The Bloody Footprints*. London: SAGE.
- BAUDRY, Patrick (1988), "Approche sociologique de la violence". *Cahiers Internationaux de Sociologie*. 5-17. vol. LXXXIV. Paris: PUF.
- BELEZA, Teresa (1984), "A mulher no Direito Penal". Lisboa: *Cadernos Condição Feminina*. 19.
- BELEZA, T. (1990), *Mulheres, Direito, Crime ou a Perplexidade de Cassandra*. Lisboa: Faculdade de Direito (Tese de Doutoramento).

- BENZÉCRI, J. (1976), *L'analyse des Données*, 2 vols. Paris: Ed. Dunod, 1976, 2^a edição.
- BENZÉCRI, J. (1980), *Pratique de l'Analyse des Données*, 3 vols. Paris: Ed. Dunod.
- BERGER, Peter e LUCKMANN, Thomas (1987), *A Construção Social da Realidade*. Petrópolis: Vozes (7^a edição).
- BERGER, P. e KELLNER, H. (1988), "Le mariage et la construction de la réalité". *Dialogue. Recherche clinique et sociologique sur le couple et la famille*. 102.
- BERNSTEIN, B. (1975), *Langages et Classes Sociales*. Paris: Minuit.
- BESSETTE, Jean-Michel (1982), *Sociologie du Crime*. Paris: PUF.
- BLOOM, Allan (1987), *L'ame désarmé. Essai sur le déclin de la culture général*. Jilliard.
- BOAVENTURA, Sousa Santos e all. (1996), *Os Tribunais nas Sociedades Contemporâneas — o caso português*. Porto : Afrontamento.
- BOISVERT, R. et COUSSON, M. (1994), "Une typologie des homicides commis à Montréal de 1985 à 1989", In *Revue Internationale de Criminologie et de Police Technique*. ALMEIDA, Ana Nunes ; GUERREIRO, M. D.ol. XLVII. 3: 282-309.
- BRISON, Susan (1993), "Survivre à la violence sexuelle", in *Projets Feministes*. Les Violences Contre les Femmes: Un Droit des Hommes?
- BUTLER, J. (1990), *Genre Trouble: Feminism and the subversion of identity*. London, New York: Routledge, Chapman & Hall, Inc.
- CANTIN, Solange (1995), "Les controverses suscitées par la definitiona et la mesure de la violence envers les femmes", in *Visage de la Violence, Service Social*. vol. 44. 2 :23-33.
- CHESNAIS, Jean-Claude (1981), *Histoire de la Violence*. Paris: CHESNAIS, J-C. (1992), "Histoire de la violence: l'homicide et le suicide à travers les âges". *Revue International des Sciences Sociales*. 132: 2217-235.
- CLARK, Anna (1986), *Women's Silence Men's Violence - Sexual assault in England 1770-1845*. England: Pandora Press University.
- CORNET, Annie (1990), "Alcool et Violence Conjugale: Mythe ou Relation Fondée?" *Service Social Dans le Monde*. Réalités des femmes en 1990. 12: 81-84.
- COUSSON, Maurice (1990), *Croissance et Décroissance du Crime*. Paris: PUF.
- DAVIS, Liane (1991), "Violence and Families". *National Association of Social Work*. vol 36. 5: 371-373.
- DE GREEFF, E. (1974), *Amour et crimes d'amour*. Bruxelles: Dessert.

- DHAVERNAS, Marie-Jo (1978), "La délinquance des femmes". *Questions Féministes*. 4: 55-86.
- DOBASH, E. and DOBASH, P. (1979), *Violence against wives*. New York: The Free.
- DOBASH, and DOBASH, P. (1992), *Women Violence and Social Change*. Londres: Routledge.
- DOMENACH, Jean-Marie (1978), "L'ubiquité de la violence". *Revue Internationale des sciences sociales*. Vol. XXX. 4.
- DUBAR, Claude (1991), *La Socialization: Constrution des identités sociales et professionnel*. Paris: Armand Colin.
- ELIAS, Norbert (1973), *La Civilization des Moeurs* (cap.7) "les modifications de l'agressivité". Paris: col Pluriel, Calmann-Lévy.
- FARGE, Arlette et PERROT, Michel (1992), "Au-delà du regard des hommes", *Le Mond des Débats*. 2: 20-21, Novembro.
- FATELA, J. (1989), *O Sangue e a Rua. elementos para uma antropologia da violência em Portugal (1926-1946)*. Lisboa: D. Quixote.
- FERNANDES, A. Teixeira (1994), "Os direitos do homem nas sociedades democráticas. A violência na família". *Sociologia*. Universidade do Porto. 4: 7-47.
- FERREIRA, Virgínia (1988), "Feminismo e pós-feminismo", *Revista Crítica de Ciências Sociais*. 24: 93-106.
- FIGUEIREDO, Eurico (1988), *Conflito de Gerações, Conflito de Valores* ("Portugal — Os próximos 20 anos", II vol.). Lisboa: Fundação Caloute Gulbenkian.
- FLANDRIN, J. L. (1984), *Familles. Parenté, maison, sexualité dans l'ancienne société*. Paris: Éditions du Seuil.
- GARVER, Newton (1977), "What Violence Is", in Mappes et Zembaty (dir. publ.), *Social Ethics, Morality and Social Policy*. New York: McGraw Hill.
- GELLES, R. (1974), *The Violent Home*. London: Sage.
- GELLES, R. (1979), "Violence in the American Family". *The Journal of Social Issues*, vol. 35. 2.
- GELLES, R. (1982), "Domestic Criminal Violence", in M.E. Wolfgang, & N.A. Weiner (Eds), *Criminal Violence*. Beverly Hills, CA: SAGE.
- GELLES, R. (1987), *Family Violence*. New Delhi: Sage.
- GERSÃO, Eliana E. LISBOA, Manuel (1994), "The Self - report Delinquency Study in Portugal", In JUNGER-TAS, Josine, TERLOUW, Gert and KLEIN, Malcolm, (eds), *Delinquent Behavior Among Young People in the Westren World*. Amsterdam / New York, Kugler Publications.

- GIDDENS, Anthony (1994-a), *Modernidade e identidade Social*. Oeiras: Celta.
- GIDDENS, A. (1994-b), *Sociologia*. Madrid: Alianza Universidad Textos.
- GIDDENS, A. (1996), *Transformações da Intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. Oeiras: Celta.
- GILES-SIMS, Jena (1983), *Wife Battering . A Systems Theory Approach*. New York: The Guilford Press.
- GILLIGAN, C. (1991), *Uma Voz Diferente*. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos.
- GREENBLAT, Cathy Stein (1983), "A hit is a hit is a hit...or is it?", in *D. Finkeelhor et alli, The dark side of families. Current family violence research*. Beverly Hills: SAGE.
- GURVITCH, Georges (1979), *Vocação Actual da Sociologia*. vol. I Lisboa: Edição Cosmos.
- JESUÍNO, J. Correia (1982), "Anomia e Mudança na Sociedade Portuguesa". In vários *Mudança Social e Psicologia Social*, Lisboa: Livros Horizonte.
- JODELET, Denise (1989), "Représentations sociales: un domaine en expansion". in JODELET, D. (org). *Les Représentations Sociales*. Paris: PUF.
- JOYAL, Alain (1992), "L'interprétation sociologique de la subjectivité affective: les pratiques familiales". *Revue Internationale d'action communautaire*. 26/27: 57-65.
- KACZMAREK, Sylvie (1990), *La Violence au Foyer — itinéraires des femmes battues*. Paris: Éditions Imago.
- KAUFMAN, K. et STRAUSS, M. (1987), "The "drunken bum" theory of wife beating". *Social Problems*. 34. 3: 213-230.
- KELLERHALS, J., TROUTOT, Pierre-Yves e LAZEGA, Emmanuel (1989), *Microsociologia da Família*. Mem Martins: Publicações Europa América.
- LANDAU, S. (1989), "Family violence and violence in society", *Crime and its Victims: International Research and Public Policy Issues* Washington. The American University, Dc (org. Emílio Viano).
- LIPOVETSKY, Gilles (1989), *A Era do Vazio — ensaio sobre a individualidade contemporânea*. Lisboa: Relógio D'Água. Antropos.
- LONG et all (1991), "Domestic Violence: a nonrandom affair". *International Economic Review*, Vol. 32:491-497 n.º 2.
- LOURENÇO, N. e M. LISBOA (1992), *Representações da Violência*. Lisboa: Cadernos CEJ. 2/91.
- LOURENÇO, Nelson (1991-a), *Sociologia e Família: uma leitura dos discursos sociológicos sobre a família*. Universidade dos Açores.

- LOURENÇO, Nelson e LISBOA, Manuel (1996), "Violência; Criminalidade e Sentimento de Insegurança". *Revista Textos*. 2: 45-64. Lisboa: Centro de Estudos Judiciários.
- LUHMANN, Niklas (1991), *O Amor Como Paixão — para a codificação da intimidade*. Lisboa: Difel.
- MICHAUD, Yves (1989), *A Violência*. São Paulo: Ática.
- MONTEIRO, M. Benedite (1984). *La Construction Sociale de la Violence. approche cognitive développementale*. Université Catholique de Louvaine (Tese de Doutoramento).
- MORGAN, D.H.J. (1987), "Masculinity and Violence". In: Hanner, J. Maynard, M. (dir. publ.). *Women, Violence and Social Control*. Londres: Macmillan. 180-209.
- MOUSSOZ-LAVAU, Janine (1995), "As mulheres e a sexualidade", in *As Mulheres e a História*, org. Georges Duby e Michelle Perrot. Lisboa: D.Quixote.
- MUGFORD, Jane (1989), "Domestic Violence". *National Commitee on Violence*. 2.
- PAIS, Elza (1996), *Rupturas Violentas da Conjugalidade: Os Contextos do Homicídio Conjugal em Portugal*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa/ Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (Tese de Mestrado).
- PARENT, C. (1991), *Les féminismes et les paradigmes en criminologie*. École de Criminologie (Thèse de Doctorat. Montréal).
- PARSONS, Talcott (1971), "A estrutura social da família", in Ruth Nanda Anshen (coord.), *A família sua função e destino*. Lisboa: Meridiano
- PERRONE, Reynaldo et NANNINI, Martine (1996), *Violence et abus sexuels dans la famille, une approche systémique et communicationnelle*. Paris: ESF éditeur.
- PESTIAU, Joseph (1992), "Violence, impuissance et individualisme". *Revue Internationale des Sciences Sociales*. 132: 193-207.
- PEYREFITTE, Rapport (1979), "Le Public et la Violence: l'analyse des rapports des comissions d'enquete". *Criminologie*. 12. I: 81-88.
- PICAT, Jean (1982), *Violences meurtrières et sexuelles*. Paris: PUF.
- PLATT, Thomas (1992), "Emplois descriptifs et polémiques du concept de violence". *Revue International des Sciences Sociales*. 132: 185-191.
- RINFRET-RAYNOR, Maruse et TURGEON, Joane (1995) "Dépistage systématique de la violence conjugale. Réflexion théorique et développement d'un protocole". In *Visages de la Violence. Service Social*. Vol. 44. 2:57-90.
- ROCHÉ, S. (1994), *Les dimensions de la peur, Le sentiment d'insecurité: les seniors face à la délinquance*. Paris: Editions Taitbout (collectin Les livres blancs): 19-23.

- ROUSSEAU, X. (1993), "Civilization des moeurs et/ou déplacement de l'in-sécurité? la violence à l'épreuve du temps". *Déviance et Société*, Vol. XVII. 3:291-298.
- ROUSSEL, L. (1992), "O Futuro da Família". *Sociologia— Problemas e Práticas*. 11: 165-179.
- SAFFIOTI, Heleith (1995), *Violência de Género, Poder e Impotência*. Rio de Janeiro: Revinter.
- SARACENO, Chiara (1992), *Sociologia da Família*. Lisboa: Estampa.
- SCOTT, J. (1990), Género: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Sociedade*. Porto Alegre. 15/2: 5-22.
- Servico Galego de Promoción da Igualdade do Home e da Muller, (1992), *Agresións Sexuais e Violencia Doméstica Contra as Mulleres en Galicia Período 1988-1992*.
- SILVA, Luísa (1995), *Entre Marido e Mulher Alguém Meta a Colher*. Porto: Celorico de Basto
- SINGLY, François (1990), *Fortune et infortune de la femme mariée*. Paris: PUF.
- SMITH, Pamela (1989), "Perfect murderers". *Newstatesman & Society*. 4 Julho. 14-16
- SOMMERS, Chirstina (1989), "Philosophers against the family", in C. Sommers and F. Sommers ed., *Vice and virtue in everyday life*. New York: Harcourt, Brace, Javonovich Publishers.
- STARK, R. and Mc. EVOY (1970), "Midle Class Violence". *Psychology Today*. 4 : 52-65
- STRAUSS, M. (1980), "The Mariage license as a hitting license: evidence from popular culture, Law, and Social science", in M. Strauss & G. Hotaling (eds) *The Social Causes of Husband — Wife Violence* (39-50). Minneapolis: Univer-sity Of Minnesota Press.
- TAUCHEN, V. et all (1991), "Domestic Violence: A nonrandom affair". *International Economic Review*. Vol. 32. 2: 491-497.
- THÉRY, Irène (1993), *Le Démariage*. Paris: Editions Odile Jacob.
- TORRES, Anália (1989). *Levantamento Sociográfico do Divórcio em Portugal*. Lisboa: Direcção Geral da Família.
- TORRES, Anália (1996), *Divórcio em Portugal — ditos e interditos*. Oeiras: Celta.
- VALA, Jorge e MONTEIRO, M. J., LIMA, I. (1991) "Identidade Social", *Sociologia — Problemas e Práticas*. 9:107-120.

- WELSER-LANG, Daniel (1996), "Les violences faites aux femmes", in *Panoramiques — La Famille Malgré Tout*. Dirigé par Gérard Neyrand. n° 25: 76-78.
- WELZER-LANG, D. (1991), *Les Hommes Violents*. Paris: Lienne & Coudrier editeur.
- YLLO, Kersti et BOGARD, Michele (1988), *Feminist Perspectives on Wife Abuse*. London: Sage.
- ZAUBERMAN, R. (1982), "Grandes enquêtes en recherche pénale et difficultés de réalisation: Réflexions complémentaires à propos des enquêtes de victimisation". *Déviance et Société*. Vol. VI. 3: 259-280.